

ANTONIO CLEBER RUDY

OS SILÊNCIOS DA ESCRITA

A Historiografia em Santa Catarina e as Experiências Libertárias

FLORIANÓPOLIS

2009

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANTONIO CLEBER RUDY

OS SILÊNCIOS DA ESCRITA

A Historiografia em Santa Catarina e as Experiências Libertárias

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Santa Catarina, como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História do Tempo Presente.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão.

FLORIANÓPOLIS

2009

ANTONIO CLEBER RUDY

OS SILÊNCIOS DA ESCRITA

A Historiografia em Santa Catarina e as Experiências Libertárias

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Santa Catarina, como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História do Tempo Presente.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão (Orientador)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (Unicamp)

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn (UDESC)

Corra como se fosse o ÚNICO de

Max Stirner.

Sem Deus Nem Senhor.

Rubi dos muros cobertos

de musgo & caranguejos.

Nenhuma luz. A esquina sangra.

Múmia surda em chamas ladeira

abaixo.

O mundo virou do avesso.

Roberto Piva

*Dedico este trabalho a minha amada companheira Ana Claudia, e
a memória de Estefânia Rudy, que enquanto avó contribuiu
para formação do meu caráter e de
Edgard Leuenroth, pela grandeza de seus feitos.*

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho só se tornou possível, mediante a colaboração de inúmeras pessoas que de forma direta ou indireta mostraram-se solidárias. Saibam que guardo grande estima por terem me acompanhado nesta jornada.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao professor Luiz Felipe Falcão, que como orientador sempre esteve disposto a achar soluções para as dificuldades que marcaram esta caminhada, demonstrando compreensão e dedicação a cada passo da pesquisa, assim como, pelas leituras atentas de inúmeros dos meus textos, e pela tradução do *La Scure*.

Helios Puig González de Porto Alegre, peça-chave no descortinar dos eventos libertários da década de 80 gestados em Santa Catarina, que desde do primeiro contato demonstrou calorosa atenção, fornecendo informações e materiais de grande valia.

Jayme Gaberlotto de Lages, que de forma gentil me recebeu em sua casa, compartilhando suas memórias através de narrativas extrovertidas, que trariam a tona a figura do anarquista italiano Nulo Beccari, e reminiscências sobre Cesare Sartori

Eveline Andrade de Lages, que em meio a nossas conversas sobre Cesare Sartori, intercambiaria contatos com Jayme Gaberlotto (um comunista heterodoxo nota dez), ainda como, auxiliando-me no Arquivo e Museu Histórico Thiago de Castro, assim como presenteando-me com um cópia do escrito *Helena*.

Mara e Mari Beccari pela troca de informações sobre Nulo Beccari e auxílio no contato com Nereu Beccari. Assim como a própria pessoa do sr. Nereu que

calorosamente me recebeu em sua casa, fornecendo reminiscências sobre Nulo Beccari, seu avô.

Wilson Rio Apa, um guerreiro de utopias, que amistosamente me recebeu em sua casa para conversarmos sobre episódios da trajetória libertária em Santa Catarina, fornecendo-me informações e materiais de grande monta, entre estes exemplares do ClãDestino.

Simone Aparecida Rangel, amiga guevarista sempre disposta a prestar auxílio, compartilhando referências que pudessem vir ao encontro desta pesquisa.

Carlos Baqueiro, de Salvador, pelas cópias digitalizadas do *O Inimigo do Rei*.

Ivan Ribeiro de Souza de Criciúma pela disponibilização do arquivo do Anarquistas Contra o Racismo (ACR) e pelas *amsterdams*, que ajudaram a hidratar as idéias.

Antonio Alzizo da Silva, este Estranho amigo apaixonado por *on the road*, pelos materiais do arquivo do Movimento Anarco Punk de Florianópolis.

Alexandre Samis, do Rio de Janeiro, pela disposição em rever seus alfarrábios na busca de referências alhures sobre o anarquista Thomaz Derlis Borsche preso na Clevelândia.

Edgar Rodrigues, pesquisador do anarquismo, pelo apoio, dicas, livros, e pelo valor de suas obras.

Juliano Gonçalves Silva, pela troca de idéias sobre o LiberNete e grupos afins.
Axé!

Jorge Esteves da Silva, de Lisboa, pela troca de informações sobre episódios dos anos 90 permeados por expressões libertárias, e gestados na Ilha de Santa Catarina.

Às pedagogas da liberdade, Maria Oly Pey e Ana Maria Preve pelo retorno às minhas perguntas.

Michel Silva, pelos exemplares do ClãDestinos e pelos jornais anarquistas do CEDEM digitalizados.

À Celso Martins e Salim Miguel, pela troca de idéias que levariam ao descortinar de novos fatos.

Robson Achiamé, do Rio de Janeiro e Nelson Rolim de Moura da editora Insular pelos contatos compartilhados.

À minha família pelo afeto, apoio, e garimpo de livros “impossíveis”, valeu Lú, pelo trato nas fotos, ficaram ótimas maninha.

Suely Petry, do Arquivo de Blumenau, pelo envio de material digitalizado sobre a Greve de 1920.

Aos professores Emerson César Campos que sempre de livros a mão buscava prestar auxílio compartilhando-os e Reinaldo Lindolfo Lohn, arqueiro de plantão, que mais de uma vez com suas flechas atingira meu calcanhar de Aquiles. Outrossim, pelas críticas e sugestões auferidas durante minha banca de qualificação, as mesma foram de enorme valia. Valeu *teachers*!

José Belmontt Verzola (vulgo Pintado) pela receptividade e pela indicação de contatos na busca de informações sobre seu avô, o anarquista Pepe Verzola.

Ao professor Cláudio Henrique de Moraes Batalha, pela atenção dada aos meus e-mails e pelo compartilhar de contatos.

Sônia da Silva Santos, uma eximia “investigadora” na busca de pessoas.

Paulo Rogério Melo de Oliveira, pela disposição em sempre dar uma força, e por

ter anos atrás me encorajado e acreditado na possibilidade de uma pesquisa deste cariz.

Aos professores Luigi Faraci e Elisa Maria Quartiero pela troca de idéias sobre episódios de cariz libertário vivenciados por ambos.

À Ana Claudia Ribas, historiadora de talento e minha companheira, por sua ternura e auxílio frente as dificuldades, pelas revisões atentas aos meus escritos, críticas e sugestões.

Leonardo Denez Dagostim (grande Leospa), de Criciúma pelo livro doado, o mesmo foi de grande auxílio.

À diretoria e secretaria da escola em que trabalho, por terem segurado as pontas em minhas necessárias ausências, em decorrência de pesquisas e estudos.

Ao colega de trabalho, Antonio Luiz Miranda, pelas revistas de história catarinense.

Rafaela Leuchtenberger, pelo intercâmbio de textos e contatos.

Aos colegas do mestrado, pelos ótimos momentos compartilhados, em estudos, discussões, nos bares e festerês. Esse pessoal fez da história uma diversão, ou da diversão uma história, ou algo assim...

Seguem ainda sinceros agradecimentos pelo auxílio prestado: Arquivo Edgard Leuenroth de Campinas, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Arquivo e Museu Histórico Thiago de Castro de Lages, Arquivo Público de Tubarão, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Pública do Paraná (Divisão de Documentação Paranaense), Arquivo Público de Joinville, Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Documentação e Memória, da Unesp.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva evidenciar a construção dos silêncios frente a personagens marginais - em especial os anarquistas e anticlericais -, por uma parte da historiografia sobre o Estado de Santa Catarina entre o período de 1960 a 2000, a partir das obras de Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza. Como contraponto a esta invisibilidade literária, almejou-se tecer uma trajetória de experiências libertárias gestadas em terras catarinenses no transcurso do século 20. Partindo de movimentações contemporâneas enquanto re-articulação, combinando permanências e inovações das ações de inspiração anarquista e contracultural em Santa Catarina, entre os anos 80 e 90. Nesta senda, incorporando também as primeiras décadas do século 20, buscou-se aqui mostrar um contexto de ações anarquistas e anticlericais, enquanto demonstração de situações que agitavam a Primeira República, para além dos grandes centros industriais. Tramas de práticas que apesar do ocultamento de parcela da produção histórica local, evidenciavam e evidenciam que o Estado de Santa Catarina não estava apartado da presença libertária.

Palavras-Chave: Historiografia – Anarquismo – Anticlericalismo - Invisibilidade.

ABSTRACT

This research aims at providing evidence of the construction of the silence in face of marginal characters – specially the anarchists and the anticlerical. For one side of historiography about the State of Santa Catarina during the period from 1960 to 2000, from the works of Oswaldo Rodrigues Cabral and Walter Fernando Piazza. As opposed to this literary invisibility, a trajectory of libertarian experiences occurred in Catarinense lands during the twentieth century will be expatiated. From contemporary movements as rearticulation, combining permanence and innovation of the actions of anarchists inspiration and countercultural in Santa Catarina from the 80s to the 90s. Hence, also incorporating the first decades of the 20th century, it aimed at showing a context of anarchists and anticlerical actions as demonstration of situations which agitated the first Republic beyond the large industrial centers. Plots of practices that despite the hiding of the portion of local historic production, provided and provide evidence that the State of Santa Catarina was not apart from the libertarian presence.

Key Words: Historiography – Anarchism – Anticlericalism – Invisibility.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Figura 1: Jean Bancal autografa seu livro em Blumenau. *O Estado*, Florianópolis 07 de setembro de 1984. (Foto do autor).....22
- Figura 2: Primeira Jornada Libertária. *O Estado*, Florianópolis 24 de fevereiro de 1986. (Foto do autor).....29
- Figura 3: Espaço Cultural Alternativo – *Squat* de Florianópolis. *O Estado*, Florianópolis 13 de julho de 1993. (Foto do autor).....35
- Figura 4: Protesto Anarco *Punk* durante o 7 de setembro em Florianópolis. *Diário Catarinense*, Florianópolis 8 de setembro de 1997. (Foto do autor).....37
- Figura 5: Integrantes do *Animal Liberation Front* de Florianópolis. *A Notícia*, Joinville 22 de março de 1997. (Foto do autor).....51
- Figura 6: Logotipo do *La Scure* de 30 de julho de 1910, que pode assim ser traduzida: "Cortar a árvore capitalista pela raiz". (Foto do autor).....94
- Figura 7: Cesare Sartori (o primeiro da direita) entre a população pobre de Lages. *Arquivo e Museu Histórico Thiago de Castro*. (Foto do autor).....97
- Figura 8: Notícia do jornal *Brazil* de Blumenau acerca da expulsão de Fritz Koch e George Sterneck. *Brazil*, Blumenau 25 de julho de 1920. (Foto do autor).....112

Figura 9: Construção do pilar de ancoragem da Ponte Hercílio Luz, ao fundo é perceptível inúmeros operários. *Hercílio Luz uma Ponte*, Governo do Estado de Santa Catarina s/d. (Foto do autor).....124

Figura 10: Trabalhadores efetuando a construção da Avenida Hercílio Luz. *Hercílio Luz uma Ponte*, Governo do Estado de Santa Catarina, s/d. (Foto do autor).....125

Arquivos e Bibliotecas Consultados

A/A – Arquivo do Autor.

AACR – Arquivo Anarquistas Contra o Racismo – Criciúma – Santa Catarina.

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp – Campinas – São Paulo.

AIHGS – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – Florianópolis – Santa Catarina.

AMAP – Arquivo do Movimento Anarco Punk – Florianópolis – Santa Catarina.

AMHTC – Arquivo e Museu Histórico Thiago de Castro – Lages – Santa Catarina.

BPESC – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – Santa Catarina.

CEDEM – Centro de Documentação e Memória – Unesp – São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: SIGNOS DA UTOPIA.....	20
1.1 – Presença Rebelde.....	22
1.2 – Pulsações Políticas do Desejo.....	31
1.3 – Anarquia no Plural.....	46
1.4 – Bandeiras Negras.....	51
CAPÍTULO II: EXPERIÊNCIAS DISSONANTES.....	59
2.1 – Teoremas da Esperança.....	60
2.2 - Em Companhia do Diabo.....	72
2.3 - Baladas Subversivas.....	87
CAPÍTULO III: PARADIGMAS DO SILÊNCIO.....	101
3.1 – Sob o Véu da História	103
3.2 – Mosaico de Sombras	117
3.3 – Metamorfoses do Retrato	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
FONTES.....	145
BIBLIOGRAFIA.....	147

INTRODUÇÃO

Tenho cem páginas em branco
sobre minha mesa nesta noite de primavera,
e nelas imprimirei o grito de todos aqueles que vitimaste,
e terás que tragá-lo ou, num último gesto de ignomínia,
retirar-se de uma vez por todas da história.
Ézio Flavio Bazzo, *Manifesto Aberto à Estupidez Humana*.

Imprimindo seus semblantes na História do Brasil pela força de suas idéias e ações, os anarquistas fixaram-se no imaginário social por imagens caricatas produzidas pelos seus detratores, como a do subversivo que de dinamite à mão faria o mundo ruir. Todavia, suas iniciativas tinham, em especial na Primeira República, uma outra coloração: “os anarquistas, principalmente os anarco-sindicalistas, foram os grupos que mais influenciaram o movimento operário brasileiro em suas primeiras décadas. Preconizavam a organização operária desde a base, isto é, a organização na fábrica, nos bairros, nos sindicatos”¹. Neste sentido, o anarquismo, na defesa de uma nova sociedade estabelecida de forma horizontal e libertária, manifestava-se na divulgação de uma ampla rede de impressos, na organização sindical, na constituição de escolas livres, e centros de estudos sociais, na propagação de uma consciência crítica e dos anseios de transformação social. Outrossim, por seu apego à liberdade enquanto bem maior eram denominados de libertários, o que contribuiu para que seus ideais se disseminassem para todo o país, inclusive para o Estado de Santa Catarina.

Todavia, em terras catarinenses as práticas libertárias permaneceram em grande medida submersas “sob o espesso véu da memória histórica”². E, pelas veredas deste silenciamento, de uma memória histórica que não viu as experiências anarquistas e anticlericais como acontecimentos importantes, a investigação apresentada aqui ganhou

1 DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, Trabalho e Cotidiano*. Brasil – 1889 a 1930. 3 ed., São Paulo: Atual, 1991. p. 77.

2 DECCA, Edgar de. *O Silêncio dos Vencidos*. Memória, História e Revolução. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 110.

forma, pois, como lembra Beatriz Sarlo “o passado é inevitável” e, neste sentido, “sua força não pode ser suprimida senão pela violência, pela ignorância ou pela destruição simbólica e material”³.

Para tanto, através da produção histórica sobre Santa Catarina ocorrida a partir dos anos 60, e que tinha como ponto de saída a obra de Oswaldo Rodrigues Cabral, seguido por Walter Fernando Piazza, buscamos trilhar os meandros da referida memória histórica que foi instaurada especialmente a partir do movimento de 1930, momento em que a sociedade passou a ser historicizada a partir de referenciais estabelecidos pelo Estado, positivando relações e ocultando contradições, através do silenciamento de grupos marginais ou que estivessem em dissonância com a cultura predominante, que passava a ter na figura da Igreja Católica seu epicentro.

Com isto, uma série de personagens ficam nas sombras da cena histórica, indígenas, negros, mulheres, operários, entre outros, que somente passariam a fazer parte do enquadramento analítico numa nova conjuntura político-social e, sobretudo, numa inflexão intelectual que se nutria, após anos de intensa censura e repressão, na década de 1980, do surgimento de novos agentes sociais que em seu movimento fizeram estremecer àquela memória histórica, provocando fissuras em sua “tradicional” matriz. Para tanto, “o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação”⁴.

Desta forma, entre referências da historiografia acerca do movimento operário brasileiro, da imprensa libertária, e da grande imprensa, os contornos da presença anarquista e anticlerical em Santa Catarina no transcurso do século 20 foram se avolumando para preencher os vazios deixados pelas narrativas históricas no final dos

3 SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 114.

4 SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 26-27.

anos 80. Por isso, definimos nosso recorte temporal entre 1960 e 2000, por serem marcos na produção histórica sobre o Estado de Santa Catarina, pois enquanto o primeiro sinalizava a intensificação de escritos dentro de uma perspectiva alimentada ainda pela matriz histórica do pós-1930, o segundo marcava uma ruptura significativa com tais postulados, guinando para novos patamares a produção histórica no Estado.

Nesta senda, visando perceber um campo diversificado de situações que foram lançadas na invisibilidade por uma historiografia hegemônica, realizamos um recuo temporal, rumo a primeira metade do século 20, para mostrar que experiências dissonantes ocorriam no cotidiano, apesar do silêncio da escrita de autores consagrados.

Não obstante, escavar este silêncio mostrou-se tarefa árdua, a começar por sua espinha dorsal, as fontes, caracterizadas no mais das vezes por fragmentos e reminiscências esparsas, dispersos em arquivos de vários estados brasileiros. Como bem observa Margareth Rago “toda uma tradição histórica libertária encontra-se silenciada, muitas vezes mal guardada em arquivos sem muitos recursos, ou espalhadas em casas de antigos militantes, e não apenas no Brasil”⁵. Nesta jornada, através do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp, em São Paulo, nos deparamos com um expressivo conjunto de dados divulgados pela imprensa operária, via jornais como *A Lanterna*, *A Plebe*, *La Scure*, *A Vanguarda*, que traziam informações acerca de articulações anticlericais e libertárias gestadas em solo catarinense durante boa parte da Primeira República. Outro rol de fontes por nós utilizadas foi a imprensa alternativa surgida a partir dos anos 1970, sobretudo o jornal *O Inimigo do Rei*, e também os zines que expressam a assimilação de pressupostos anarquistas por parte do Movimento *Punk*. Mais ainda, a internet, oferecendo páginas, sítios, e-mails e redes de relacionamento como o orkut, entre outros, mostraram-se ferramentas de investigação eficazes e facilitadoras - particularmente para a História do Tempo Presente -, na localização de informações e de pessoas vinculadas a acontecimentos ou a personagens sob os quais

5 RAGO, Margareth. *Entre a História e a Liberdade*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 26.

debruçávamos em busca de maiores informações.

E diante de cada evidência, descortinava-se um cenário mesclado por atuações contemporâneas do pós-ditadura e por situações cingidas na primeira metade do século 20, revelando eventos com a Jornada Libertária de 1986, as articulações contraculturais dos anarco-punks nos anos 90 ou o surgimento do jornal ClãDestino, misturadas com a atuação dos libertários Giovanni Rossi e José Oiticica, com a criação da colônia anarquista Cosmos ou com a expulsão de operários acusados de subversão da ordem pública, nas primeiras décadas do século passado, manifestações essas associadas à propaganda anticlerical, de jornais como *A Lanterna*, de São Paulo, e *O Clarão*, de Santa Catarina. Nesse último Estado, tais manifestações não engendraram, decerto, grandes mobilizações coletivas ou significativas formas de organização. Todavia, no contexto de suas peculiaridades, tiveram lugar uma série de expressões anticlericais ou libertárias, que merecem ser conhecidas e reconhecidas, enquanto amostra de uma cultura de contestação.

Para tal feito investigativo valemo-nos dos estudos de Edward Palmer Thompson, particularmente os escritos *As Peculiaridades dos Ingleses*⁶ e *Mesa, você existe?*⁷, que auxiliaram a percorrer os caminhos condizentes à experiência e à cultura, principalmente no que concerne ao imaginário social e às imposições autoritárias das diretrizes dominantes; de Carlo Ginzburg, o texto *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*⁸, que nos disponibilizou um método “conjectural” capaz de reconstituir em parte fatos por meio da observação e do paralelismo; e de Walter Benjamin, o ensaio *Sobre o conceito de História*⁹, que na senda de sua história escovada a contrapelo instigou a busca de

6 THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses* e outros artigos (Org. Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva). Campinas: UNICAMP, 2001.

7 THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros* - uma Crítica ao Pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, ps. 13 a 18.

8 GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

9 BENJAMIM, Walter. *Obras Escolhidas* vol. 1, Magia e Técnica, Arte e Política. 7 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. Sobre esse texto, ver também: LÖWY, Michael. *Aviso de Incêndio*. Uma Leitura das Teses “sobre o Conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005.

evidências de um passado esquecido que consigo abrigava novas dimensões sobre a história dos vencidos.

Com isso, a dissertação constitui-se em três capítulos. No primeiro, “Signos da utopia”, buscamos percorrer a renovação das práticas libertárias que, através da conjuntura de “abertura” política, foram sendo elaboradas especialmente a partir de 1980 em Santa Catarina por via de grupos articulados na distribuição do jornal *O Inimigo do Rei*, assim como a simbiose entre idéias anarquistas e contracultura, que produziu um novo perfil a uma significativa parcela do movimento libertário, e visivelmente detectado na postura de grupos contemporâneos como os *punks*. E para tal investigação os *zines* mostraram-se uma fonte inestimável, justificando a atenção cada vez maior que despertam entre pesquisadores, como antropólogos¹⁰, sociólogos¹¹ e historiadores¹².

No segundo capítulo, intitulado “Experiências dissonantes”, buscou-se mostrar que, apesar do silêncio historiográfico, no Estado de Santa Catarina ressoaram idéias e práticas libertárias e anticlericais, na forma de colônias autogestionárias como a Cosmos, dentre outras, e de greves operárias tratadas com truculência pela polícia e pelas autoridades governamentais, ou na trajetória de indivíduos como Giovanni Rossi, Cesare Sartori e Baldomero Minguez, bem como na feitura de instrumentos de propaganda como o jornal anticlerical *O Clarão*, sempre articulados às iniciativas e organismos dos centros mais dinâmicos do país e contribuindo para contrariar a imagem de um Estado forjado por uma imigração européia ordeira e afeta ao trabalho, aos laços familiares e às determinações das Igrejas cristãs.

Por fim, no terceiro e último capítulo, “Paradigmas do silêncio”, desenvolvemos

10 Na Antropologia destacamos o trabalho de CAIAFA, Janice. *Movimento Punk na Cidade*. A Invasão dos Bandos Sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

11 No campo da Sociologia tem-se a obra de COSTA, Márcia Regina da. *Carecas dos Subúrbio*. Caminhos de um Nomadismo Moderno. São Paulo: Musa, 2000.

12 Versando a História, podemos citar: SOUSA, Rafael Lopes de. *Punk: Cultura e Protesto*. São Paulo: Pulsar, 2002; e OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Os Fanzines Contam uma História sobre Punks*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

um apanhado geral sobre a construção historiográfica no Estado de Santa Catarina, partindo da produção de cunho “tradicional” marcado pela matriz intelectual do pós-1930, visando evidenciar quais atores e acontecimentos foram tidos como inconvenientes à imagem de um Estado cuja representação predominante está calcada na imigração européia da segunda metade do século 19 e seu suposto apego à ordem, à moral e aos bons costumes, para em seguida destacar as mudanças de perspectivas que possibilitaram focalizar novos objetos, e empregar novas abordagens, a partir da década de 1980 e, com isso, retirar da penumbra ou do esquecimento numerosos atores sociais.

Assim, entre expressões de subversão da ordem vigente em épocas contemporâneas ou na Primeira República, as quais muitas vezes atraíram sobre si arbitrariedades e violências dos mais diferentes tipos, buscamos dar mostra à personagens e suas lutas, à jornais e manifestações, e, sobretudo, a um corpo de idéias que em grande medida foram mantidas por longo tempo as margens da historiografia. Com isso, pretendemos, ainda que de maneira limitada, desvelar a presença anarquista em Santa Catarina e construir uma aparente encruzilhada de sinais que convidamos o leitor a percorrer.

CAPÍTULO I

SIGNOS DA UTOPIA

Uma combinação de circunstâncias
acabou por marcar quase tudo o que fiz
com uma certa aura de conspiração.
Guy Debord, *Panegírico*.

Os últimos anos da década de 1970 ficaram marcados por importantes greves de trabalhadores e pela fermentação de diferentes movimentos sociais, pelo retorno da liberdade de imprensa, pela anistia e pela reorganização partidária, numa demonstração de “que a sociedade civil não é propriamente fraca nem o Estado brasileiro propriamente seu promotor”. Assim,

(...) a demolição do velho e a construção do novo se deve menos ao movimento interno de categorias de análise e muito mais à emergência concreta dos movimentos sociais, de suas demandas e de suas práticas políticas, a apropriação destes temas propostos pela realidade se faz mais pela via da descoberta intelectual das categorias libertárias do que pelo registro paciente e sistemático desta realidade como auto-reflexão.¹³

Nestas circunstâncias de novos anseios políticos por parte de uma sociedade que vivenciou anos de ditadura, é que alguns agrupamentos anarquistas, cingidos ao pensamento da contracultura, reinventam-se, numa *bricolage* que vai de Bakunin, a Antonin Artaud passando por Raoul Vaneigem¹⁴, propondo novos rumos acerca da maneira de se pensar e se relacionar com o mundo, numa tentativa de vincular novos desejos a lutas do passado.

Neste contexto, a década de 1980 simbolizou no Brasil uma expressiva retomada

13 PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.). *Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: UFRJ, s/d. p. 54 e 55.

14 Mikhail Aleksandrovich Bakunin (1814-1876), anarquista russo envolvido em revoltas que sacudiram Paris, Dresden e Praga, alguns de seus textos marcaram gerações, como *Deus e o Estado*, e *Estatismo e Anarquia*. Antoine Marie Joseph Artaud, poeta, escritor, dramaturgo e ator francês, manteve fortes vínculos com o movimento surrealista: tido como louco foi várias vezes internado em manicômios. Raoul Vaneigem, pensador belga, editou a revista *Internationale Situationniste* e escreveu a obra *A Arte de Viver para as Novas Gerações*.

das idéias libertárias, com a publicação ou a reedição das obras de pensadores como Bakunin, Proudhon, Malatesta e Kropotkin¹⁵, ou ainda com a produção de trabalhos acadêmicos acerca do movimento anarquista brasileiro, a exemplo de *Nem Pátria, Nem Patrão!* de Francisco Foot Hardman¹⁶. Pelas mãos de Plínio Augusto Coelho, após exílio na França, nasceu então em Brasília a Novos Tempos¹⁷, editora anarquista que lançou *Proudhon: Pluralismo e Autogestão*, do sociólogo francês Jean Bancal¹⁸, em 1984. Fundador da revista *Autogestions*, Bancal marcou presença em Florianópolis e Blumenau, onde realizou palestras sobre a autogestão e o Estado burocrático, assim como sobre o pensamento de Pierre-Joseph Proudhon. Segundo o jornal *O Estado*:

Proudhon afirma que o Estado governamentalista é politicamente um déspota. Organizando-se como uma centralização hierárquica dos poderes públicos, aparece como um instrumento de dominação, negando a autonomia da sociedade e sua possibilidade de auto-administração. Um dos melhores especialistas em Proudhon, Jean Bancal diz que estas questões estão hoje presentes na discussão política de quem deseja realmente refletir sobre nossa realidade sem fixar-se em idéias e esquemas convencionais¹⁹.

15 Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), pensador francês que por suas críticas ao sistema político-econômico foi várias vezes preso e exilado. “Mestre de todos nós”, como o chamou Bakunin, escreveu livros como: *O que é Propriedade?* e *Filosofia da Miséria*. Errico Malatesta (1853-1932), anarquista italiano, participou de insurreições na Itália, Espanha e Bélgica, pelo que foi exilado, e escreveu textos como: *A Anarquia*. Peter Alexeyevich Kropotkin (1842-1912), anarquista russo, redigiu obras como *A Conquista do Pão*, *Memórias de um Revolucionário* e *A Grande Revolução* (sobre a Revolução Francesa).

16 Publicado em 1983 pela editora Brasiliense que, ao lado da editora L&PM, constituía-se em importante expoente na publicação de livros anarquistas e da contracultura.

17 Embrião da editora Imaginário, uma das divulgadoras do anarquismo no Brasil.

18 Professor da Universidade de Paris, diretor do Centro de Pesquisas Econômicas Aplicadas, presidente da *Société Proudhon* e vice-presidente da Sociedade dos Poetas Franceses.

19 *O Estado*, Florianópolis, 06 de setembro de 1984. (BPESC).



Imagem 1: Jean Bancal autografa seu livro em Blumenau²⁰.

Aversão por idéias convencionais que tinha como forte representante o jornal baiano *O Inimigo do Rei* nascido no final dos anos 70, assim como a revista *Víbora* surgida em Brasília nos anos 80, publicações estas que compunham um rol de perspectivas libertárias alimentadas pela contracultura enquanto nova especificidade que ganhava corpo no anarquismo brasileiro. Nesses termos, *Víbora*, “uma revista que proclama o nada”, brada: “adiante senhores, delirem, envergonhem-se, em nossas páginas de misérias. Adiante, espiem nosso vômito ...”²¹. Veredas da contracultura que seriam especialmente sentidas e representadas por outro movimento, o anarco-punk.

1. 1 – Presença Rebelde

Enquanto segmentos da esquerda comemoravam os 60 anos da Revolução Russa, pelas mãos de estudantes da Universidade Federal da Bahia surgia naquele outubro de 1977 o jornal libertário *O Inimigo do Rei*. Órgão sarcástico e provocativo, que se valendo da “abertura lenta e gradual” implementada pelo governo Geisel, vinha polemizar com o cenário político social propagando discussões sobre homossexualidade, condição feminina, negritude, situação indígena, legalização da maconha, anarquismo, assim como tecendo críticas ao regime militar, situação perceptível na escolha do próprio

20 Extraída do jornal *O Estado*, Florianópolis, 07 de setembro de 1984. (BPESC).

21 *Víbora* nº 6. Brasília, s/d., contracapa. A revista foi fundada por Ézio Flavio Bazzo, autor de obras como *Manifesto Aberto à Estupidez Humana* (1987), *Maldições – Prazeres & Verdades* (1987), *A Arte de Cuspir* (1994).

nome do jornal, uma alegoria ao poder autocrático de Geisel. Para tanto, a princípio assumindo-se como um jornal antimonarquista - com circulação bimestral a partir de 1978 -, *O Inimigo do Rei* tornar-se-ia um importante instrumental da chamada imprensa alternativa²² e da propagação do anarquismo.

Reportando-se ao *O Inimigo* João Henrique Oliveira destaca:

(...) podemos notar um prolífico diálogo entre a agenda da contracultura e a longa tradição de lutas operárias de esquerda. Não faltavam críticas a todas as formas de autoritarismo de direita, mas também não poupavam farpas contra os grupos marxistas-leninistas. E foi exatamente motivado pelo autoritarismo de esquerda no movimento estudantil que um grupo de estudantes baianos lançou, (...) o embrião de *O Inimigo do Rei*: o panfleto *O Fantasma da Liberdade*.

Desse pequeno panfleto nasce uma das experiências mais duradouras da imprensa alternativa brasileira: *O Inimigo do Rei* seria publicado de 1977 a 1988, com algumas interrupções motivadas sobretudo por dificuldades financeiras. A publicação logo ganharia formato tablóide e distribuição nacional graças a uma rede de colaboradores em vários estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Pará ...). O jornal mobiliza grupos e indivíduos de postura libertária que voltam a ter uma publicação para veicular suas idéias.²³

Neste contexto, a capital catarinense era o cenário em que atuava desde o final dos anos 70 o Núcleo Anarquista de Florianópolis (NAF), engajado em campanhas como a Anistia e que foi um dos centros de divulgação do *O Inimigo do Rei* no Sul do Brasil. Comentando sobre as motivações que levavam a distribuição do jornal baiano por outros Estados brasileiros, Leonardo Carvalho Pinto, pontua:

No contexto de um movimento estudantil controlado por grupos de inspiração marxista, a proposta de organização de *O Inimigo do Rei* atraiu a simpatia de estudantes de diversas cidades. A partir daí, o

22 Segundo Henrique Magalhães, as características das publicações alternativas são: “(...) basta que esta seja independente, tenha uma circulação de mão em mão ou via postal e trate de assuntos pouco abordados pela imprensa comercial”. In: MAGALHÃES, Henrique. *O que é Fanzine*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 12.

23 OLIVEIRA, João Henrique. “Você Pode Fumar Baseado...”: A Contracultura nas Páginas de *O Inimigo do Rei*. In: BAQUEIRO, Carlos & NUNES, Eliene. *O Inimigo do Rei: Imprimindo Utopias Anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007. p. 21.

jornal alcançou repercussão em várias capitais e obteve adesões entre os estudantes que não se identificavam com a forma como o movimento estudantil se encontrava organizado.²⁴

Situação esta, que motivava a realização de um encontro libertário em Florianópolis no mês de fevereiro de 1982, na Lagoa da Conceição em pleno carnaval, sobre o que o jornal anarquista baiano escreveu:

O encontro dos inimigos do rei, foi realizado nos dias 20, 21, 22 e 23 numa das praias da ilha de Florianópolis e congregou várias tendências e grupos libertários, assim como pessoas ligadas e simpatizantes, e levantou tópicos importantes no processo de lutas que deverá traduzir-se certamente numa alternativa de organização ou participação social.²⁵

Encontro nacional que contou com a presença de libertários do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina para discutir estratégias de ação, tais como mobilizações contra o desemprego - fruto da grave crise econômica pela qual o país passava -, posicionamento quanto as eleições de 1982, organização de comunidades alternativas, assim como a possibilidade (ou validade) de participação no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), no segundo semestre de 1982, na cidade de São Paulo.

Sobre as propostas tiradas no encontro, o jornal *O Inimigo do Rei* destacou:

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA TODOS OS TRABALHADORES, DESDE QUE MANTIDOS OS SALÁRIOS E REAJUSTADOS TRIMESTRALMENTE. Mas a proposta não se reduz apenas ao aspecto econômico propõe também o CONTROLE SOCIAL DOS TRABALHADORES DA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO, dentro de uma AUTOGESTÃO libertária e total. Manifestando-se por TODO PODER AOS POBRES PEÕES DO CAMPO E CIDADE.²⁶

Era uma proposta que o grupo pretendia encaminhar ao CONCLAT e em prol da

24 PINTO, Leonardo Carvalho. *O Inimigo do Rei: um Jornal Anarquista*. In: DEMINICIS, Rafael Borges & FILHO, Daniel Aarão Reis. (Org.). *História do Anarquismo no Brasil - Vol. 1*. Niterói: UFF/Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. p. 136.

25 *O Inimigo do Rei*, nº 16, Salvador, março/ abril de 1982. (AMAP).

26 *O Inimigo do Rei*, nº 16, Salvador, março/ abril de 1982. (AMAP).

construção de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo seus integrantes, essa Central, para ser legítima, “terá que representar uma perspectiva não reformista” mas sim, “revolucionária continuadora da nossa tradição de Sindicatos livre e combativos”²⁷, seguindo a linha da Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906 por anarquistas e socialistas durante o Primeiro Congresso Operário Brasileiro.

Os “inimigos do rei” também propuseram formas de ação frente às eleições diretas para os governos estaduais que se realizariam naquele ano, defendendo práticas que iam do voto nulo ao ato de votar individualmente na oposição, cogitando-se ainda a realização de um ato público no dia 15 de outubro em várias partes do Brasil, com a “(...) intenção de denunciar o caráter oportunista das lideranças hegemônicas, e reafirmar a necessidade da derrota dos casuísmos do governo para evitar uma consolidação do regime”.²⁸ Outrossim, o grupo terminava os quatro dias do encontro, propondo um acampamento ecológico a ser realizado nas margens das cachoeiras de Sete Quedas no Paraná, em protesto a inauguração da barragem multinacional de Itaipu.

Na sua busca pela reorganização das movimentações anarquistas no Brasil, esfaceladas pelos anos de Ditadura, agremiações libertárias da região Sul, em especial militantes do Rio Grande do Sul vinculados ao Centro de Estudos em Pesquisas Social de Caxias do Sul²⁹, da Editora A³⁰ e do Coletivo “Inimigo do Rei”, ambos de Porto Alegre, propõem a realização da Primeira Jornada Libertária, efetuada nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro de 1986 em Florianópolis.

27 *Idem*.

28 *O Inimigo do Rei*, nº 16, Salvador, março/ abril, 1982. (AMAP).

29 Segundo Helios Puig González, de Porto Alegre, o Centro de Estudos em Pesquisa Social, foi criado no início da década de 1980, por professores e estudantes da Universidade de Caxias do Sul, e visava realizar trabalhos de cunho social envolvendo estudantes, desempregados, trabalhadores e menores abandonados. Neste sentido, organizava seminários, cursos, palestras, festas, manifestações, estando envolvido na administração da Escola Meninos de Brodoski, que trabalhava com crianças abandonadas.

30 Ainda segundo Helios Puig González, a editora A foi um projeto de editoração de livros libertários em vários Estados brasileiros, no final dos anos 70. No Rio Grande do Sul, surge na senda da repressão da Ditadura Militar, que efetuava prisões de estudantes e trabalhadores libertários e fechava jornais como *O Protesto* e *Autogestão Operária* no início daquela década; seguido da interdição das gráficas Trevo e Vértice e do confisco dos livros da Edições Prôa, que tinha como primeiro volume da sua Biblioteca de Cultura Libertária, publicado em 1968, *Hacia una Nueva Humanidad* de Errico Malatesta.

Partindo de uma iniciativa essencialmente sulista, tal evento não equacionava diretrizes de ação para o movimento libertário brasileiro como um todo. Todavia, nascia dentro de uma perspectiva de avançar a luta social e libertária e sair da clandestinidade apontando para a reconstrução pública das organizações autônomas dos trabalhadores, destruídas pelas ditaduras. Registrando tal iniciativa anarquista que reunia mais de uma centena de participantes - entre naturalistas, feministas, ecologistas, *punks*, sindicalistas de diversos estados brasileiros - e que contava com o apoio internacional de organizações como a *Confederacio Nacional del Trabajo* (CNT) da Espanha (exilada na França), Federação Operária Regional Argentina (FORA) e *Agora Libertaire* da França, a imprensa catarinense publicou:

Redefinir uma estratégia para o Movimento Libertário, diante do quadro político atual, e discutir a rearticulação do Anarquismo no Brasil. Estes foram os dois objetivos básicos da I Jornada Libertária, realizada durante o último final de semana no parque do Rio Apa, na Lagoa da Conceição³¹.

No encontro foi discutida a proposta de reconstrução da Confederação Operária Brasileira (COB), enquanto entidade autônoma de luta operária, vinculada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a partir da criação de núcleos pró-COB articulados por categorias específicas, visando “(...) devolver aos trabalhadores uma perspectiva de organização social com base no Trabalho, sem intermediários”³², e pautada pela autogestão e pela ação direta (além da jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução salarial; piso salarial para todas as categorias; escala móvel de salários e aumento real dos mesmos; liberdade de organização). Nesta perspectiva, surgem núcleos na Bahia, no Pará, no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal, e em São Paulo, que a partir de 1988 passaram a editar o periódico *A Voz do Trabalhador*³³

31 *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 24 de fevereiro de 1986. (BPESC).

32 Brochura - Jornada Libertária. p. 12. A mesma traz propostas e deliberações do encontro, organizadas na forma de um caderno pela Editora A de Porto Alegre. Ao final do material há a seguinte nota: “lamentamos a censura da Folha de S. Paulo na não divulgação dos resultados da 1ª Jornada Libertária”.

33 *A Voz do Trabalhador* surgiu em 1908, a partir do Primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado no Rio de Janeiro em 1906, como órgão da Confederação Operária Brasileira (COB). O novo *A Voz do Trabalhador* surgiu em 1988, impresso em Belém do Pará, e trazia em seu cabeçalho “fundado em 1908 –

autodenominado de “um jornal anarco-sindicalista”.

Da carta de princípios dos núcleos Pró-COB, deliberada no final de 1987 durante o 2º Congresso Nacional Pró-COB, realizado em Salvador, na Bahia, destacamos:

O 2º Congresso Anarco-sindicalista reafirma que o caminho para a superação do capitalismo deve ser trilhado pelo povo, para que seja eliminada toda exploração. Os anarco-sindicalistas brasileiros entendem que se trata de um processo de revolução social que seja capaz de eliminar toda autoridade governamental, partidária e patronal.

Propomo-nos a construir um dos caminhos para essa meta e esse caminho é a reconstrução da Confederação Operária Brasileira, um movimento nacional que reunirá agrupações livres de trabalhadores, empregados, desempregados e trabalhadores autônomos. Um movimento que atuará na luta contra o Estado e seus instrumentos de dominação (Polícia, Justiça, Parlamentos, Forças Armadas, Escolas, Sindicatos Oficiais, Capitalistas, Partidos Políticos) visando a sua completa destruição – para que seja possível a construção de uma sociedade nova, verdadeiramente socialista e livre³⁴.

Nesses termos, tentavam recuperar a tradição dos sindicatos livres da Primeira República, articulados a partir de 1908 pela Confederação Operária Brasileira (COB). Para tanto, mantendo-se fiéis às bases acordadas durante o Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906, os núcleos Pró-COB, afirmavam em sua carta de princípios a fundamental necessidade de filiação a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) enquanto manifestação de solidariedade e internacionalismo.

Entretanto, nas últimas décadas do século 20, o pleito de recriar a COB não era feito por operários, como havia acontecido em 1906, mas por outras categorias de trabalhadores assalariados e profissionais liberais, como professores, bancários, arquitetos, jornalistas e engenheiros, assim como um número expressivo de estudantes universitários, assinalando assim uma outra conjuntura social.

Na sequência da pauta de propostas, discutia-se a atuação dos anarquistas frente à

nova fase”.

34 *O Inimigo do Rei*, nº 22, Salvador, 1988. (AMAP).

Constituinte, assim deliberando-se pela criação de Plenárias Libertárias visando instigar discussões dentro do movimento anarquista e entre a população, para a elaboração de um projeto de uma “Constituinte Paralela”, de caráter popular (plenárias estas articuladas por cidade, estado, região e confederadas nacionalmente).

Outrossim, propunha-se um maior entrosamento de indivíduos anarquistas nos movimentos sociais e a criação de grupos de pressão para cobrar a atuação das alas congressistas e demais segmentos político-partidários envolvidos com a Constituinte. Paralelamente a isso, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), numa reunião do diretório regional realizada em Florianópolis, avaliava coligações no lançamentos de pré-candidatos às eleições de novembro e se mostrava favorável a Constituinte, desde “que ela seja progressista”³⁵.

Entre os participantes da Primeira Jornada Libertária estavam alguns punks, integrantes da banda paulista “Excomungados”, que destacavam a necessidade de se investir numa pedagogia revolucionária, para despertar nas crianças “o germe da contestação”. Sobre tais participantes, podemos dizer que tinham sua origem no evento “O começo do fim do mundo”³⁶, que mobilizou jovens dos subúrbios paulistanos e estimulou, em 1983, o surgimento da banda, grupo punk que na década de 1980 marcou presença na ocupação do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), em campanhas pelo voto nulo, em protestos anti-nucleares e em atividades do Centro de Cultura Social (CCS) de São Paulo.

Seja como for, a presença punk imprimiu motivações contraculturais no evento, projetando idéias por vezes em consonância com os anseios anarquistas e agitando os

35 *O Inimigo do Rei*, nº 22, Salvador, 1988. (AMAP).

36 Um dos primeiros festivais *punks*, ocorrido em 1982 entre os dias 27 e 28 de novembro no SESC-Fábrica da Pompéia em São Paulo. Por seu turno, a banda “Excomungados” adotava postura controversas, como tantas de sua época, pois se por um lado seus integrantes demonstravam preocupações políticas frente a várias questões, elaborando letras contra o serviço militar obrigatório e o sistema psiquiátrico, por outro lado evitavam se posicionar frente ao ganguismo *punk* e a cena *skinhead*. Para tais deduções valho-me de entrevistas publicadas na obra: COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio*. Caminhos de um Nomadismo Moderno. São Paulo: Musa, 2000.

presentes com seu som de protesto, reforçado pela banda catarinense, também punk Urubu Mecânico e por sessões de biodança e terapia *rajneesh*. No que se refere às outras propostas apresentadas no encontro³⁷, tem-se: “os anarquistas e a espontaneidade revolucionária”, “relatos de experiências pedagógicas libertárias” e “ecologia e liberdade”, sendo que as duas últimas, por não terem sido debatidos na plenária, ficavam para um próximo encontro. Mais ainda, nesta reorganização das ações anarquistas, eram aprovadas duas jornadas comemorativas: a primeira sobre os “100 anos de lutas pela redução da jornada de trabalho (1886-1986)”³⁸, a se realizar no começo de maio na cidade de São Paulo, paralelo ao Congresso Anarquista de São Paulo, e a segunda reportando-se aos “50 anos da Revolução Espanhola (1936-1986)”³⁹, programada para meados de julho em Porto Alegre.

37 O informativo *O Coletivo Libertário* nº 3 de São Paulo, registra que durante a Primeira Jornada era encabeçada por militantes da Bahia, campanha “Contra o Serviço Militar Obrigatório”. Ainda como, a proposta da criação de uma Rede de contatos e informações dentro do movimento anarquista. (A/A).

38 Data relacionada à greve de 1º de maio de 1886 em Chicago, cuja principal reivindicação era a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias e que era reprimida com truculência. Em protesto, os trabalhadores organizam um comício em 4 de maio, o qual terminaria em mais violência: uma bomba explodiu entre a multidão, ferindo cerca de 60 pessoas e matando oito policiais. Foram então presos como responsáveis vários líderes sindicais, entre estes os anarquistas August Spies, Michel Schwab, Albert Parsons, Sam Fielden, Oscar Neeb, Adolph Fischer, Louis Lingg e Georg Engel, que levados a julgamento receberam sentenças que iam da prisão perpetua a forca, dando origem ao 1º de maio como o dia de lutas classistas.

39 Estendendo-se de 1936 a 1939, a Revolução Espanhola envolveu anarquistas, socialistas, comunistas e republicanos, entre outros, contra a tomada do poder pelos conservadores liderados por Francisco Franco (1892-1975) com o apoio da Igreja Católica. No curso da lutas, grupos anarquistas coletivizaram campos e fábricas, colocando em prática propostas autogestionárias, assim como buscaram organizar uma nova sociedade, o que foi destruído com a vitória de Franco ao final do conflito.



Imagem 2: Primeira Jornada Libertária⁴⁰.

Relembrando o encontro libertário realizado em 1986 em Florianópolis, Helios Puig, um dos organizadores, pontua: “(...) esse evento por seu caráter contracultural-contestador não contou com nenhum patrocínio. Tudo veio da solidariedade e do apoio mútuo. Desde a alimentação, alojamento, limpeza, até a programação”⁴¹. Por sua vez, vinculado também à realização da Primeira Jornada Libertária em Florianópolis estava Wilson Galvão do Rio Apa, escritor e dramaturgo, que fornecia como infra-estrutura a sua chácara na Lagoa da Conceição, mesmo lugar utilizado para Encontro Libertário de 1982. Naqueles idos, Rio Apa escrevia seus primeiros textos para a imprensa libertária, publicados no *O Inimigo do Rei*. Desta forma, numa edição de 1981, vê-se uma carta “aos anarquistas” assinada por ele e iniciada em tom de crítica a determinados setores libertários de São Paulo devido às suas políticas de atuação focadas no perímetro citadino, o que, segundo ele, equivalia a uma “desvalorização” das experiências de populações camponesas e dos homens do mar. Nestes termos afirma: “é, meus amigos, a sociedade comunitária camponesa foi a única cultura que realizou basicamente, até ser destroçada pela cultura urbana e dominante de vocês, as possibilidades anárquicas do

40 Extraída do jornal *O Estado*, Florianópolis, 24 de fevereiro de 1986. (BPESC).

41 Conversa informal com Helios Puig González, de Porto Alegre, por e-mail, em 22 de dezembro de 2008.

homem histórico”⁴², palavras que, de certo modo, corroboravam com a sua obra *Manifesto do Povo*, publicada em 1980 e que reivindicava um retorno ao comunitarismo rural levado a cabo por libertários entre o final do século 19 e início do século 20.

Desta forma, pode-se constatar uma certa heterogeneidade das idéias circulantes entre grupos e indivíduos que compõem o movimento anarquista, que na esteira de sua pluralidade abrigava polêmicas, especialmente tangíveis nas últimas décadas do século 20 em torno de projetos como da criação de uma federação anarquista brasileira, que tinha em Wilson Rio Apa um dos seus importantes críticos.

Seja como for, Rio Apa, em 1982, num texto intitulado “A utopia de todos e de cada um (processo e realização)” e publicado pelo *O Inimigo do Rei*, escreveu:

(...) descobrimos que a ânsia constante de liberdade tem sua fonte no anarquismo do ser, o que nos leva, logicamente, a definir liberdade como anarquia. Mas acontece que civilização é organização e repreensão, e assim ficamos como individualidade anárquica, sempre a margem e em luta permanente contra a sociedade, o meio urbano e suas conseqüências diretas: o estado, os poderes, o autoritarismo, etc. E ainda, em choque com as limitações da própria condição física e com o destino bio-circunstancial da espécie.

Todo esse conflito gera a dramática desproporção entre o ideal e o real, que nos impõe como fórmula de sobrevivência psicológica, a alienação, a idealização constante, ou seja: o estado utópico, a vivência libertária, o anarquismo. E se é vivência, é realidade é realização individual possível.⁴³

E, uma década depois, em 1999, pelas suas mãos nascia o *Clã Destino - Jornal que Ilumina a Pólvora com Vela -*, publicação que misturava poesia a textos anarquistas, constituindo-se logo num dos mais expressivos e duradouros periódicos libertários editados em Santa Catarina.⁴⁴ Paralelamente a escritos como *As Possibilidades Reais do*

42 *O Inimigo do Rei*, nº 14, Salvador, 1981. (A/A).

43 *O Inimigo do Rei*, nº 16, Salvador, 1982. (AMAP).

44 Desde seu surgimento em 1999 até o fim de suas atividades em janeiro de 2008, o jornal completou 86 números publicados. Rio Apa foi autor de vários livros, como *A Revolução dos Homens* (1967), *No Mar das Vítimas* (1979), *Manifesto do Povo* (1980), *Os Vivos e os Mortos* (1980), *O Homem-Ator: a Vida como Representação e Realização* (1999), *O Homem Abstrato: o Viver como Abstração Verbal* (1999), *As Possibilidades Reais do Anarquismo* (2001), *O Sentido dos Ventos: Romance das Comunidades*

Anarquismo, Rio Apa almejava a constituição de uma comunidade rural libertária na Praia da Pinheira em Palhoça, num lugar denominado *Vale da Utopia*, localidade que aliás no início de 2001 sediou um Encontro Anarco-Punk enquanto evento preparatório para o III Encontro Internacional Anarco-Punk, a ser realizado na Bahia.

1. 2 - Pulsações políticas do desejo

Através de jovens oriundos dos subúrbios, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, que viam suas perspectivas de vida frustradas frente um cenário de crise econômica que se refletia no crescente desemprego, nasceria na década de 1970 o Movimento *Punk*. Nesse sentido, “uma geração que, insatisfeita com tudo, acaba de invocar o espírito de mudança”, fazendo para tanto “(...) uma crítica e um ataque frontal a uma sociedade exploradora, estagnada e estagnante nos seus próprios vícios”⁴⁵, valendo-se para isso da “criação de atitudes provocantes, desafiadoras, ‘deflagradoras de desordens’, em todos os sentidos: da desordem semântica à desordem comportamental”⁴⁶, associados a um choque estético através de cabelos espetados e moicanos coloridos, trajes negros e andrajos, seguido de correntes e alfinetes, que causavam espanto aos olhares desavisados.

Por sua vez, ainda no final dos anos 70 o *punk* ecoava pelo Brasil através da imprensa e da venda de discos, surgindo dos subúrbios de São Paulo os primeiros *punks* e bandas como AI-5, Restos de Nada, Condutores de Cadáver e Lixomania. Na época, “o ‘milagre econômico’ da ditadura militar brasileira estava se esgotando, as perspectivas para o futuro se delineavam sombrias para esses jovens. Suas canções não falavam de amor. Ao contrário, eram agressivas e ensurdecedoras, desesperadas.”⁴⁷

Alternativas (2005), *Pela Primeira Vez & Os Sábios da Vida* (2007).

45 BIVAR, Antonio. *O que é Punk*. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 47 e 49.

46 ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: Scritta, 1994. p. 45. Sobre isso, ver também COSTA, Pere-Oriol; TORNERO, Jôse Manuel Pérez; TROPEA, Fabio. *Tribus Urbanas. El Ansia de Identidad Juvenil: Entre el Culto a la Image y la Autoafirmación Através de la Violencia*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

47 SALEM, Helena. *As Tribos do Mal. O Neonazismo no Brasil e no Mundo*. 9 ed., São Paulo: Atual, 1995. p. 38.

Porém, concomitantemente ao crescimento da cena *punk* no Brasil, surgem as gangues, que se valendo do uso da violência enquanto resposta ao sistema – assim como os protagonistas de *A Laranja Mecânica*⁴⁸ -, produziam rixas entre grupos e ocasionavam uma “‘guerra de regiões` (...) onde cada grupo, por meio da agressividade e força busca impor limites para a atuação de seus oponentes”⁴⁹. Todavia, neste ínterim “alguns *punks* também se intelectualizaram, lendo clássicos da filosofia política anarquista, como Bakunin e Malatesta, defendendo o anarco-sindicalismo e o anarquismo em geral, considerando-se apóstolos da contracultura”⁵⁰. Surgiam assim, nos anos 80, das clivagens do *punk*, os anarco-*punks*, que através da assimilação das idéias anarquistas projetavam uma linha de pensamento político que “rejeita todo tipo de autoritarismo”.⁵¹ Entretanto, assim como, o anarquismo, o *punk* mostrava-se averso a homogeneidades, dando origem a inúmeras tendências, tais como: os *punks* 77, *hardcores*, *niilistas*, assinalando assim, divergências de idéias e práticas, alimentadas por conflitos.

Sobre a tendência anarco-*punk* Rafael Lopes de Sousa pontua:

O movimento Anarco-Punk é, portanto, decorrência direta das diversas incursões que alguns *punks* vinham fazendo ao CCS⁵² para participar de “palestras libertárias”. Esse contato mais permanente com os anarquistas e da constatação de que o movimento passava por uma crise de identidade, surgiu o interesse em criar um espaço mais teórico para refletir sobre a realidade social e, ao mesmo tempo, divulgar e popularizar as idéias anarquistas dentro de suas comunidades⁵³.

Assim, novas perspectivas de luta iriam surgir para o Movimento Anarco Punk (MAP) que, na busca pela difusão da cultura libertária e ambicionando alternativas ao

48 Filme de Stanley Kubrick (1971) baseado na obra de nome homônimo de Anthony Burgess, que trata das aventuras do jovem Alex e seus *drugs* (amigos). Estreando apenas em 1978 no Brasil devido à censura da Ditadura Militar (mesmo liberado, apareciam bolinhas pretas nas genitais de seus personagens nus), ele se tornaria um dos filmes preferidos entre os *punks*.

49 SOUSA, Rafael Lopes de. *Punk: Cultura e Protesto*. São Paulo: Edições Pulsar, 2002. p. 50.

50 SALEM, *Op. Cit.* p. 40.

51 DELFINI, Luciano & PETTA, Nicolina Luiza de. *Para Entender o Anarquismo*. São Paulo: Moderna, 2004. p. 81.

52 Centro de Cultura Social de São Paulo. Fundado em 1933, foi fechado pelo Estado Novo e, também, durante a Ditadura Militar após o AI 5, retomando suas atividades somente em 1985.

53 SOUSA (2002), *Op. Cit.* p. 107.

sistema, colocava em prática as primeiras experiências de ocupações urbanas – os *squats* - enquanto moradia e espaço cultural. Assim, em julho de 1993, cerca de dez anarco-*punks* invadiam um prédio (composto por 15 cômodos) em Florianópolis, localizado na Alameda Adolfo Konder, local que havia pertencido à Santur (órgão oficial de turismo de Santa Catarina). Os jovens *punks* anarquistas, ao ocupá-lo, pretendiam constituir um *squat* (termo em inglês que corresponde a propriedade invadida), pondo em prática idéias libertárias como a autogestão, a solidariedade e o apoio mútuo, e nesta perspectiva almejavam dividir o espaço com outros grupos *underground* e de minoria.

Nascido na Europa durante a década de 1960, o movimento *squatter* buscava alternativas à falta de moradia, propondo a invasão de casas ou apartamentos fechados ou abandonados devido à especulação imobiliária, que os mantinham “para que se valorizem e possam ser vendidos num momento de bom preço”⁵⁴, ou que almejava sua deterioração para facilitar a demolição visando dar lugar a empreendimentos lucrativos:

A jogada era a seguinte: o aluguel ou venda de apartamento segue tabelas de acordo com a idade da construção. Enquanto que há praticamente total liberação para os novos, recém-acabados, os mais antigos seguem tetos que não podem ser ultrapassados e sempre são baixos. Portanto, acessíveis a camadas da população de renda menor, ou desempregados, ou estudantes que vivem de mesadas e bolsas. A política de aluguel baixo ou venda a um preço determinado não interessa aos proprietários. Daí o esvaziamento, a espera da decadência, a demolição.⁵⁵

Na contramão desta especulação imobiliária, o *Squat*, como espaço recuperado, nasce do comprometimento coletivo (puxar água e luz por vezes de forma clandestina, limpar e reformar em regime de mutirão) enquanto a organização política segue o princípio anarquista da autogestão, ou seja, a administração do espaço desenvolve-se mediante o compartilhar de responsabilidades entre os envolvidos.

Estive em alguns prédios ocupados, onde a divisão de espaço tinha sido

54 GABEIRA, Fernando. *Vida Alternativa: uma Revolução do Dia-a-dia*. 4 ed., Porto Alegre: L&PM, 1986. p.22.

55 BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *O Verde Violentou o Muro*. 11 ed., São Paulo: Global, 1986. p. 221.

muito bem racionalizada. O trabalho coletivo recuperou tetos que caíam, paredes que rachavam, banheiros entupidos, pisos inexistentes. O clima entre as pessoas é diferente, sente-se solidariedade.⁵⁶

Entre os *squatters* ou *okupas* (como são conhecidos na Espanha e na América Latina), encontram-se desempregados, ex-presidiários, *punks*, anarquistas, assim como outros segmentos da contracultura, tais como os *hippies*. Na Holanda, alguns anarquistas seriam os responsáveis em meados de 1960 por uma organização de ocupação desenvolvida a princípio em Amsterdã e que ficaria conhecida como movimento *Kraker*, termo originário da palavra *crac*, quebrar. O grupo mantinha a revista *Kraakkrant*, rádios clandestinas, advogados e os *Kraak-kafés*, bares “sem fins lucrativos e de acesso livre a quem quisesse frequentá-los”.⁵⁷ E face à ação policial, com bombas de gás e cassetetes, os *Krakers* se valiam de recursos que iam desde um elaborado sistema de alarme que mobilizava milhares de militantes, até barricadas, pedras, paus e molotovs.

Como assinalou Brandão diante de uma situação semelhante,

Em todos os prédios notei; em cantos estratégicos, carrinhos, desses de supermercados, abarrotados de munição: pedras, paus, ferro, tudo que possa ser utilizado numa refrega, se a polícia chegar de repente. Os ocupantes não entregam o ouro facilmente, defendem o que acham justo.⁵⁸

Os confrontos, em realidade, mostravam “que a própria dinâmica da cidade é capaz de revelar (...) movimentos que nem sempre sincronizam com a linearidade e a racionalidade presente nos discursos dominantes”.⁵⁹ E, enquanto ressonância no Brasil o movimento *squatter* tornava-se bandeira de luta entre os anarco-*punks*, e neste sentido uma ocupação em Florianópolis sinalizava a primeira experiência de repercussão no país. Sobre a mesma o jornal *O Estado* publica:

56 BRANDÃO. *Op. Cit.* p. 223.

57 TAVARES, Carlos A. P. *O que são Comunidades Alternativas*. São Paulo: Nova Cultural/ Brasiliense, 1985. p. 61.

58 BRANDÃO. *Op. Cit.* p. 223.

59 CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *Imagens do Conforto: a Casa Operária nas Primeiras Décadas do Séc. XX em São Paulo*. In: *Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, s/d. p.145.

Eles querem transformar a casa em um espaço alternativo para a cultura e dizem que só saem de lá depois que a prefeitura arranjar um outro lugar para eles abrirem à manifestação da arte, da música, da pintura e do teatro locais. Caso contrário, a casa vai virar um grande centro cultural.

Elenice Gouvêa, 17 anos, integrante do movimento, garante que existem vários prédios públicos abandonados na cidade e que poderiam ser transformados em espaços alternativos para a cultura. Grande parte, segundo ela, fica na avenida Mauro Ramos, uma das mais movimentadas da cidade.⁶⁰

E acrescenta:

Eles são anarquistas, mas frisam que não são desordeiros. Prova disso é a tentativa de recuperar o local abandonado desde o incêndio que aconteceu no ano passado. Sonham com um mundo onde não existam governantes, apenas respeito entre as pessoas.⁶¹

Diante de toda uma descaracterização do ideal anarquista, por vezes tachado como desordem pelos meios de comunicação, os anarco-*punks* faziam questão de afirmar a força e criatividade do pensamento libertário enquanto intervenção urbana em busca de saídas ao sistema vigente, neste caso a constituição de um *squat* que buscava tornar-se um espaço alternativo destinado a eventos e trabalhos que se colocavam na contramão do estabelecido. Desta forma, a criação de tal espaço alternativo era vista como uma possibilidade de afronta aos valores do mundo capitalista, entre eles o da propriedade privada e da massificação cultural. E nestas circunstâncias, um dos *punks* afirmava ao jornal *Zero*: “tem um Opala que pára todo o dia na frente do prédio. Os caras ficam olhando por uns dez minutos e depois vão embora”.⁶²

60 Jornal *O Estado*, Florianópolis, 11 de julho de 1993. (AMAP).

61 Jornal *O Estado*, Florianópolis, 13 de julho de 1993. (AMAP).

62 *Zero*, Florianópolis, agosto de 1993. (AMAP).



Imagem 3: Espaço Cultural Alternativo - *Squat* de Florianópolis⁶³

Nos anos 90, outras ocupações foram levadas a cabo por anarco-punks. Em julho de 1995, na periferia de Curitiba, surgia o *Squat* Kaäza, e na mesma cidade, no final dos anos 90, os *Squats* Payoll e Sobrado, entre vários outros na região sul-sudeste⁶⁴. Nesta senda, especialmente em Florianópolis, as ações do Movimento Anarco-Punk⁶⁵ (MAP) ganhavam certo dinamismo, como veiculou a imprensa local:

“Pela vida, pela paz, militarismo nunca mais!”. O som alto das caixas de som não conseguiu abafar o grito de protesto dos sete integrantes do Movimento Anarco Punk, logo após o desfile militar de 7 de Setembro, (...) em Florianópolis. (...) segurando faixas com frases antibélicas (...), os anarquistas desfilaram ao longo de toda a avenida Beira Mar Norte chamando a atenção de quem passava (...). Mesmo não obtendo adesões, o movimento conseguiu dar seu recado contra o serviço militar obrigatório, garantiu um dos anarquistas (...).⁶⁶

As comemorações cívicas do 7 de setembro, com seu desfile militar, seriam frequentemente marcadas por passeatas de protesto organizadas por anarco-punks sobretudo nas capitais brasileiras, que na defesa de um “anarquismo ativista” punham-se contra o serviço militar obrigatório e a produção de armamentos. Não obstante, muitas destas manifestações públicas terminariam com a intervenção da polícia, ocasionando detenções e agressões. Nestas circunstâncias o Movimento Anarco Punk (MAP) de

63 Extraída do jornal *O Estado*, Florianópolis, 13 de julho de 1993. (AMAP).

64 Destacam-se, no Rio Grande do Sul, os *squats* Colina, *Resist*, Teimosia e Kasa de Kultura; no Paraná, os espaços Chalé, Getúlio e Mansão; em São Paulo as ocupações Casa Reciclada, Pomba Negra, Dandara e Guaiana; no Distrito Federal, o Centro Cultural Casas das Pombas; e em Santa Catarina, o Corcel Negro.

65 Grupo formado por integrantes oriundos da Grande Florianópolis, agregando punks de Florianópolis e das cidades de São José, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz.

66 *A Notícia*, Joinville, 8 de setembro de 1993. (AMAP).

Florianópolis, “na manifestação de setembro de 1993, prevenindo-se contra a ameaça de repressão policial, a exemplo do que havia ocorrido com o MAP de São Paulo, impetrou *habeas corpus* preventivo, explicando o objetivo da ação.”⁶⁷

No ano seguinte (1994), o *Jornal do Brasil*, reportando-se a esses desfiles e aos protestos dos *punks*, noticiou a ação repressiva da polícia contra manifestações nas capitais de Belo Horizonte, Florianópolis e Porto Alegre: “em Florianópolis, a Polícia Militar impediu 20 integrantes do movimento Anarco-Punk de se manifestar. (...) os punks pretendiam distribuir panfletos, mas foram rapidamente afastados e saíram aos gritos de ‘vamos desarmar o mundo para alimentar os povos’”.⁶⁸ Ao jornal *Diário Catarinense*, alguns militantes *punks* afirmam: “(...) a independência do País não existe. ‘Achamos uma palhaçada esta comemoração, quando o País tá atolado na miséria, quando se gasta em armamentos para o Exército e pessoas morrem de fome’”.⁶⁹



Imagem 4: Protesto Anarco Punk durante o 7 de setembro em Florianópolis⁷⁰.

Por sua vez, o jornal *O Estado*, referindo-se aos episódios do ano de 1997 escreveu: “(...) o manifesto dos ‘anarco-punks’ aconteceu na lateral do palanque e chamou a atenção da população e das autoridades que estavam na área”, acrescentando: “para os anarco-punks, no entanto, o país deve vaiar os militares que utilizam o dinheiro

67 SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia. A Militância Política de Jovens nos Anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999. p. 113.

68 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1994. (AMAP).

69 *Diário Catarinense*, Florianópolis, 8 de setembro de 1994. (AMAP).

70 Extraída do jornal *Diário Catarinense*, Florianópolis, 8 de setembro de 1997. (AMAP).

que poderia ser investido em áreas sociais, como educação e habitação”.⁷¹ Ainda sobre o ato um dos manifestantes anarco-punk comentou:

(...) realizamos (...) uma manifestação ANTI MILITARISTA no dia 07 de setembro (FALSA INDEPENDÊNCIA), onde juntamente com um pessoal da MARCHA DOS EXCLUÍDOS (pessoas ligadas ao PT, PSTU, PC do B, sem terras, etc...) conseguimos atrasar em uma hora o desfile que se realizou na Beira-mar (...). Ocorreram várias coisas entre elas conflito com a polícia (pauladas, chutes, socos ...) e fomos também cercados por um cordão de isolamento feito pela PM, polícia do exército e tropa de choque (...). Saíram notícias até na T.V., mas nunca comentando sobre os conflitos ocorridos.⁷²

As campanhas pelo Voto Nulo, por sua vez, foram mais um das bandeiras de luta do Movimento Anarco *Punk* (MAP) de Florianópolis. Dentro desta lógica, e agrupados na rua Felipe Schmidt – o calçadão do centro de Florianópolis -, os anarco-punks gritavam palavras de ordem e distribuíam panfletos em que se lia: “o voto nulo é a consciência e amadurecimento de um povo que já sofreu demais nas mãos dos governantes”, assim, “o que nós vemos hoje, com esse esquema político de representatividade através do voto, é a perpetuação de um proletariado, dos burgueses e de uma nova corte que administra, que são os políticos eleitos”, complementando:

a união com a esquerda (...) é um sonho que somente poderia dar certo no começo do século (...) quando os movimentos operários tinham uma coloração anarquista. Com Getúlio Vargas o movimento sindical começou a perder autonomia e liberdade, virou burocrata e comandado por gente paga para comandar⁷³.

Mas se por um lado descreiam da esquerda e dos sindicatos, por outro promoviam a articulação com organizações do movimento negro, do movimento feminista ou de grupos de livre expressão sexual, enquanto novas alternativas para a luta social. Por isso, procuravam contato com grupos de outras regiões brasileiras, como a Juventude Libertária de Curitiba, junto com quem participaram do Punkaraná, realizado em

71 *O Estado*, Florianópolis, 8 de setembro de 1997. Matéria intitulada “Excluídos e punks tumultuam Dia da Pátria”. (AMAP).

72 Carta escrita por um dos membros do CAAP de Florianópolis em 1997. (A/A).

73 *A Notícia*, Joinville, 11 de setembro de 1994. (AMAP).

dezembro de 1993, evento que contou com participantes também do Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e São Paulo.

Discorrendo sobre a estética e a motivação política dos *anarco-punk* de Florianópolis, Janice Tirelli Ponte de Sousa, destacou:

Coturnos, jeans cheios de adereços de metal e *bottons*, cabelos coloridos e intencionalmente preparados para sua diferenciação, roupas rasgadas ou com inscrições e pinturas davam-lhe a identidade desejada: a de serem o veículo de uma denúncia, da “podridão” e da perversidade da civilização. Contudo com a participação de jovens dos 15 aos 30 anos aproximadamente, apresentavam-se como um grupo político relativamente articulado à rede movimentalista da cidade, procurando, porém, manter distância e autonomia na organização das manifestações públicas. Contavam com o apoio físico da Ong CECCA (Centro de Estudos, Cultura e Cidadania) para centralizar suas correspondências nacionais e internacionais.⁷⁴

Mas o ser *punk* também tinha suas dificuldades. Em realidade, “o grupo punk da capital sabe que não é fácil viver neste mundo com o estigma de diferente. Durante a semana eles têm que tirar suas roupas, ajeitar os cabelos e batalhar no mercado de trabalho. A maioria é da classe baixa e tem que lutar para garantir a sobrevivência”, e neste sentido, acabavam por “(...) usar uma máscara de normalidade (...)”⁷⁵.

Em 1996, com a desestruturação do MAP/Floripa, surge o Coletivo de Ação Anarco *Punk* (CAAP), sobre o qual um de seus integrantes comentou:

(...) é um grupo de caráter especificamente ANARCO PUNK, ou seja, ANARQUISTA como proposta de luta política contra o Estado e toda forma de autoridade e opressão, e também como proposta de organização social baseada na descentralização, livre associação, solidariedade, apoio mútuo e autogestão.

E PUNK como forma de negação à massificação e a descaracterização juvenil. Também vemos o PUNK como uma forma de rejeição aos padrões, costumes e valores sociais burgueses dominantes, fruto do sistema capitalista.⁷⁶

74 SOUSA, Janice Tirelli Ponte de, *Op. Cit.*, p. 111.

75 *A Notícia*, Joinville, 30 de maio de 1994. (AMAP).

76 Carta escrita por um dos membros do CAAP datada de 04 de abril de 1997. (A/A).

Nesta senda, criam uma distribuidora de materiais punk, chamada “Bandeira Negra”, que servia como veículo de divulgação e socialização cultural valendo-se de um sistema de troca e venda de materiais, conforme assinalou o mesmo integrante: “adotamos uma postura totalmente ANTI-CAPITALISTA e ANTI-COMERCIAL, por isso, todo o dinheiro arrecadado será aplicado na distribuidora para que a mesma possa continuar fazendo seus trabalhos, e não para interesses ou diversões pessoais”. Mais ainda, a partir do grupo formaram-se bandas como: *Distruggere*, Guerra de Classes e Lixo Urbano, que com seu som rápido e politizado marcaram presença em discos como “Cenas Anarco *Punks* – vol. 1” (1995) e “Resistência Anarco *Punk*” (1997). Por seu turno, a produção de *zines*⁷⁷ (pequenos jornais de diminuta tiragem, confeccionados de forma artesanal e fotocopiados) era outra forma de expressão do grupo, surgindo assim os *zines* Grito, Ódio a Polícia, *Liseas Liberata*, Lixo Urbano e Atos de Ódio.

Sobre as atividades promovidas pelo movimento, o jornal *A Notícia* registrou:

Para buscar o rompimento do preconceito social contra a estética que os identifica, cinco anarco-*punks* fizeram ontem durante toda a manhã, na esquina democrática (cruzamento da Felipe Schmidt com a rua Deodoro), exposição com fotografias, edições de fanzines, revistas e jornais em várias línguas e mensagens em faixas contrárias ao militarismo e racismo.

Chamado Coletivo de Ação Anarco-*Punk* (CAAP), à organização em Florianópolis busca diálogo com a comunidade (...).⁷⁸

O grupo buscou contatos com outros movimentos sociais, como os *rappers*, visando uma troca de experiências para uma luta de maior alcance e repercussão no combate a opressão e ao autoritarismo. E, paralelo a ele, surgia o projeto do Movimento de Objeção de Consciência (criado a partir das deliberações, do Primeiro Encontro Nacional de Objeto/as de Consciência, ocorrido em 1996 na cidade de São Leopoldo), com o propósito de lutar contra a convocação militar e o próprio sistema militar. De

⁷⁷ Variável do termo *fanzine*, o qual “(...) é um neologismo formado pela contração dos termos ingleses *fanatic* e *magazine*, que viria a significar ‘magazine do fã’”, In: MAGALHÃES, Henrique. *O que é Fanzine*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 9.

⁷⁸ *A Notícia*, Joinville, 24 de novembro de 1996. (A/A).

acordo com isso, enquanto seu mote de inspiração, estavam as idéias defendidas pela *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) da Espanha, a qual pontuava:

(...) a objeção de consciência é um direito legítimo e inalienável da liberdade individual de uma pessoa diante o qual nos negamos a prestar ao Estado qualquer tipo de serviço, seja civil ou militar. É “se negar a colaborar com esta superestrutura que é o exército e que sustenta o Estado. Nenhum Estado pode funcionar sem exército, nem atuar sem sérios riscos contra os interesses desse setor. Por tanto, a objeção ataca a mesma base que se sustenta esse tipo de sociedade. Se questiona o poder que pode ter o Estado de obrigar aos indivíduos a cumprir leis que se consideram injustas. Se nega colaborar em um sistema preparado para uns poucos explorarem a uma maioria com a desculpa que cada um tem o seu lugar na grande maquinaria que é o Estado. Se opõem a um sistema no que se educa e programa seus indivíduos para que em todo momento cumpram o que lhe é ordenado, seja na escola, na família, no trabalho, ou no exército. Não é a simples negativa de empunhar armas e sim a atitude de opor-se ao Estado militarista. Assim adquire a objeção sua dimensão política, não como uma luta individual, mas sim como uma luta coordenada contra o exército e o que esse defende”⁷⁹.

Entre as lutas políticas do movimento anarco-*punk*, pode-se ainda agregar a luta anti-rascista, anti-homofóbica, antimanicomial e anti-nazista, a defesa do aborto e posturas individuais que vão do vegetarianismo ao ateísmo. Quanto ao ateísmo, aliás, entre o final da década de 1990 e começo de 2000, dois anarco-*punks* criavam a “Liga das Senhoras Atéias”, enquanto uma espécie de organização panfletária para depositar textos em igrejas que continham trechos como o seguinte:

você acha estas palavras um tanto ofensivas e violentas? Pois é, e isto porque elas não traduzem sequer um terço de nossa revolta, mas não se iluda com a aparência ou formas destas linhas, pois elas são da mesma essência e profundidade que tuas orações choramingosas a pedir migalhas às divindades, que jamais lhe atenderão⁸⁰.

Neste sentido, percebe-se que a concepção anarquista manifestada em vários circuitos do movimento *punk* traria consigo expressões atéias, diferindo assim da

79 Informativo: *La C.N.T. ante la Objecion de Consciencia y la Estrategia de la Insumision al Servicio Militar y a la PSS*. [Tradução nossa]. (A/A). A CNT é uma central sindical anarquista fundada em 1910.

80 Panfleto intitulado “Mate teus ídolos”. (A/A).

corriqueira postura anarquista do começo do século 20, que se por um lado fazia uma propaganda anticlerical, por outro concebia Jesus como o primeiro anarquista⁸¹, denotando verberações deístas e cosmológicas. Nestas circunstâncias, percebe-se entre os anarco-*punks* a preferência por uma literatura a exemplo de “Provas da Inexistência de Deus” de Sebastien Faure.

Voltando à imprensa alternativa produzida ou distribuída por *punks* na capital catarinense, vários *zines* ganharam forma, entre os quais *Disordem Nacional*, *A Revolta*, *Blasfêmia*, *Le Quasymodo*, *Alarming*, *Infame*, *Sick Girl*, *Veneno* (o qual fazia a seguinte afirmação: “um zine anarckopunk com gosto de cacos de vidro e pregos oxidados”), *Poesia de Combate*, *Hate*, *Estupro Mental* e *Monãnoz*.⁸² Este último, aliás, era um informativo feito pelo Grupo de Estudos Sexuais *Monãnoz*, confeccionado em São Paulo com a colaboração de moradores de Florianópolis, que assim se definia: “é um coletivo de amigos que uniram-se com a mesma vontade, a mesma disposição de denunciar e combater todo tipo de violência de que são vítimas: GAY, LÉSBICAS, BISSEXUAIS; e também os que se PROSTITUEM. Sempre denunciando e combatendo ainda o RACISMO e toda forma de AUTORITARISMO”.⁸³

Por seu turno, a cena *punk* da cidade deu ensejo, desde a década de 1980, a diversas bandas, engajadas na luta política ou não, como *Confusion of Tongues*, *Anti-Mísseis*, *Chute no Saco*, *Vômito Infernal* (banda que mudaria seu nome para *Marcha Fúnebre*), *PostMortem*, *Tragédia Social*, *Provocazione*, *Ódio*, *Taedium Vitae*, *Ímpio* (embrião da banda *Guerra de Classes*), *Sobreviventes do Aborto* e *Grito Sufocado*.⁸⁴

Continuando, em 1997 diante da desavença entre membros do Coletivo de Ação

81 Sobre a defesa de tal prerrogativa destacamos as seguintes obras: *Jesus Cristo era Anarquista* (1920) de Everardo Dias e *Cristo, o Maior dos Anarquistas* (1950) de Anibal Vaz Melo.

82 Segundo informações apresentadas no próprio zine o nome vem do finlandês “e significa sem rótulos sexuais, ou seja, todo ser humano que quer fazer a sexualidade em livre curso, sem estereótipos”.

83 *Monãnoz*, informativo nº 1, setembro de 1995. (A/A)

84 Valho-me para a elaboração deste breve panorama do encarte da compilação (em fita-K7) de bandas *punks* intitulada “Antes do Fim”.

Anarco Punk (CAAP) que culminaria em seu fim, nascia a Organização Autonomia, que se assumindo como um coletivo especificamente anarquista estabeleceu uma nítida diferença com o extinto CAAP, que se definia como *anarco-punk*. E enquanto instrumento de propaganda, a Organização Autonomia lançou o informativo “Da Resistência à Revolução”⁸⁵, além de estimular a criação de “Libertina - textos e provocações”, espécie de grupo editorial responsável por brochuras tais como: “Abandone o Ativismo” de Andrew X, “O Ciúme e o seu antídoto” de Emile Armand, “Marxismo: negação do comunismo” de Jeff Stein, entre outros.

Ao mesmo tempo, novas mobilizações foram surgindo em outras cidades de Santa Catarina. Um exemplo disso aconteceu em Piçarras, também no litoral, onde no começo dos anos 90 foi criado outro núcleo do Movimento Anarco *Punk* (MAP):

tudo começou quando um militante de outro estado veio para Piçarras-S.C. Morar. Dando início a uma movimentação. No decorrer do tempo foi-se surgindo simpatizantes, que em pouco tempo foram se identificando com o anarquismo e vindo a se tornarem militantes, e assim, se concluindo um movimento⁸⁶.

Desta forma, por intermédio de um *anarco-punk* oriundo de Curitiba, o agrupamento de Piçarras ganhou forma. E através de articulações com grupos anarcopunks de Joinville e Florianópolis, organizou seus primeiros atos públicos, com panfletagens contra a pena de morte e o plebiscito de 21 de abril de 1993, que pleiteava votação acerca da forma de governo (Monarquia x República), seguido do sistema de governo (Presidencialismo x Parlamentarismo). Outrossim, através de vínculos com *anarco-punks* de Curitiba participavam de pedágios anti-nazistas, realizados durante a 3ª edição do evento Maio Negro, organizado desde 1991 pelo Movimento Anarco *Punk* (MAP) de Curitiba, no Parque do Bacacheri, durante o 1º de maio.

Pelas mãos dos *anarco-punks* de Piçarras surgiram os *zines*: Sedição

85 Sairiam somente dois números, um em 1997 e outro em 1998.

86 Informativo do Movimento Anarco-*Punk*-SC nº1, Piçarras/ Joinville – Abril/ Maio/ Junho de 1993. (AMAP).

Revolucionária (que afirmava: “todos os regimes e sistemas governamentais já provaram suficientemente falidos! Só uma sociedade auto-gestionária, organizada livremente pode trazer a harmonia, a alegria e o prazer”)⁸⁷, Kaos ou União e Consciência, Oitava Cor. E diante da possibilidade de realização de um 2º Congresso Nacional Anarco *Punk*⁸⁸, um de seus militantes escreveu:

O que proponho é que neste 2º Congresso nos concentremos apenas em aspectos de como melhor reger o movimento e como funcionará a tal federação, para que se consolide um movimento mais intenso e sensato em suas aplicações em seu contexto geral, bem como uma aliança muito mais abrangente para se caracterizar uma organização realmente federativa LIBERTÁRIA com características ampliadas em visões ao futuro e ao trabalho coletivo a nossa união.

Todavia, ao que parece tal anseio federativo somente ganharia forma uma década depois, no III Encontro Internacional Anarco-*Punk*, ocorrido em Salvador em 2002, surgindo então a Federação Anarco-*Punk* sediada nessa mesma cidade. Antes disso, porém, ainda em 1993 o Movimento Anarco *Punk* (MAP) de Piçarras informava que encerrava suas atividades porque a grande maioria dos seus integrantes havia se mudado para a cidade de Joinville, para lá iniciarem uma “comunidade urbana autogestionária”, assim como um núcleo do MAP, conforme registrou o jornal *A Notícia*:

O Movimento Anarco-Punk já consegue em Joinville dezenas de simpatizantes, todos na faixa de 16 a 22 anos. Três militantes são quem difundem a ideologia do socialismo libertário. (...) pregam a total ausência do Estado – representado pelos políticos –, da igreja e da família autoritária. Buscam a liberdade do indivíduo, que se torna autogovernante. Cabelos vermelhos ou os conhecidos moicanos (homenagem a aborígenes norte-americanos exterminados), roupas rasgadas e muitas mensagens agressivas são mais do que a aparência de rebeldia: tratam-se do fundamento político de um movimento antipolítico. Conforme os militantes, refletem a “podridão” da sociedade hipócrita que vêem.⁸⁹

A noção de “antipolítica” referia-se à oposição contra qualquer forma de

87 Zine Sedição Revolucionária nº 2, Piçarras, março/ abril de 1993. (AMAP).

88 O Primeiro Congresso Nacional Anarco Punk, ocorreu em 1989 em Curitiba.

89 *A Notícia*, Joinville, 12 de abril de 1993. (AMAP).

representação parlamentar, bem como contra os partidos políticos, pois como pontua Sílvio Gallo, o socialismo libertário é: “radicalmente contrário à democracia representativa, onde são eleitos representantes para agir em nome da população (...)”, defendendo para tanto “(...) uma *democracia participativa*, onde cada pessoa participe ativamente dos destinos políticos de sua comunidade”⁹⁰. Por outro lado concretizando a necessidade de “um espaço, para reuniões, estudo, debates e encontro do pessoal underground da cidade”, a comuna libertária de Joinville abrigava “anarcopunks, alternativos, bangers e dois menores de rua”⁹¹.

Vinculados a cena libertária de Joinville, estavam ainda um núcleo da Juventude Libertária e os *zines*: *Not Profit*, Filhos do Medo, Ameaça, (produzido em parceria com um militante de Jaraguá do Sul), além da distribuidora de materiais *punks* e anarquistas *Not Profit*. A idéia de confeccionar *zines*, aliás, estava disseminada por várias cidades do Estado catarinense, como se pode ver com as publicações Contracorrente (em formato tablóide), surgida na década de 1980 em Brusque; Consciência Anarquista (que posteriormente passaria a se chamar União e Consciência) em Chapecó; Liturgia Operária em Rio do Sul; *Total Riot* em São Bento do Sul; Ataque de Ódio em Araranguá; IAPI (Informativo Anarco-Punk Içarense) em Içara. E reportando-se a outro expoente desta imprensa alternativa, o jornal *A Notícia* publica:

O Distorção Alternativa é editado à base de xerox, e aos poucos pode-se sentir uma evolução dentro da sua linha editorial. (...) O responsável pelo zine é o vocalista da banda Kontra Ordem, (...) de Jaraguá do Sul. A tiragem apesar de militada como em quase todas publicações alternativas, tem seus exemplares distribuídos por vários estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília, Sergipe, Minas Gerais, entre outros) e tem algumas cópias circulando pelo México. O Distorção Alternativa tem como prioridade divulgar a imprensa alternativa e os movimentos libertários⁹².

Por sua vez, na cidade de Mafra em meados dos anos de 1990, surgiam os

90 GALLO, Sílvio. *Anarquismo: uma Introdução Filosófica e Política*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. p. 35.

91 Informativo do Movimento Anarco Punk-SC nº 2, agosto/ setembro de 1993. (AMAP).

92 *A Notícia*, Joinville, 4 de fevereiro de 1990. (AMAP).

primeiros vultos de uma presença *punk* integrada também por militantes da cidade vizinha de Rio Negro, pertencente ao Paraná, que daria lugar ao Movimento Punk de Rio-Mafra. E acerca do intercambio entre o Coletivo de Ação Anarco *Punk* (CAAP) de Florianópolis e o Movimento *Punk* de Rio-Mafra, um de seus membros escreveu:

É muito bom saber que os ideais PUNX/ANARQUISTAS estão se espalhando e tomando força a cada dia. Ainda não sabíamos da existência de um movimento em Mafra. Gostaria de obter mais informações de como andam as coisas por aí, manifestos, atividades, bandas, gigs, etc...⁹³

Discorrendo sobre a cena *punk* de Rio-Mafra publicou-se o *zine* Manifesto *Punk*, elaborado coletivamente e que assinalava o início da imprensa alternativa nas duas cidades, surgindo em seguida os *zines*: O Caos nosso de cada dia, Revolta, Grito Suburbano, Reflexão Cotidiana, Liberdade de Expressão, *Arriba l@s que luchan*, *Celo je Indignosento*⁹⁴, *Anarkis Attack*, Infame. Neste ínterim, as bandas Rede Maldita, *Sex Sida* (posteriormente chamada Abuso 64), Dizperdício e Escarro Social, foram organizadas numa espécie de sistema cooperativista. Além disso, era criada uma distribuidora de fitas-k7 e vídeos de bandas *punks*, chamada Resíduos, e no final de 1996 realizada a Primeira Noite *Punk* de Rio-Mafra, com show de bandas e presença de *punks* de Curitiba.

Reportando-se a algumas de suas manifestações, a imprensa registrou:

(...) em 22 de abril (500 anos do Brasil) e 1º de Maio (Dia do Trabalhador), *punk's* realizaram atos de protesto em Mafra (...). Faixas reivindicando os direitos do índios e dos trabalhadores foram estendidas, o que prova a inteligência dessas pessoas, que muitas vezes são discriminadas apenas porque escolheram um meio alternativo e maluco de viver.⁹⁵

Por seu turno, em Criciúma surgia o Coletivo Anarquista de Organização Social (CAOS), assim como era implementado o projeto Anarquistas Contra o Racismo (ACR),

93 Carta escrita por um dos membros do CAAP datada de 04 de abril de 1997. (A/A).

94 Nome em esperanto que quer dizer: Objetivo de Revolta. Publicação de poesias em formato de livreto.

95 *Jornal Informação*, São Bento do Sul, 24 de maio de 2000. (A/A).

ambos articulados por anarco-punks. Mas, para além da mera expansão quantitativa dos núcleos e das intervenções anarco-punks, percebe-se, ao percorrer a trajetória deste movimento, que tanto na forma de expressão, quanto nas reivindicações esmiuçadas, a militância de uma significativa parte dos punks passa a assumir mais e mais uma identidade anarquista.

1.3 - Anarquia no plural

No começo dos anos 90 em Florianópolis, Carlos Gustavo Guerra, motivado por paixões como: anarquismo e computação⁹⁶, dava forma ao informativo libertário LiberNete, enquanto produção do Libérula – Tribo Cultural, coletivo de aspiração libertária iniciado por ele e sua companheira Graça Carpes, que mantinham expressivo contato com pessoas ou organizações libertárias, assim como vínculos com o Movimento Anarco Punk (MAP). E, junto com esta experiência, surgiam os primeiros ensaios voltados à criação de uma Rede Libertária:

(...) a Rede é composta por libertários (grupos e pessoas) de diversos lugares do Brasil, organizados através de um conjunto mínimo de acordos livres e que mantém uma comunicação regular, principalmente pelo correio, mas também de outras formas (pessoalmente, telefone, fax, redes de computadores, etc.) afim de trocar informações relevantes ao movimento libertário⁹⁷.

Nesses termos, a Rede enquanto anseios de uma parcela do movimento libertário brasileiro dava seus primeiros passos em 1993 através de “nós” constituídos em Santa Catarina, via o Libérula – Tribo Cultural de Florianópolis; no Paraná, através do coletivo Grávida de Curitiba; no Rio de Janeiro, com o Centro de Estudos Libertários (CEL) e em São Paulo⁹⁸. Entre as funções destes “nós” estavam a divulgação de informações esporádicas, editoração e envio de informativos, etc., em consonância com o processo de

96 Sobre esta vinculação entre informática e anarquismo, consultar o texto de sua autoria. GUERRA, Carlos Gustavo M. *Contracultura e as Possibilidades Libertárias da Informática*. In: SIEBERT, Raquel Stela de Sá (Org.). *Educação Libertária: Textos de um Seminário*. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento-Centro de Cultura e Autoformação, 1996.

97 Informativo elaborado por Libérula – Tribo Cultural, Florianópolis, março de 1993. (AMAP).

98 Relação de localidades envolvidas no começo de 1993.

descentralização sob o qual se movia a Rede. E através das páginas do LiberNete, notícias de outras realizações libertárias em Santa Catarina eram registradas, como a seguinte:

Florianópolis no verão é praia, turismo, movimento. No inverno, a situação se inverte, e poucos são os espaços para arte, cultura e debate.

Em julho de 93, aconteceu o **1º Encontro Libertário da Grande Florianópolis**. Primeiro não no encontro (comum numa cidade média como esta), mas em reunir movimentos anarco-punk, artístico-cultural, informativo, alternativo e universitário para discutir o movimento em si.

Da interação deste encontro com a *Rede Latino-Americana de Desenvolvimento Ambiental com Justiça Social* (de onde foi gerada a **Carta do Campeche**⁹⁹), surgiu a proposta de um **Encontro de Encontros para uma Rede de Redes**¹⁰⁰ em julho de 94 em vários locais de Floripa¹⁰¹.

Esses encontros estimularam a realização do II ENCANASUL, Conferência Regional-Sul de Grupos Anarquistas, de 13 a 18 de julho de 1994, em Florianópolis, onde foi discutida a possibilidade de um meio unificado de propaganda, assim como a organização libertária federada. E, anos depois, pelas mãos de militantes anarco-punks e anarquistas que estudavam na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) era publicado em 1996 o combativo aperiódico *Subversidade*, jornal de idéias anarquistas, que em seu editorial afirmava: “O SUBVERSIDADE chegou, e como toda publicação anarquista/ libertária, veio para quebrar padrões, expor ideais, propor rumos, incomodar os de direita, de ‘esquerda’, enfim, subverter e questionar todos os valores capitalistas (...)”. Neste sentido, através de um texto intitulado “Universidade e representatividade”,

99 Carta elaborada em julho de 1993 a partir de uma reunião na praia do Campeche, Florianópolis, em que se pode ler: “é fundamental que os movimentos sociais adquiram uma consciência ecológica, e que os movimentos ecológicos adquiram uma consciência social”, “valorizamos uma identidade latino-americana “SEM FRONTEIRAS”, fundada na recuperação do patrimônio cultural dos povos originais”, etc. Retirado do Boletim Informativo do CECA/SC, Ilha de Santa Catarina, nº 10, agosto de 1993. p. 3.

100 Encontro que agregava eventos artísticos (com oficinas e espetáculos de dança, cinema cerâmica, etc.), científicos-filosóficos (com seminários e debates sobre pedagogia libertária, desenvolvimento sustentável, Mercosul, ecologia e saúde), e tecnológicos (com oficinas voltadas para utilização de tecnologias alternativas).

101 *LiberNete*, Florianópolis, nº 12, Inverno de 1994. (AMAP).

assinalavam:

(...) partidos são todos iguais, mudam-se os nomes, as posições (ou oposições), mas seu discurso é sempre o mesmo. Querem competir e se destacar as custas da ignorância e ingenuidade da maioria. Suas bases são conservadoras, uma vez que acreditam piamente nos arcaicos valores hierárquicos e nos tradicionais moldes de representatividade. Não quero aqui me restringir a partidos propriamente ditos, mas também as chapas, que não deixam de ser partidos pois anseiam por um objetivo através das mesmas artimanhas, e a líderes estudantis, usurpadores oportunistas em pessoa, UNE, DCE's,..., e todas as centralizações estudantis interesseiras e partidárias (Aliás, **BOICOTEM** essas instituições que fingem te representar, não seja mais um nesse rebanho)¹⁰².

Desta forma, lançavam suas críticas a paradigmas de representatividade sedimentados em relações, para eles, centralizadoras e autoritárias, e reproduzidas em espaços como a Universidade, ambiente este, que segundo destacavam os redatores do jornal, deveria fomentar a construção da liberdade (individual e coletiva) via formação de pessoas conscientes e propensas ao sentimento de mudança. Mais ainda, eles criaram o programa *Subversidade* veiculado pela rádio comunitária sediada no campus da Universidade. E aproveitando a estadia do anarquista português José Maria Carvalho Ferreira¹⁰³, editor em Lisboa da revista anarquista *Utopia*¹⁰⁴, que a convite ministrava na UFSC entre os dias 15 e 16 de maio de 1997 as palestras “Marginalização promovida pelo sistema capitalista” e “Sindicalismo e anarquismo”, eles incluíram em sua programação uma entrevista-debate com o libertário português, onde se destacava a seguinte passagem:

(...) anarquia quer dizer, negação da autoridade, quer ela provenha de um governo, do Estado, ou ela provenha de Deus, neste sentido anarquia é uma utopia, é uma ética, uma possibilidade de viver uma sociedade sem amos e senhores, na qual a soberania das decisões

102 *Subversidade*, nº 1, Florianópolis, maio de 1996. (AMAP).

103 Deste pensador anarquista há uma obra publicada em Santa Catarina pela Universidade Regional de Blumenau, intitulada: *Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo” (História de um Equívoco)* de 1997. E o artigo “Globalização, Trabalho e Movimentos Sociais” publicado pela *Fronteiras – Revista Catarinense de História* nº 8, 2000.

104 Revista Anarquista de Cultura e Intervenção, criada em abril de 1995 em Lisboa (Portugal).

consiste basicamente nos indivíduos e na comunidade, onde ele esta incluso. (...)

Anarquia não é sinônimo de desordem, anarquia é fundamentalmente a mais alta expressão da ordem, sendo que esta ordem não é pautada pela submissão, pela opressão, pela exploração, mas fundamentalmente pela seguridade e felicidade entre os seres humanos.¹⁰⁵

E mais adiante ele acrescentou:

(...) os anarquismos são práticas diferenciadas da própria anarquia, com isto quero dizer, que o individuo por si só, tem uma personalidade, uma maneira de aprender e de viver, por tanto, a partir daí, ele assimila e aprende a anarquia a sua maneira, aí neste sentido podemos dizer, que um outro individuo, com outra personalidade, com outro tipo de aprendizagem, outro tipo eventualmente de cultura, ele vai perceber a anarquia de outra maneira, eu diria é uma outra possibilidade de interpretar e viver a própria anarquia.¹⁰⁶

Essa concepção de uma pluralidade anarquista que alimentaria os anarquismos era corroborada também pelo anarquista espanhol Carlos Diaz, que sobre ela se expressou em sua passagem por Santa Catarina. Durante uma série de conferências sobre educação libertária realizadas em várias partes do Brasil em 1994, inclusive em Florianópolis¹⁰⁷, este pensador libertário e professor da Universidade Complutense de Madrid expôs de maneira pormenorizada tais pontos de vista, e em entrevista ao jornal catarinense *Linha Viva* abordou a simbiose de seu pensamento político, permeado pelo anarquismo, cristianismo e marxismo:

Minha formação básica é cristã. Mas travei contato com o movimento operário, durante meus estudos de doutorado na Alemanha. Foi quando contatei com marxistas e anarquistas. Então me pus a estudar o marxismo e o anarquismo. Traduzi alguns livros de Marx para o espanhol. Mas dentro do cristianismo de Jesus de Nazaré me identifiquei mais com o anarquismo, que é uma ética da soliedariedade, do apoio mútuo, que não apela nunca para a ditadura de qualquer natureza. A ética anarquista é do ter todas coisas em comum, da

105 Transcrito da gravação (em fita-cassete) efetuada pelos membros do programa. (A/A).

106 *Idem*.

107 Conferências que seriam reunidas no livro: *Educação Libertária: Textos de um Seminário*, publicado pela editora Achiamé em 1997. Em sua passagem por Florianópolis, participou do debate: “Uma ética da solidariedade para os movimentos sociais”, realizado no dia 7 de agosto no auditório do Sindicato dos Bancários.

transformação espiritual do coração. Mas não é só uma transformação interior como também das estruturas. Por isso não tive nenhuma dificuldade com o anarquismo.¹⁰⁸

E ao meio de concepções tão maleáveis das teorias anarquistas, que projetavam o anarquismo como elemento anti-padronizante, a imprensa de Florianópolis registrava as ações de um grupo vinculado a uma organização denominada *Animal Liberation Front* (ALF), que mesmo não se assumindo como entidade anarquista, mundialmente reúne entre seus membros indivíduos que se afirmam como libertários. Buscando estender aos animais as aspirações de liberdade conferidas pelo anarquismo à condição humana, a ALF insurgia-se contra práticas antropocentristas e desencadeava ações tendo como alvo laboratórios de experimentação com animais.

Em entrevista ao jornal *A Notícia* os integrantes do núcleo catarinense do *Animal Liberation Front* (ALF), explicam o que era esta entidade e quais os seus propósitos.

A “Animal Liberation Front” é uma organização que atua fora da lei, no mundo inteiro. Não possui qualquer centralização ou liderança, sendo formada por pequenos grupos independentes. A ALF pratica ação direta contra o abuso animal, de forma a resgatar animais e causar o máximo de prejuízo financeiro aos exploradores de animais, geralmente através de danos e destruição de propriedade¹⁰⁹.

Sobre a essência (ou emergência) da luta pela libertação animal, o filósofo austríaco Peter Singer¹¹⁰, explicou:

Comparado aos outros movimentos de libertação, o movimento de Libertação Animal apresenta várias desvantagens. A primeira e mais evidente é o fato de que os membros do grupo explorado não podem, eles mesmos, protestar de forma organizada contra o tratamento que recebem (embora possam protestar e o façam, da melhor maneira, individualmente). Nós é que temos de falar em nome dos que não podem falar por si próprios.¹¹¹

108 Jornal *Linha Viva* publicação da intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina. Nº 281, 10 de agosto de 1994. (A/A).

109 *A Notícia*, Joinville, 22 de março de 1997. (A/A).

110 Especialista em bioética, entre suas obras publicadas no Brasil, destacamos: *Ética Prática* (1998), *Vida Ética* (2002) e *Libertação Animal* (2004).

111 SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Porto Alegre: Lugano, 2004. p. XXI.

Embasado em premissas similares o grupo ALF Florianópolis invadia em 2 de fevereiro de 1997 o Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Federal de Santa Catarina, libertando mais de 80 sagüis mantidos em cativeiro para estudos comportamentais. E, através de frases escritas a tinta na paredes do laboratório, interpelava: “Ciência ou Hipocri\$ia”? Nesses termos, o jornal *A Notícia* publicava: “(...) os manifestantes dizem que ‘as universidades têm sido grandes produtoras de lixo pseudo científico. Quantas vidas serão necessárias, quantos animais terão de sofrer nas mãos de débeis pesquisadores que não hesitam em destruí-las por teses que somente trarão status?’”¹¹².

Em carta enviada ao jornal *Folha da Lagoa* integrantes do *Animal Liberation Front* (ALF) ainda afirmava:

Um recado aos torturadores

O recente ocorrido no Laboratório de Psicologia Experimental da UFSC, no qual foram libertados alguns macacos, não ocorreu segundo as expectativas. Infelizmente nem tudo ocorre como planejado. A intenção era capturá-los e levá-los seguros a uma mata com árvores frutíferas. Resta, porém, a certeza de que não foi a liberdade que causou mal aos macacos. Se algo colocou em risco suas vidas, não foi com certeza a liberdade, condição natural para a sobrevivência de qualquer ser vivo, mas sim o tempo de cárcere que os afastou desta condição..¹¹³

E nesta mesma carta, completavam: “este não foi um ato realizado por fundamentalistas que pretendem expor através do assassinato uma determinada conduta humana, mas um ato executado por quem ama a vida e a liberdade dos homens como dos animais”.

112 *A Notícia*, Joinville, 16 de fevereiro de 1997. (A/A).

113 *Jornal Folha da Lagoa*, Florianópolis, março de 1997. (A/A).



Imagem 5: Integrantes do *Animal Liberation Front* de Florianópolis¹¹⁴.

Todavia, a ação do ALF em Santa Catarina - uma das primeiras que se tem registro no Brasil -, com repercussão nacional e cingida por polêmicas frente a morte de vários dos sagüis libertos, entrava para a agenda investigativa da Polícia Federal, com um desfecho favorável aos ativistas – chamados vulgarmente pela grande imprensa de “terroristas ecológicos” -, que continuavam clandestinos.

1. 4 - Bandeiras Negras

Trilhando pelos caminhos da educação popular e da ecologia social, surgia em Florianópolis no começo dos anos 90 o Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECCA), que se definia como um órgão de assessoria para projetos alternativos calcado em perspectivas libertárias. Para tanto, ele efetivava de modo bem visível seu posicionamento político através de artigos publicados em seu boletim informativo, como acerca do plebiscito de 1993 em um texto intitulado “um voto sem opções”: “nossa participação é só pedida para que digamos de que forma queremos ser governados, isto é, dominados”¹¹⁵. Segundo ainda atestava o boletim informativo, havia, articulado ao CECCA um grupo de Ação Jurídica que tinha como meta principal o estudo e a pesquisa de um direito alternativo, e que desenvolvia a “prestação de serviços aos movimentos sociais em áreas como direitos humanos, conflitos de propriedade, direitos do

114 Extraída do jornal *A Notícia* – *Caderno AN Capital*, Joinville, 22 de março de 1997. (BPESC).

115 Boletim Informativo do CECCA/ SC, nº 07, Ilha de Santa Catarina, abril de 1993. p. 5. (AMAP).

consumidor, direito ecológico”¹¹⁶. E como um de seus resultados pode ser mencionado o amparo no campo jurídico à luta implementada junto aos moradores do bairro Rio Tavares, “contra a ocupação irregular da área de preservação da Lagoinha Pequena (...) ameaçada por loteamento e construções clandestinas”¹¹⁷.

Dentre os debates promovidos por militantes libertários vinculados ao CECCA surgiram posicionamentos políticos relacionados com o municipalismo libertário de Murray Bookchin¹¹⁸, grande expoente da ecologia social, como é perceptível nesta afirmação:

A única defesa que a sociedade tem é demolir o estado centralizado, e criar mecanismos de participação direta a partir da gestão das comunidades locais. A questão central na realidade brasileira é criar uma verdadeira confederação, descentralizando o estado e instituindo um municipalismo que responda diretamente perante os cidadãos.

Muitas mudanças estruturais se impõe na nossa sociedade, mas esta é uma das que se torna mais urgente, sem ela continuaremos espectadores impotentes duma incompreensível realidade distante¹¹⁹.

O Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECCA) manteve vínculos com outros grupos de inspiração anarquista de Florianópolis, entre estes o Movimento Anarco *Punk* (MAP), e o Libérula – Tribo Cultural. Outrossim, em seu Boletim Informativo eram divulgados livros à venda no CECCA na instituição, entre os quais: *El Apoyo Mutuo* de Kropotkin e *De la Razón Dialógica a la Razón Profética* de Carlos Díaz, além do que estabelecendo um acordo com a Livraria e Editora Insular, localizada no centro de Florianópolis, mediante o qual a loja desta última passou a manter uma seção especial voltada a obras de cunho anarquista com mais de 50 títulos em português e espanhol, que iam desde a *Concepção Anarquista do Sindicalismo* de Neno Vasco até *La Escuela de*

116 *Idem.* p. 12.

117 Boletim Informativo do CECCA/ SC, nº 09, Ilha de Santa Catarina, junho de 1993. p. 1. (AMAP).

118 Anarquista norte-americano, foi professor da Universidade Alternativa de Nova York, publicou várias obras sobre problemas ecológicos e urbanos.

119 Boletim Informativo do CECCA/ SC, nº 13, Ilha de Santa Catarina, dezembro de 1993. p. 1. (AMAP). Um outro texto desta natureza intitulado “Municipalismo: a Democracia Local”, extraído do jornal anarquista *A Batalha* (Portugal), era publicado no Boletim Informativo nº 15, de março de 1995.

La Anarquia de Josefa Luengo, que relata experiências espanholas em pedagogia libertária. Mais ainda, a editora decidiu publicar algumas obras do pesquisador libertário Edgar Rodrigues, como *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*, *Universo Ácrata* e *Os Companheiros*.¹²⁰

A relação de parceria entre o CECA e a Livraria Insular foi criada graças aos esforços de Jorge Esteves da Silva¹²¹, militante libertário que se fixou em Florianópolis no começo dos anos 90 e que se tornou um dos principais ativistas do Centro. E, também como resultado de suas ações, foram publicados os seguintes livros: *O Anarquismo Hoje: uma Reflexão sobre as Alternativas Libertárias*; *O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias (1890-1935)*; *A Bibliografia Libertária: um Século de Anarquismo em Língua Portuguesa* e *A Imprensa Libertária do Ceará (1908-1922)*.¹²²

Mas um dos pontos altos das ações anarquistas em Florianópolis no final do século 20 aconteceu associado aos protestos contra a campanha deflagrada para comemorar os “500 anos do Descobrimento do Brasil”, rebatizada de “Brasil 500 Anos” em razão das polêmicas alusivas ao tema do “descobrimento”. Sob encomenda da Rede Globo de Televisão, a mais importante do país, foram construídos grandes relógios nas principais capitais brasileiras para marcar a contagem regressiva das comemorações, mas no dia 22 de abril de 2000, data em que culminariam as celebrações, manifestações contrárias ocorreram em vários lugares. Na capital de Santa Catarina, havia sido constituído o Cômite Brasil Outros 500, com a presença de militantes libertários, entidade que então convocou uma passeata de protesto na mais importante avenida da cidade, a Beira-Mar, que ao se dirigir para um dos relógios mencionados acima entrou

120 Em 1997 era publicado “Os Companheiros” vol. 3 e 4; em 1998 “Os Companheiros” vol. 5 e “Pequena História da Imprensa Social no Brasil”; em 1999 “Universo Ácrata” vol. 1 e 2.

121 Jorge E. Silva também contribuiu em revistas anarquistas, tais como: *Libertárias* (São Paulo) e *Letra Livre* (Rio de Janeiro). De sua autoria ainda podem ser encontrado dois textos que compõem a obra “Encontro Educação Libertária” publicado pela Universidade Federal de Santa Maria em 1998.

122 Estes dois últimos trabalhos eram escritos em parceria com a historiadora cearense Adelaide Gonçalves.

em confronto com a polícia que, de forma truculenta, tentou impedir a manifestação com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, cassetetes e tiros.

Sobre este episódio, um manifestante comentou:

O relógio situava-se na Beira-mar, a manifestação deu-se em frente ao mesmo, tinha muita gente entre elas: punks, anarquistas, esquerda, estudantes e algumas entidades sociais, houve confronto com a polícia, 3 manifestantes foram atingidos com balas de borracha (também foram usadas outras coisas tipo gás) uma das pessoas atingidas foi o Jorge do Cecca, um anarquista que conhecemos a um tempo, ele levou um tiro no rosto perfurando-o e atingindo a mandíbula, quebrando a mandíbula e alguns dentes (teve que fazer cirurgia).¹²³

Como repúdio contra a violência policial, manifestantes rumaram para o centro da cidade e derrubaram os tapumes que encerravam uma obra que despertara muita polêmica, a chamada “revitalização” da Praça 15 de Novembro (um dos mais conhecidos espaços de Florianópolis e do qual a municipalidade, tendo a frete a prefeita Ângela Amin, pretendia afastar elementos indesejáveis, como os artesãos que ali vendiam seus produtos), libertando simbolicamente a praça e aproveitando o madeiramento para confeccionar uma barricada.

Um dos resultados dos protestos foi a prisão de vários manifestantes, conforme relembrou um dos detidos:

São 15:30, embarcamos em um ônibus no Centro, e seguimos para a casa de um amigo, sem suspeitarmos de que nosso ônibus esteja sendo seguido pela polícia. Assim que chegamos à nosso ponto e desembarcamos do ônibus, vamos sendo agarrados e empurrados de encontro a uma cerca de tela, enquanto ficam gritando “abra as penas”, “senta no chão”, “não olha pra trás”, “cabeça entre as pernas”... e tudo isso através de gritos muito repetitivos e alterados, é um momento muito confuso. Quando tenho a chance de olhar um pouco para o lado, vejo um policial pressionando uma 765 (ou algo parecido) cromada contra a cabeça de Josué, e o mesmo contra a cerca. Eles ainda gritam muito, e então, somos todos algemados, com exceção da Madalena, que é de menor. Após todo o espetáculo, decidem nos pôr em seus carros. Só então posso notar que além de mim estão sendo presos

123 Carta datada de 21/ 08/ 2000. (A/A).

Após quase dez horas detidos, entre acusações e depoimentos, os manifestantes foram soltos depois de pagarem fiança graças à intermediação de alguns vereadores e de um advogado vinculado a movimentos sociais, tendo respondido posteriormente a um processo por danos ao patrimônio público.

A ação da polícia teve ampla repercussão e provocou do então governador do Estado, Esperidião Amin (PPB), um comentário segundo o qual ele afirmava não acreditar que “a polícia tenha exagerado”.¹²⁵ Essa, porém, não foi a opinião do então Deputado Estadual Neodi Saretta (PT), para quem houve: “uma repressão violenta aos moldes dos governos autoritários e isso tem que ser investigado”.¹²⁶

Contudo, o ano de 2000 não trouxe apenas enfrentamentos em Florianópolis. No mês de setembro, era realizado o Encontro Internacional de Cultura Libertária, organizado pelo Núcleo de Alfabetização Técnica do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (NAT/CED/UFSC), Núcleo de Educação Intercultural e Movimentos Sociais da mesma instituição (MOVER/UFSC) e Centro de Estudos de Cultura e Cidadania (CECCA/SC), “com a finalidade de aproximar pessoas e grupos interessados no intercambio de experiências, para discutir limites e possibilidades da cultura libertária”¹²⁷.

O evento abordou várias temáticas, como pedagogia libertária, sexualidade, comunicação libertária, capoeira angola, intervenção social e contou com a presença de personalidades como José Maria Carvalho Ferreira, diretor da revista Utopia (Lisboa), Ruben Prieto, da *Comunidad del Sur*¹²⁸ (Uruguai), Christian Ferrer, da Universidade

124 Relatório sobre os ocorridos em 22 de abril de 2000. Os nomes são fictícios, criados enquanto alegoria bíblica. Documento elaborado por integrantes anarco-punks, visando relatar a repressão empregada contra as manifestações dos “500 Anos”. (A/A).

125 *O Estado*, Florianópolis, 25 de abril de 2000. (A/A).

126 *Idem*.

127 Informação extraída de uma das primeiras circulares de divulgação do evento. (AMAP).

128 Surgida nos anos 50 através de um grupo de estudantes anarquistas de Montevidéu, *La Comunidad del Sur* é uma das mais antigas comunidades libertárias em atividade da América Latina. Politicamente

Nacional de Buenos Aires (Argentina), Margareth Rago, professora da UNICAMP e integrante do Coletivo Libertárias (São Paulo), Roberto Freire, da Soma terapia (São Paulo), Nildo Avelino, do Centro de Cultura Social (São Paulo), Robson Achiamé (Rio de Janeiro), entre outras, que assinalavam a pluralidade de idéias e tendências do movimento libertário. E em meio à reafirmação de pressupostos anarquistas, rodas de capoeira, palestras, debates, e oficinas, análises foucautianas e reichianas buscavam explicar a complexidade da sociedade moderna baseada em relações de domínio e poder. Veredas estas marcadas por polêmicas, a exemplo da abertura do encontro, quando o terapeuta e libertário Roberto Freire com apoio de grupos como o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) e Coletivo Libertárias, propôs a criação de uma Federação Anarquista Brasileira, incidiu em acaloradas discussões e acusações por destoar dos objetivos do evento. Comentando o Encontro na *Rivista Anarchica*¹²⁹ da Itália, Massimo Rossi, que prestigiou o evento, registrou um interessante perfil da cidade:

Chamam-na Floripa, e é a capital do estado de Santa Catarina. Cidade balneária, meta do turismo de elite do sul brasileiro, desenvolveu em poucos anos o seu próprio bosque de arranha-céus e casas de veraneio. “Aqui não existem pobres nem vagabundos”, nos explicam “porque a polícia não os deixa ficar”. Alguns anos atrás, um prefeito tocador de obras promoveu uma versão local da “tolerância zero” de seu mais notório colega de Nova Iorque. Floripa possui uma praça opulenta, inaugurada há pouco tempo, iluminada inclusive de dia e continuamente vigiada por zelosos funcionários, que com um sorriso de gesso nos lábios intimidam até o mais leve apoio dos pés sobre os bancos.

Isso também, não parece, mas é o Brasil. E nesta terra de extravagantes experimentações micro totalitárias, entre 4 e 7 de setembro, desenrolou-se o encontro internacional dos libertários. Na verdade as delegações estrangeiras representavam apenas um pequeno contingente, mas de algum modo é preciso começar. “Somente poucos anos atrás” graceja um dos organizadores, “para acolher os participantes teria sido suficiente um microônibus; hoje dois ônibus

baseada na Ecologia Social, angaria recursos para seus projetos através da prestação de serviços realizados pela sua gráfica e Editora, além do que, na chácara onde funciona, são produzidos doces, biscoitos, pães, e uma agricultura de subsistência.

129 Publicação mensal editada em Milão desde 1971.

lotados não bastaram”¹³⁰.

Mais ainda, além de reunir conhecidas *personas* do meio anarquista, o encontro abrigou um expressivo contingente de anarco-punks proveniente das mais variadas localidades do Brasil ou de países vizinhos, como do Uruguai, que com seus tons e seus sons imprimiam sua presença ao evento.

Um dos promotores do evento, o Núcleo de Alfabetização Técnica, havia sido criado em 1991 e era integrado, entre outras pessoas, por Maria Oly Pey, Ierecê Rego Beltrão, Raquel Stela de Sá e Ana Maria Hoepers Preve, visando divulgar a Pedagogia Libertária¹³¹. Nesta perspectiva, e sob a inspiração da professora Oly Pey, havia sido criada a Coleção Pedagogia Libertária¹³², publicada pela Imaginário (uma editora de livros anarquistas de São Paulo). E sobre tal assunto Oly Pey observava:

a conveniência e a atualidade da educação decorre da falência das organizações de ensino heterogestionadas, quer de origem estatal, quer de origem confessional ou empresarial, que não dão conta de trabalhar os saberes, aproximando-os da realidade, fazendo sentido para quem aprende e para quem ensina¹³³.

Valendo-se da elaboração de oficinas voltadas aos mais diversos grupos sociais, o NAT buscava efetuar práticas educativas baseadas em preceitos freireanos enquanto alternativa do regime escolar. Pois como pontuam, “o trabalho com oficinas é pautado na

130 *Rivista Anarchista*, anno 30, nº 267, novembro de 2000. Tradução: Carlo Romani. Disponível em <http://www.anarca-bolo.ch/a-rivista/267/11pt1.htm>. Acessado em 13 de maio de 2008.

131 Outros integrantes eram Clóvis Nicanor Kassick, Guilherme Carlos Corrêa, Rita Cássia Oenning da Silva, Antonio Fernando S. Guerra, Maria Luiza P. L. Guerra, Fábio Machado Pinto e Ademilde S. Sartori. Vale lembrar que já no Brasil da Primeira República a educação era vista como decisiva para o processo de transformação social, conquistando lugar de destaque nas discussões anarquistas. Sobre isso, ver: JOMINI, Regina Celia Mazoni. *Uma Educação para a Solidariedade*. Campinas: Pontes, 1990.

132 Publicou-se: *Pedagogia Libertária – Experiências Hoje*, com textos de Josefa Martin Luengo, Encarnación Garrido Montero, Maria Oly Pey e Guilherme Carlos Corrêa; e *Corpos Dóceis, Mentis Vazias, Corações Frios* de Ierecê Rego Beltrão.

133 PEY, Maria Oly. *Introdução*. In: SIEBERT, Raquel Stela de Sá (Org.). *Educação Libertária: Textos de um Seminário*. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento-Centro de Cultura e Autoformação, 1996. Entre as obras das quais Maria Oly Pey participou destacamos: *Esboço para uma História da Escola no Brasil: Algumas Reflexões Libertárias* (2000); *Recordando Paulo Freire: Experiências de Educação Libertadora na Escola*; *As Pegadas de Foucault: Apontamentos para a Pesquisa de Instituições* (2007).

vontade das pessoas de ampliarem sua relação com as coisas e com o outro no mundo”¹³⁴

. Assim,

O NAT segue um caminho de pesquisa-ensino sobre a concepção libertária da educação e a reflexão sobre a prática das oficinas passa a identificar-se com o ideal libertário que envolve a autonomia, a solidariedade e a liberdade libertária de Bakunin e Kropotkin, Ferrer y Guardia até Josefa Luengo; a abordagem não-disciplinar do processo educativo e relações dialógicas no ato de conhecer em interação¹³⁵.

Desta forma, através de encontros, polêmicas, manifestações, ocupações de casas, jornais, *zines* ou da defesa de práticas como a ecologia social e a pedagogia da autonomia, o anarquismo reaparecia após anos de ditadura imprimindo seus semblantes de liberdade em Santa Catarina, durante a segunda metade do século 20 especialmente em sua capital, a cidade de Florianópolis. Em meio a isto o anarquismo impulsionado por novas expressões e atores como a contracultura e os anarco-*punks* se reinventa ora como estratégia de luta, ora como estilo de vida, atualizando seu papel contestador dos valores de uma sociedade mantida pela desigualdade e pelo autoritarismo, buscando e propondo nossos rumos.

134 *Encontro Educação Libertária: Textos*. Santa Maria: UFSM, 1998. p. 151.

135 PEY, Maria Oly, *et al. Pedagogia Libertária: Experiências Hoje*. São Paulo: Imaginário, 2000. p. 121.

CAPÍTULO II

EXPERIÊNCIAS DISSONANTES

Que outros se lembrem dos sutis e exatos
Traços, que hoje não lembro e não revelo
E se recordem, com profundo anelo,
Da tua voz de siderais contatos...
Cruz e Sousa, *Lembranças apagadas*.

Ensaiaando seus primeiros passos ainda no final do século 19 via imigrantes anarquistas italianos que chegavam ao Brasil em 1890 no Sul do país para a constituição de uma colônia anarco-comunista denominada Cecília, a cultura libertária logo se disseminaria e viria a marcar de maneira indelével as primeiras décadas do século 20 no Brasil. Em seu nome, colônias, escolas, sindicatos e jornais foram criados enquanto instrumentos de propaganda e luta social. Como se pode notar,

A atuação da propaganda anarquista, portanto, deu-se no sentido de educar as massas sobre os meios de que podiam dispor – organização em federações livres, em associações autônomas, trabalho voluntário e atividades intelectuais – como apoio para enfrentar o capitalismo, para chegar à revolução e para combater as relações de desigualdade que o Estado sempre fortificou¹³⁶.

Essa propaganda, de um modo ou de outro, influenciou muitas mobilizações significativas naqueles idos e, sobretudo, continua a influenciar mobilizações contemporâneas, que recorrem às ações e proposições libertárias do século 19 e das primeiras décadas do século 20 para auferir legitimidade nos tempos atuais, visível na seguinte afirmação:

Politicamente os anarco-punks querem mudar a sociedade. Acreditam na possibilidade da auto-gestão, da sociedade sem estado, sem líderes, sem intermediários. Lembram que isso não é um sonho, já foi real. A Colônia Cecília, no Paraná, sobreviveu durante anos, (...) vivendo em regime de auto-gestão¹³⁷.

136 SCHONS, Carme Regina. *Saberes Anarquistas*. Reiteraões, Heterogeneidades e Rupturas. Passo Fundo: UPF, 2000. p. 21-22.

137 *A Notícia*, Joinville, 30 de maio de 1994. (AMAP).

Tendo isso em mente, e nos valendo da afirmação benjaminiana de que “o passado pode ser salvo” a partir da “reapropriação desse fragmento de história esquecido pela historiografia dominante”¹³⁸, assim como pela ruptura de velhos paradigmas da memória histórica, buscamos desvelar trajetórias e experiências libertárias desenvolvidas durante a primeira metade do século 20 em várias cidades catarinenses, a fim de perceber em que medida elas seguem incentivando atividades e mobilizações no tempo presente.

2.1 – Teoremas da Esperança

A defesa de uma sociedade sem Estado, organizada a partir de indivíduos guiados pela liberdade que, para tanto, se punham contra quaisquer manifestações do autoritarismo, pode ser considerada como a base ideológica do anarquismo, ou socialismo libertário, como preferivelmente era conhecido por alguns de seus adeptos. De acordo com isso, “os anarquistas querem a substituição da atual organização social por outra que redunde em proveito de todos, (...), e não de uma só classe (...)”¹³⁹.

Como observou Cláudio Batalha, “o anarquismo no Brasil começou a se difundir, sobretudo a partir dos anos 1890, através de grupos de propaganda e periódicos (...)”¹⁴⁰. Assim, no campo da propaganda, a revista anarquista *A Vida*¹⁴¹, dirigida por José

138 GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: Os Cacos da História*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 62-63.

139 MAGNANI, Silvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 94.

140 BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 23.

141 Na década de 1980 foi publicada pela editora Ícone a reimpressão da coleção completa de *A Vida*, organizado pelo Centro de Memória Sindical (CMS) de São Paulo e pelo *Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano* (ASMOB) de Milão.

Oiticica¹⁴² e Francisco Viotti¹⁴³, em 28 de fevereiro de 1915 publicava que “vários camaradas convocam uma reunião para o próximo domingo, 7 de março, na qual se trocarão idéias a respeito dum ensaio e fundação duma colônia comunista anarquista”¹⁴⁴, revelando a pretensão de viver na prática as teorias libertárias através da formação de comunidades rurais.

Em realidade, já desde o século anterior, tanto no Sudeste como no Sul do Brasil, colônias influenciadas pelos ideais anarquistas começavam a ganhar forma a partir da atuação de imigrantes europeus, de tal sorte que parecia “que os sertões desabitados do centro-sul brasileiro eram preferidos para a localização destas primeiras experiências de comunidades anarquistas.”¹⁴⁵ Assim, em São Paulo, na cidade de Guararema em 1888, o ourives italiano e anarquista Arthur Campagnoli instaurava uma fazenda gerida por princípios libertários, que contava com imigrantes russos, italianos, espanhóis e franceses, e também com elementos brasileiros, como a pedagoga e anarquista Maria Lacerda de Moura¹⁴⁶, que durante sua estadia implementou uma educação de base racionalista. Sobre a experiência de Guararema, o escritor Afonso Schmidt registra:

Nem todos sabem, mas Guararema - aquela bonita localidade cortada pelos trilhos da Central do Brasil, entre Moji das Cruzes e Jacaré - tem

142 José Rodrigues Leite e Oiticica foi um professor anarquista que atuou na Liga Anticlerical do Rio de Janeiro e organizou periódicos como *Ação Direta*, *Spártacus*, *Na Barricada*, e *O Germinal*, entre outros. Foi autor de várias obras, como *A doutrina anarquista ao alcance de todos* (3ª ed. São Paulo: Econômica editorial, 1983). Pela já extinta editora Germinal do Rio de Janeiro, que pertenceu ao libertário Roberto das Neves, foram publicadas duas coletâneas de textos seus: *Curso de Literatura* (1960), contendo textos sobre lingüística que apareceram originalmente no jornal anarquista *Ação Direta*, e *Ação Direta: antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária* (1970), que trás textos publicados em vários jornais do país, com destaque para os extraídos do *Ação Direta*.

143 Médico e anarquista.

144 *A Vida*, Ano I - Nº 4, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1915. p. 63. (CEDEM).

145 HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982. p. 329.

146 Ela foi um dos mais importantes expoentes femininos do anarquismo brasileiro, proferindo palestras ou escrevendo na imprensa libertária, em jornais como *A Plebe* e *A Lanterna*, além de publicar vários livros, como *A Mulher é uma Degenerada?* (1924); *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica* (1934); *Serviço Militar Obrigatório para a Mulher? Recuso-me! Denuncio!* (1933). Sobre isso, ver: LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

o seu nome ligado, nos últimos sessenta anos, a diversos empreendimentos de caráter socialista. Vou falar de um deles (...).

Estava-se no ano romântico de 1888. Uma nuvem de pioneiros, sonhadores de uma sociedade melhor, tomou o rumo da América. Muitos procuraram o Norte, alguns procuraram o Sul do continente. Giovanni Rossi veio fundar a colônia Cecília, no Paraná; Arthur Campagnoli veio iniciar o seu núcleo em São Paulo...

Ainda estávamos no Império, quando ele abandonou tudo na Europa e decidiu estabelecer-se em Guararema, numa velha fazenda. Repartiu a terra, chamou amigos, iniciou a plantação coletiva.¹⁴⁷

Essa colônia, segundo Miriam L. Moreira Leite, contaria entre seus membros com objetores de consciência da Primeira Guerra Mundial, que buscavam “viver em liberdade e sem hierarquias (tanto entre trabalho manual e intelectual como entre homens e mulheres), exercendo um pacifismo ativo, ao se oporem a todas as formas de violência – do serviço militar à guerra”¹⁴⁸. Seja como for, em 1935, frente às investidas repressivas do governo de Getúlio Vargas, essa colônia dava seu último suspiro.

No entanto, talvez a mais importante dessas experiências no final do século 19 tenha sido uma outra colônia anarquista levada a cabo por imigrantes italianos em terras paranaenses. Denominada Cecília, ela obteria grande repercussão tanto a nível nacional como internacional, sendo tema de diversas obras, peças de teatro, filmes e novelas¹⁴⁹. Idealizada pelo engenheiro agrônomo e anarquista Giovanni Rossi, a Colônia Cecília foi criada em 1890 na região de Palmeiras, em terras compradas do governo brasileiro,

147 SCHMIDT, Afonso. *Lembranças*. São Paulo: Brasiliense, s/d. p. 223/ 224.

148 LEITE, Miriam L. Moreira. Maria Lacerda de Moura e o Anarquismo. In: PRADO, Antonio Arnoni. (Org.). *Libertários no Brasil* – Memória, Lutas, Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 95.

149 Entre obras, tem-se: SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília: Romance de uma Experiência Anarquista* (1942); SOUZA, Newton Stadler de. *O Anarquismo da Colônia Cecília* (1970); KUPPER, Agnaldo. *Colônia Cecília: uma Experiência Anarquista* (1993); NETO, Cândido de Mello. *O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi* (1996); MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos Rebeldes que Falharam* (1999); Lolla, Beatriz Pellizzetti. *Reflexões sobre uma Utopia do Século XIX* (1999); ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras Utopias* (2000); NETO, Miguel Sanches. *Um Amor Anarquista* (2005). Como peça teatral, PALLOTTINI, Renata. *Colônia Cecília* (1987). Já em termos de filme, há CAMELLI, Jean Louis. *La Cecília*, produção italo-francês de 1975; XAVIER, Valêncio. *Pão Negro*, documentário produzido no Paraná em 1994. Finalmente, existe ainda *Colônia Cecília*, minissérie de Patrícia Melo e Carlos Nascimento, sob a direção de Hugo Barreto, exibida em 1989 pela TV Bandeirantes.

almejando-se “viver de forma comunitária, sem organização autoritária, negando a propriedade individual, não admitindo padrões, sem coerções religiosas ou de Estado; admitindo o império da justiça, todavia sem a sua profissionalização pelas regras codificadas do Direito”¹⁵⁰.

A colônia chegou a abrigar em seus melhores tempos até 250 pessoas, que sobreviviam através de um sistema de produção coletivo e de uma distribuição de produtos e alimentos segundo a necessidade de consumo de cada membro. Acerca disso, Candido de Mello Neto, descendente de uma das famílias que ali viveram, escreve:

Quanto aos alimentos existentes em maior quantidade, havia liberdade em seu consumo; os mais raros, ou mais saborosos, eram racionados em partes iguais. Os doentes recebiam privilegiadamente a comida e a bebida mais delicada. A caixa social permanecia sempre aberta, mesmo após o único roubo ocorrido. Com a concordância de todos, esta estabelecido que o abandono da Colônia não propiciava quaisquer direitos de reclamações quanto a bens materiais¹⁵¹.

Nesta perspectiva, a experiência de viver anarquicamente requeria modificações dos costumes e hábitos, exigindo dos envolvidos a superação daquilo que era considerado como uma sociedade solidificada em relações egoístas. De acordo com isso, o amor livre foi uma nova concepção de afetividade implementada na colônia por três de seus integrantes (Aníbal, Eleda e o próprio Rossi), na tentativa de por em prática o ideal de estar ao lado de quem se ama sem a implicação de contratos ou obrigações.¹⁵² Ou mais exatamente, como procura explicar o libertário francês Emile Armand (pseudônimo de Ernest-Lucien Juin),

Reivindicar a autonomia do ser humano em matéria sexual é reivindicar plena faculdade, para a mulher e para o homem, de praticar e de associar-se para praticar todas as formas de vida sexual

150 MELLO NETO, Cândido de Mello. *O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi*. Ponta Grossa: UEPG, 1996, p.189, sendo esta uma das principais obras até o momento publicadas sobre a Colônia Cecília no Brasil.

151 MELLO NETO, *Op. Cit.* p. 223-224.

152 ALBERT, Charles. *O Amor Livre: uma Avaliação Anarquista da Questão Sexual*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. p. 99.

concebíveis, desde o simples casal (monogamia e monoandria) até à pluralidade (exceptuando toda imposição ou legislação), passando pelo que eu chamo a “camaradagem amorosa”, forma cooperativa da atividade sexual que garante aos afins a quem reúne o serem tratados, do ponto-de-vista sentimental-sexual, como “camaradas”, ou seja, que não lhes faltarão, no seio da cooperativa, as manifestações de afeto, amativas, voluptuosas ou outras, cuja a permuta é o objetivo da sua reunião.¹⁵³

Baseado nisso e no exemplo da Colônia Cecília, Giovanni Rossi comentou:

quando, (...) todos viram o modo respeitoso com que tratei Eleda e que as atitudes desta não deixaram, em nenhum momento, de ser afetuosas com Aníbal e reservadas comigo, quando viram a amizade fraternal entre Aníbal e eu, movida pelo objetivo comum de tornar agradável a vida de Eleda, quando, em suma, perceberam que o amor livre não é a vulgaridade animalesca e sim a mais alta e agradável expressão da afetividade, dissiparam-se até as últimas hesitações¹⁵⁴.

O nome da Colônia, aliás, tinha sua origem numa personagem de uma das obras de Cárdias (pseudônimo usado por Giovanni Rossi), “Uma comuna socialista”, a qual discorria sobre uma aventura a três, vivida entre Cecília, Rossi e um amigo. Por isso,

Aparentemente, para Rossi, a experiência vivida na Colônia Cecília serviu como argamassa para solidificar as estruturas de combate à instituição familiar sob a forma em que possa surgir. O fato de ter escrito *Un Episodio d'Amore nella Colonia Cecilia*, além do registro com minúcias do ocorrido, permitiu-lhe alargar seus horizontes no campo dos relacionamentos interpessoais, definir posições, atacar tabus e preconceitos e exigir novos comportamentos, não apenas na sociedade em geral, como dentro das próprias correntes socialistas.¹⁵⁵

Nestas circunstâncias, “a despeito de toda acusação atual do moralismo dos anarquistas, não se pode deixar de considerar avançadas suas propostas de relacionamento afetivo entre homens e mulheres”.¹⁵⁶ De qualquer modo, muitas eram as dificuldades para um laboratório social como Cecília, marcado pela debandada de integrantes que, buscando melhores condições de vida, empregavam-se como mão-de-

153 ARMAND, Emile. *Nova Ética Sexual*. Rio de Janeiro: Germinal, 1960. p. 46.

154 ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras Utopias*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. p. 97.

155 MELLO NETO, *Op. Cit.* p. 205.

156 RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1930*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 104.

obra nas cidades vizinhas. Contudo, Giovanni Rossi, após o fim da colônia em 1894, estava convicto de que a mesma terminara não por ter sido comunista e muito menos por ter sido anárquica, mas porque era pobre e contou com pouquíssimos meios e com pessoas incapazes para os trabalhos agrícolas, estando em meio a uma vida que lhe era economicamente estranha¹⁵⁷.

Seguindo adiante, e adentrado o século 20, no transcurso da década de 1930 era criada por imigrantes letões na localidade de Assis em São Paulo a Colônia Vapa, sobre a qual Edgar Rodrigues pontua: “os filhos eram educados pelas mães até à primeira infância, depois por ‘pastores’, que eram sempre pessoas mais idosas e respeitadas de todos. Não existia o dinheiro circulante, nem propriedades individuais” e “os instrumentos de trabalho eram distribuídos coletivamente bem como a alimentação e moradia”¹⁵⁸.

Em 1939, uma outra experiência comunitária anarquista, vegetariana e naturalista, era levada a cabo em São Paulo na região do Itaim. Sobre tal iniciativa, um de seus membros, o libertário Edgard Leuenroth¹⁵⁹, comenta:

foi criada com o objetivo de ser um prolongamento do lar de cada militante libertário, de simpatizantes da causa ácrata e de amigos de militantes que desejam a sua convivência, constituindo-se, assim, um ambiente familiar mais amplo, para o exercício de um convívio mais racional, mais humanístico – como aspiram e pelo qual lutam os anarquistas.¹⁶⁰

157 MELLO NETO, *Op. Cit.* p. 235.

158 RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. p. 38.

159 Militante anarquista envolvido com diversos jornais libertários, entre os quais *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *A Vanguarda* e *Ação Direta*, foi um dos fundadores da Federação Operária de São Paulo (1905), ele participou da organização do Primeiro, Segundo e Terceiro Congressos Operários Brasileiros. Graças a ele foi criado um dos mais importantes acervos sobre as lutas sociais no Brasil, hoje sob responsabilidade da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). De sua autoria publicou-se *O Que é Maximismo ou o Bolchevismo*. São Paulo: Semente, 1984 (obra escrita em co-autoria com Hélio Negro); *Anarquismo: Roteiro da Libertação Social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963 (re-editado em 2007 pela editora Achiamé); *A Organização dos Jornalistas Brasileiros (1908-1951)*. São Paulo: COM-ARTE, 1987. Ainda sobre ele, foi publicada uma pequena e interessante biografia na coleção *Rebeldes Brasileiros* fascículo 7, da revista Caros Amigos.

160 LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo – Roteiro da Libertação Social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963. p. 146.

“Nossa Chácara” foi como se chamou tal experiência, tendo servido de espaço para encontros e congressos do movimento anarquista brasileiro, assim como de refúgio a perseguidos políticos de nacionalidade portuguesa e espanhola. Todavia, frente ao crescimento dos adeptos, bem como ao processo de urbanização que paulatinamente se aproximava da comunidade, no começo dos anos sessenta e mesma era extinta, sendo criada uma outra em Moji das Cruzes para dar continuidade aos seus objetivos, agora com o nome de “Nosso Sítio”.

Analisando o papel das colônias anarquistas e sua efemeridade, Emile Armand, em estudos publicados na década de 1930, concluiu:

Toda colônia livre que funciona no meio atual é um organismo de oposição, de resistência, cujos componentes podem ser comparados com as células: certo número delas não são apropriadas para o meio e por isso se eliminam e desaparecem. É, pois, ilógico pretender para as colônias uma duração ilimitada, que nenhuma cidade, país e civilização tiveram até hoje.¹⁶¹

Todavia, já na época de sua formação, colônias como a Cecília despertavam oposição entre os próprios militantes anarquistas, como o mostra a crítica do italiano Errico Malatesta, em carta publicada no jornal *La Rivendicazione*, datada de 1891, em que desaprovava Giovanni Rossi e seu “socialismo experimental”, vendo-o como um instrumento de acomodação que “oferece aos oprimidos uma vã esperança de emancipar-se sem precisar fazer a revolução”. Desta forma, “se Rossi quer fazer o experimento, que o faça; mas deixe em paz os socialistas, deixe em paz os revolucionários e recolha os pobres trabalhadores, que ainda não ouviram falar do socialismo”, para então arrematar: “quando a fome pega pelo pescoço o proletariado, e a revolução se apresenta como dilema de vida ou de morte diante da humanidade, sair do jogo é coisa de pusilânime. Parece-me que hoje quem parte, deserta diante do inimigo no momento da batalha”¹⁶².

161 ARMAND. *Op. Cit.* p. 33.

162 FELICI, Isabelle. A Verdadeira História da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. In: *Cadernos AEL* nº 8/9 – Anarquismo e Anarquistas. Campinas: AEL/ IFCH, 1998. p. 11.

Em realidade, face a uma Itália em precária situação econômica e marcada por agitações políticas (o próprio rei Humberto I foi assassinado em 1900 pelo anarquista Gaetano Bresci), as propostas de Rossi soavam pouco práticas, o que acarretou em certa marginalização de suas teorias no meio político italiano. Entretanto, ele sempre defendeu seu empreendimento e, anos depois, ao descrever os resultados da experiência da Colônia Cecília, assim respondia às acusações de Malatesta:

No dia 20 de fevereiro de 1890, a bordo do vapor *Cittá di Roma*, partia de Gênova um pequeno número de pioneiros com destino ao Brasil, para aí iniciar uma colônia socialista experimental.

Eram eles desertores?

Esse rótulo, que não é atribuído aos milhares de socialistas que deixam a Europa por interesses pessoais, acabou sendo lançado contra aqueles primeiros pioneiros e contra os que, depois, os seguiram.

Entretanto, deviam ser em parte perdoados, pois não eram propriamente desertores. Durante muitos anos, no caso de alguns desde o alvorecer do movimento socialista na Itália, eles permaneceram a postos nas batalhas da propaganda, assim como nos projetos de ação. Um dia, depois da frustração de um destes projetos, veio-lhes a tentação de pôr em prática uma antiga idéia: procurar, nas solidões americanas, um pedaço de terra para o cultivo – logo eles, sem nenhuma experiência e desprovidos de quase tudo – com o intuito de provar, para si mesmos e para os outros, se e como um grupo viveria sem leis e sem donos.

Não pertenciam a nenhum exército, uma vez que não reconheciam chefe e disciplina – **e ainda dizem que eram desertores!** (grifos meus).¹⁶³

Após abandonar a Colônia Cecília no ano de 1893, Giovanni Rossi rumou para Taquary, no Rio Grande do Sul, para trabalhar como professor de agronomia e veterinária. Em 1897, veio para Santa Catarina para administrar a Estação Agronômica, em Rio dos Cedros, mas com a implantação em 1904 da nova Estação Agronômica em Florianópolis, no bairro de Coqueiros, Rossi mudou-se para esta cidade. Motivado por acontecimentos como a morte de sua filha Giannina em 1906, e pelos obstáculos de natureza política na direção da Estação Agronômica, ele aceita o convite de seu amigo

163 ROSSI. *Op. Cit.* p. 63/ 64.

Leonida Bissolati para dirigir o *Vivaio Cooperativo della Liguria*¹⁶⁴, embarcando em janeiro de 1907 para a Itália. Mas durante a estadia em Rio dos Cedros, Giovanni Rossi, junto com um grupo de colonos italianos fundou em 1897 a *Società di Mutuo Soccorso* dois anos depois, por incentivo de Rossi e Andrea Largura era criada a *Società Cooperativa di Rio dos Cedros*, uma das mais expressivas cooperativas agrícola da região, voltada para a comercialização de fumo, milho e vinho¹⁶⁵. Acerca disso, assinalou a imprensa catarinense:

O governo italiano mandou comprar o fumo da Companhia Italiana de Rio dos Cedros do Município de Blumenau. Diz o nosso colega *La Pátria* de Urussanga, que este resultado tão vantajoso é devido em grande parte ao Sr. Dr. Giovanni Rossi, Diretor da Estação Agronômica de Blumenau (...).¹⁶⁶

O empenho na criação dessas associações, a partir de 1901, foi facilitado pelos fortes laços de amizade com Emembergo Pellizzetti, um homem de idéias revolucionárias e apreciador da literatura de Tólstoi, que residia na região. Não obstante, várias destas sociedades cooperativas “tinham traços trabalhistas e laicos, pois comemoravam o dia 1º de maio e assinavam jornais de esquerda”.¹⁶⁷ E sobre a vivência de Rossi em Rio dos Cedros, Beatriz Pellizzetti, acrescenta:

Em Rio dos Cedros, Rossi continua com seus princípios anarquistas comunicando-se com Ferri, Turati e Bissolati, companheiros de anarquismo dos primeiros tempos na Itália Setentrional, agora no apogeu político italiano. Recebia notícias através de *L'Avanti*, *Asino*, *Il Mulo* e *Bataglia*. Não apenas se correspondia com intelectuais e técnicos, bem como os recebia fossem brasileiros ou estrangeiros.

164 SOUZA, Newton Stadler de. *O Anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 160/ 161. Leonida Bissolati, era um importante militante do movimento libertário italiano, redator do jornal *L'Eco del Popolo*.

165Ver http://www.ocesc.org.br/area_tecnica/informativos_ver.php?id_informativo=274, site da Organização Cooperativas de Santa Catarina. Acessado em 05 de dezembro de 2007. Segundo a Revista Agrícola editada pela Estação Agronômica de Florianópolis sob a direção de Giovanni Rossi, a Sociedade Cooperativa Rio dos Cedros recebeu as seguintes premiações: fumo, medalha de 1ª classe; vinho, medalha de 2ª classe. *Revista Agrícola*, Ano I – Nº 4, setembro a dezembro de 1905. p. 22. (AIHGSC).

166 *Cruzeiro do Sul*, Lages, 26 de novembro de 1902. (AMHTC).

167 DALLABRIDA, Norberto. *Escolas Italianas: Resistência e Italianidade*. Disponível em www.rizoma.ufsc.br. Acessado em 23 de novembro de 2008.

No que tange à trajetória de Ermembergo Pellizzetti, ele foi responsável pela criação da primeira escola laica do Médio Vale do Itajaí-Açu, que oferecia aulas noturnas aos colonos com o apoio do Consulado Italiano, em Ascurra, a partir de 1906 e contra os interesses do clero franciscano de origem alemã que detinha o controle da instrução na região. Devido a isso,

(...) os franciscanos tecem uma série de estratégias para continuarem tendo o monopólio religioso. Dentre as estratégias, destaca-se o combate às escolas *Dante Alighieri* e também às escolas estatais. Para eles tais escolas haviam sido fundadas e eram dirigidas por líderes “anarquistas”, que conduziriam a sociedade local ao caos. Em decorrência dessa ameaça, tanto eles como as escolas deveriam ser combatidas.¹⁶⁹

Neste contexto de conflitos, um atentado a bomba ocorreu em Rio dos Cedros em 1911, tendo como alvo a casa paroquial que servia de dormitório para os padres: Frei Modestino Oechtering e Frei Policarpo Schuhen, sobre este acontecimento tem-se:

A bomba de dinamite colocada debaixo da casa paroquial explodiu no dia 29 de abril, na noite de sábado para domingo. Para aquele domingo estava marcada a Primeira Comunhão de cerca de 180 crianças. O jornal *L'Amico* supõe que os criminosos pretendiam, com o assassinato de ambos os padres, que dormiam na casa paroquial, obstar a realização do ato religioso. Com isso evidencia-se incontestavelmente a tendência anticlerical do ato criminoso. Conforme supõe o citado jornal, o ato deveria ser, ao mesmo tempo, uma espécie de prelúdio à comemoração do dia **1º de Maio, dia de festa universal, consagrada por socialistas e anarquistas**. A agitação anticlerical entre os italianos foi fomentada, ainda, com a propagação do *pasquim anarquista L'Asino*, (grifos nossos) cujo redator, outrora, instigara os anticlericais de Blumenau a expulsarem os padres franciscanos intrusos.¹⁷⁰

168 PELLIZZETTI, Beatriz. *Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional*. Curitiba: IHGEP, 1981, p. 124.

Lomanitz era um anarquista que ajudou Rossi a aprimorar o inglês em Rio dos Cedros, rumando depois aos Estados Unidos para participar de uma experiência agrícola no Texas. E outro anarquista que esteve ali com Rossi foi o agrimensor italiano Giuseppe Landriani, que se casou com Propércia, irmã de Rossi.

169 OTTO, Clarícia. *Catolicidades e Italinidades*. Tramas e Poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis: Insular, 2006. p. 145.

170 OTTO, *Op. Cit.* p. 183.

Na busca pelos autores do ataque aos padres, alguns acreditaram que a bomba fora colocada por Pellizzetti, enquanto que outros atribuíam o atentado a Rossi¹⁷¹, afirmando que na tarde anterior ele “passou perto da casa paroquial e falou para a funcionária: ‘hoje à noite os padres irão fazer a barba sem navalha’.”¹⁷² Seja como for, Rossi, como tantos outros anarquistas, ou revolucionários, foi por vezes mostrado como uma figura caricatura de traços violentos e desprezíveis, que com dinamites a mão, estava pronto a ceifar vidas, o que levou as autoridades italianas a trocar correspondência com seus consulados do Rio de Janeiro e Florianópolis em busca de notícias sobre ele amparada por afirmações como estas: “cheio de talento, mas também de ódio, é um homem verdadeiramente perigoso”.¹⁷³

Já em 1906, período no qual residia em Coqueiros, Giovanni Rossi, juntamente com uma “pequena delegação sulista”¹⁷⁴ participou do Primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado em abril no Rio de Janeiro, colocando-se favorável à aprovação de um programa de luta declaradamente sindicalista revolucionário, baseado nas diretrizes da CGT (Confédération Générale du Travail) francesa.

Mas voltando às comunidades libertárias em terras sulistas, uma experiência em especial chama a atenção por ser uma colônia anarquista em Santa Catarina, registrada pela imprensa anarquista norte-americana de *The Free Society*, bem como por militantes libertários a exemplo do italiano Pietro Gori que, ao retornar de sua viagem pela América Latina, lançou um apelo para que ela ganhasse novos adeptos. Cosmos era como se chamava esta colônia, criada em 1902 numa chácara e que tinha como mentor o anarquista espanhol Carlos Condor, e que se situava nas proximidades de Joinville com a presença de imigrantes norte-americanos (havendo possivelmente entre os mesmos

171 Entretanto torna-se oportuno destacar que Giovanni Rossi havia deixado o Brasil em 1907, retornando a Itália, o que inviabiliza sua autoria pelo atentado.

172 *Idem*. p. 189.

173 LOLLA, Beatriz Pellizzetti. *Reflexões sobre uma Utopia do Século XIX*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999. p. 228.

174 Formada por elementos oriundos especialmente da extinta Colônia Cecília e que militavam no movimento operário do Paraná e Rio Grande do Sul.

egressos de uma colônia libertária de Wisconsin, nos Estados Unidos).¹⁷⁵ Baseada num sistema de produção cooperativista, esta colônia buscou se especializar no cultivo de bananas, café, cacau e baunilha, assim como na fabricação de perfumes, champagnes e conservas. Sobre ela, o anarquista Emile Armand afirmou que desapareceu “em 1904, tendo dado origem a uma outra colônia, ‘Hansa’, cujos membros moram em Blumenau e Joinville”.¹⁷⁶ E, dentre os jornais catarinenses da época, somente um fez alguma menção a esta experiência anarquista, amparado, todavia na imprensa internacional, que foi o lageano *Cruzeiro do Sul*, de propriedade do Frei Pedro Sinzig¹⁷⁷.

Por seu turno, o anarquista alemão Friedrich Kniestedt, que se tornaria um dos mais destacados militantes libertários de Porto Alegre na primeira metade do século 20, recordou da criação de uma colônia denominada Futuro, fundada no começo do século às margens do Rio Ivaí no Paraná: “o plano de colonização estava claramente delimitado: comunismo, vegetarianismo, comida não cozida, nudismo e, o que é natural, volta à natureza”.¹⁷⁸ O nudismo, aliás, foi por vezes considerado por determinados segmentos do anarquismo como uma atitude revolucionária, um meio de emancipação “da tirania da roupa, que jamais foi nem pode ser outra coisa senão um disfarce hipócrita, visto que a importância ou valor social recai sobre aquilo que cobre o

175 Afonso Schmidt em sua obra *Colônia Cecília* afirma: “(...) surgiu a Colônia Cosmos, em Santa Catarina, fundada por um libertário chegado da América do Norte”. p. 14.

176 Apud LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984. p. 90.

177 *Cruzeiro do Sul*, Lages, 23 de julho de 1902. Seção “Revista do Interior”. (AMHTC). Frei Pedro Sinzig, padre de origem alemã que em 1902 chegou à região serrana de Santa Catarina para administrar o Convento de Lages, criou ali o semanário católico *Cruzeiro do Sul*. Diante de conflitos com anticlericais lageanos, recebeu a alcunha de “Pedro Barulho” e, possivelmente por pressão destes mesmos setores, deixou a cidade em 1907 rumando para Petrópolis, onde criou a revista Vozes de Petrópolis, embrião da editora Vozes, fundando neste interim o Centro da Boa Imprensa enquanto órgão de propaganda católica e que agia como central de informações a respeito da imprensa não-católica, especialmente a anticlerical. Escreveu vários livros, como *Através dos Romances: Guia para as Consciências* (1923), espécie de manual de censura que afirmava o que se podia e o que não se devia ler: sobre isso, ver PAIVA, Aparecida. *A Voz do Veto: A Censura Católica à Leitura de Romances*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

178 Extraído de seu livro de memórias, traduzido para o português no final dos anos 80 sob responsabilidade de GERTZ, René E. (editor). *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989, p. 75.

indivíduo”, assim como um protesto frente aos preceitos morais por se colocar “contra a classificação das diversas partes do corpo em nobres e ignóbeis, sendo, por exemplo, o nariz, considerado como nobre e o órgão sexual como ignóbil”.¹⁷⁹

Por outro lado, esparsos registros mencionam a existência de outra colônia vegetariana e naturalista em Palmital, região localizada no litoral catarinense, que teria se chamado Colônia Monte Sol e que fora fundada no início da década de 1920 graças ao idealismo da anarquista austríaca Ida Hoffmann¹⁸⁰. Porém, decerto, a mais renomada experiência desenvolvida no litoral catarinense, mais propriamente na Baía da Babitonga, perto de Joinville, foi o Falanstério do Saí, ou a Colônia Industrial Francesa, projeto comunitário baseado no socialismo do francês Charles Fourier, que buscava realizar “a experiência da organização de um núcleo antecipador das novas condições de vida. Essa experiência demonstraria aos contemporâneos as vantagens do novo modelo e, ao se multiplicar, promoveria a verdadeira transformação da sociedade”.¹⁸¹

Alguns escritores, inadvertidamente, confundem tal falanstério com um empreendimento libertário, afirmando, por exemplo, que ele “foi uma das primeiras experiências do socialismo utópico e do **anarquismo do mundo** (grifos meus)”.¹⁸² E se sabe que muitos anarquistas sentiam atração pelas idéias de Charles Fourier, como Giovanni Rossi que, na Itália, publicou o semanário socialista *Lo Sperimentale* para tratar da discussão de experiências sociais de caráter comunitário, apresentando idéias de Robert Owen e Charles Fourier, dentre outros pensadores sociais (as próprias tentativas comunitárias levadas a cabo por Rossi foram vistas por muitos como anseios de aperfeiçoamento das teorias fourieristas, só que alimentadas por perspectivas anarquistas). Não obstante, o precursor do anarquismo, Pierre-Joseph Proudhon, apesar

179 ARMAND. *Op. Cit.* p. 114.

180 Baseado em informações divulgadas por *Ordo Templi Orientis* – Representação Brasileira. Disponível em www.ordotempliorientisbrasil.org/textos. Acessado em 21 de setembro de 2008.

181 KONDER, Leandro. *Fourier, o Socialismo do Prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 13.

182 SZKLARZ, Eduardo. *O Anarquismo Voltou? In: Revista Super interessante*, edição 231. Outubro de 2006. p. 62.

de ter se impressionado profundamente com a leitura de Fourier (que era seu conterrâneo, pois ambos nasceram em Besançon), efetuaria não muito tempo depois duras críticas às proposições fourieristas e às de Saint-Simon, como o demonstram as páginas do *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* (1846), obra com a qual buscou antes de Karl Marx livrar o socialismo de suas ditas utopias, e que provocou o irônico ataque de Marx às suas próprias idéias com a publicação de *Miséria da Filosofia* em 1847.

Na *Filosofia da Miséria*, a certa altura Proudhon escreve:

(...) foi constatado hoje que Fourier nunca soube a primeira palavra das coisas sobre as quais se pôs a escrever. Não tem noção alguma de valor; não possui nem teoria de distribuição nem lei de troca; não resolveu nenhuma das contradições da economia política; não suspeitou sequer do sentido dessas contradições; não viu que as causas da miséria provinham todas da preponderância do capital e da subordinação do trabalho; longe disso, consagra em sua fórmula *capital, trabalho, talento*, essa preponderância e essa subordinação; ele e sua escola sempre agiram de acordo com esse dado contraditório quando, em lugar de procurar a libertação do trabalhador na síntese das antinomias, num princípio superior ao capital e à propriedade, não deixaram de implorar a subvenção do capital e os favores de poder.¹⁸³

Favores do poder, aliás, que seriam visíveis na experiência do Saí levada a cabo por fourieristas como o Dr. Benoit Jules Mure, que contou com o apoio do governo imperial, como muito bem observou Raquel S. Thiago: “certamente a elite brasileira que apoiou Mure e outros intelectuais vanguardistas enveredava pelo caminho do romantismo, com nuances utópicas, mas que nunca os levaria a confrontar-se com aventuras que apresentassem ameaça ao ‘status-quo’”¹⁸⁴. E sobre os posicionamentos políticos do Dr. Mure, a pesquisadora Ivone Cecília D’Avila Gallo pontuou: “dizia não poder evitar o riso quando via chamarem de revolucionários Babeuf, Cabet e **Proudhon** (grifos meus), tratados por ele como ‘espíritos secundários’”¹⁸⁵.

183 PROUDHON, Pierre-Joseph. *Filosofia da Miséria*. Tomo II. São Paulo: Escala, 2007. p. 365.

184 S. THIAGO, Raquel. *Fourier: Utopia e Esperança na Península do Saí*. Blumenau: FURB/ Florianópolis: UFSC, 1995. p. 145.

185 GALLO, Ivone Cecília D’Avila. *A Aurora do Socialismo: Fourierismo e Falanstério do Saí* (1839-

Nestes termos, tanto as historiadoras Raquel S. Thiago e Ivone Cecília D'Avila Gallo, quanto o filósofo Leandro Konder, não identificam traços de perspectivas anarquistas na experiência do Falanstério do Saí¹⁸⁶ ou do Palmital, realizados em Santa Catarina a partir de 1841, como alguns escritores querem fazer crer.

2.2 - Em Companhia do Diabo

Alimentado pelas luzes da razão aparece na cidade de São Paulo pelas mãos do anarquista, maçom¹⁸⁷ e advogado Benjamin Mota o jornal *A Lanterna*, um dos principais porta-vozes da propaganda anticlerical em solo brasileiro durante a Primeira República, que trilharia um primeiro estágio de 1901 à 1904, para em 1909 sob a direção do anarquista e gráfico Edgard Leuenroth retomar suas diretrizes até 1916, para finalmente renascer durante um curto período entre 1933 e 1935. Enquanto órgão da Liga Anticlerical, em seu editorial defendia:

Somos apenas um punhado de homens. Somos 10? 20? Que importa? Seremos legião amanhã, quando todos os que sabem quanto o clericalismo é prejudicial, quanto o jesuitismo é nefasto, quanto o beatismo embrutece os povos, decidirem vir engrossar as nossas fileiras.¹⁸⁸

Este importante periódico anticlerical cativou, desde o seu início, admiradores em Santa Catarina¹⁸⁹, e no início da década de 1910 tinha como um dos seus pontos de venda em Florianópolis a Agência de Revista do Sr. Valentin Farinhas, localizada na rua República n° 2 (atualmente, calçada da rua Felipe Schmidt, centro de Florianópolis). E

1850). Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2002. p. 157.

186 A este grupo de pesquisadores podemos agregar GUITLER, Antônio. Falanstério do Saí. In: SIEBERT, Raquel Stela de Sá. *Educação Libertária: Textos de um Seminário*. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento-Centro de Cultura e Autoformação, 1996.

187 Segundo o libertário e maçom Roberto das Neves, várias anarquistas mantiveram vínculos com a Maçonaria, entre estes Élieu Réclus, Sébastien Faure, Mikhail Bakunin, José Oiticica, Maria Lacerda de Moura: ver NEVES, Roberto das. *Entre Colunas*. Ensaios sociológicos e filosóficos. Rio de Janeiro: Germinal, 1980.

188 DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 25.

189 Como atesta nota publicada no jornal *Blondinista*, órgão do Club Blondin de Laguna, datada de 29 de junho de 1901, *A Lanterna* desde o seu surgimento já tinha circulação pelo Estado catarinense.

entre os cronistas anticlericais que do Estado catarinense contribuíram com *A Lanterna*, um chama a atenção devido à regularidade de seus escritos. Assinando seus textos como C. de Lippe, da cidade de São José, ele tecia críticas ao clero do seguinte teor:

O fanatismo religioso, essa contagiosa peste moral de que o frade é o forte elemento que concorre para o seu desenvolvimento, vai cada vez mais contaminando o povo desta cidade e levando a desinteligência ao seio de todas as agremiações populares e das próprias famílias.

Jamais nesta boa terra, outrora iluminada e guiada por espíritos emancipados, se registrou factos mais degradantes como os que temos presenciado nestes últimos tempos com a entrada dos frades estrangeiros que, escoraçados de outros centros onde a emancipação do espírito humano já vai ganhando terreno, aqui vieram estabelecer seu quartel-general.¹⁹⁰

Percebe-se ainda em C. de Lippe traços da Ilustração que convulsionou no transcurso do século 18 a Europa, acenando ao ser humano “(...) a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição”¹⁹¹, tradição Iluminista que proclamava: “(...) os preconceitos do fanatismo desapareceram, não temos outro culto senão o da Razão e da Liberdade”¹⁹², preceitos esses que alimentaram o anticlericalismo, inclusive no Brasil. E rumando por tais veredas escrevia:

A nós, os que estamos fora da tutela dessa seita intolerante, sanguinária e inimiga de tudo quanto é suscetível de trazer a luz da verdade ao espírito humano, cabe o dever de reunirmos-nos em uma forte associação, secreta se preciso fosse, para que possamos auxiliar-nos reciprocamente, e exercermos uma ação mais eficaz e sem vacilações contra essa horda de vagabundos, caftens e usurpadores da paz e tranqüilidade dos lares.¹⁹³

Esse combate ao clericalismo vinha de encontro à formação de Ligas Anticlericais em São Paulo e Rio de Janeiro, assim como em outras capitais brasileiras, estimulando movimentações como a promovida contra a execução na Espanha do

190 *A Lanterna*, São Paulo, 21 de fevereiro de 1914. (AEL).

191 ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 27.

192 VOVILLE, Michel. *A Revolução Francesa Contra a Igreja*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 120.

193 *A Lanterna*, São Paulo, 21 de março de 1914. (AEL).

pedagogo e livre-pensador Francisco Ferrer y Guardia¹⁹⁴, numa trama que teve o envolvimento da Igreja Católica. Desta forma, na Europa e no Brasil intensificaram-se as articulações anticlericais através da criação de escolas racionalistas, campanhas pró-estado laico, associações e ligas, com a finalidade de se mobilizarem contra as ingerências do Clero, etc., encorajadas por panfletos como *A Peste Religiosa* de João Most, que incitava: “todo o homem emancipado da ‘fé’, que deixa de combater a padranhada, onde e quando pode, é um traidor. Por toda a parte a guerra, guerra a todo o transe contra a seita negra.”¹⁹⁵ E envolto pelo calor de tais situações, C. de Lippe propunha ser: “necessário que os anticlericais se unam, para que dessa união resulte a força tendente a atenuar a marcha desse animal feroz”.

Prosseguindo em suas críticas aos padres e frades, pontuava:

É esse um individuo perverso e mau; educado desde tenra idade na escola da ignorância e da mentira, está unicamente preparado para, em nome dos deuses inexoráveis e vingativos, embrutecer o povo para melhor explorar e saquear desapiedadamente os mingoados recursos de que ele dispõe.¹⁹⁶

C. de Lippe parecia depositar grande esperança na propaganda anticlerical através de jornais como *O Livre Pensador* e *A Lanterna*, que também difundiam uma literatura em grande parte procedente de Portugal, mas também em italiano, espanhol e francês, como *Mentiras Divinas: Cartas aos Crentes*, de Chacon Siciliani, segundo quem “os padres falsificam a verdade das vossas convicções religiosas, são uns contrabandistas do vosso pensamento”¹⁹⁷, ou ainda *Sermões da Montanha*, de Tomaz da Fonseca, que assegurava: “a Igreja vive, porque o povo a sustenta, porque o povo assim quer. Que

194 Francisco Ferrer y Guardia, pedagogo e libertário, foi o criador das Escolas Modernas, umas das primeiras a utilizar salas mistas (meninos e meninas juntos), sendo os conteúdos elaborados para o desenvolvimento da razão, o que contrariava os interesses da Igreja Católica. Vítima de uma trama urdida pelo Governo e Igreja, Ferrer foi fuzilado na fortaleza de Montjuich, em Barcelona, na Espanha, no dia 13 de outubro de 1909.

195 MOST, João. *A Peste Religiosa*. São Paulo: Comitê pró-presos e deportados, 1921. p. 17. Essa obra foi editada visando levantar fundos para a defesa de presos como Deoclécio Fagundes e José Arandas.

196 *A Lanterna*, São Paulo, 21 de março de 1914. (AEL).

197 SICILIANI, Chacon. *Mentiras Divinas: Cartas aos Crentes*. Lisboa: Casa Editora, 1913. p. 30.

horror! O povo alimentando o cancro que o devora!”¹⁹⁸.

Essa forte propaganda desagrava a Igreja em Santa Catarina, como atestou nosso cronista:

Bastante irritou aos srs. Fanáticos de S. Pedro de Alcântara a correspondência que daqui enviei a esta folha, narrando minuciosamente os degradantes fatos que ali se deram com o quixotesco vigário Roberto, por ocasião da expulsão dos pobres pretos residentes naquela localidade.¹⁹⁹

Em sua escrita, C. de Lippe também abordava o que considerava fanatismo religioso presenciado nas cercanias da cidade de São José, tecendo analogias com as movimentações milenaristas no sertão Contestado:

(...) O governo estadual tem lançado mão de todos os meios brandos para restabelecer a paz e a tranquilidade naquela região ora flagelada pela peste religiosa, sendo, porem, todos eles improficuos ante a feroz resistência com que aqueles sertanejos ingênuos e ignorantes defendem as suas divindades protetoras: Deus, S. Sebastião e o seu monge José Maria, que os assiste, como firmemente crêem, a todos os combates que houverem de travar com as forças legais.

Ora, isto é o cumulo da estupidez !

(...) Poder-se-ia apelidar de fanáticos os revolucionários de Taquarussú se não existisse maior grau de fanatismo em Angelina, S. Pedro e Santo Amaro do Cubatão; porque aqueles resumem sua crença em Deus, S. Sebastião e no monge e estes, além de acreditarem em maior numero de absurdos, ainda carregam, dependurado ao pescoço, pedaços das velhas roupetas dos frades, que as adquirem por elevado preço.²⁰⁰

Tais palavras evidenciam a aversão do cronista ao que ele considerava uma religiosidade exacerbada, bem como ao comércio de relíquias, uma vez que isso distanciava a população dos caminhos da razão (a qual era cultivada com apreço por anticlericais e livre-pensadores), em favor dos dogmas impostos pelos frades como única instrução e visão de mundo. E como atento observador, C. de Lippe não deixava passar sem crítica ou ironia os acontecimentos religiosos locais, como o cortejo de lamentações

198 FONSECA, Tomaz da. *Sermões da Montanha*. Rio de Janeiro: Gerninal, 1948. p. 303.

199 *A Lanterna*, São Paulo, 5 de setembro de 1914. (AEL).

200 *A Lanterna*, São Paulo, 16 de maio de 1914. (AEL).

na despedida do padre Domingos quando ele se mudou de São José

Do alto de uma enorme cruz, a bela imagem de um Cristo que lá se achava suspensa, dirigiu ao Mingote o seu ultimo adeus de despedida. Moveu-se milagrosamente do seu pesado madeiro, desprende do cravo a sua descarnada mão direita, deixou-a cair pesadamente sobre a articulação do braço esquerdo, cerrou o punho e gesticulou religiosamente para o seu explorador, proferindo estas santas palavras: Adeus, devorador do meu sangue e amante das minhas esposas! Aceita esta preciosa “fruta catarinense” que te envia o povo anticlerical desta paróquia, para te alimentares durante a tua excursão de embrutecimento por outras paragens de imbecis. Que ela se multiplique como os pães e os peixes dos evangelhos. Amém.²⁰¹

Contudo, C. de Lippe não foi o único anticlerical catarinense a publicar escritos nas páginas de *A Lanterna*. Durante sua terceira (e última) fase que foi de 1933 à 1935, quando este periódico também toma como bandeira de luta o antiintegralismo, encontramos novamente textos remetidos de Santa Catarina. Desta forma, num concurso intitulado “Para que serve o padre?” patrocinado pelo referido jornal, tem-se, da cidade de Santo Amaro da Imperatriz (região da Grande Florianópolis), o seguinte comentário:

O padre serve: para mentir; para vender o Cristo; para roubar manhosamente o bolso dos incautos de boa fé; para comprar consciências; para ensinar a humanidade a mentir a ser hipócrita desde a infância; para, no confessionário, poluir candidas criaturas a servirem de pasto aos seus intuitos bestiais; corromper o caráter de todas as nacionalidades; para, enfim, “ser mula sem cabeça”.²⁰²

Por sua vez, de Porto União um correspondente comenta exultante: “até que enfim, o clarão de ‘A Lanterna’ veio iluminar o valhacouto dos ‘corvos’ de batina nesta cidade”,

201 *A Lanterna*, São Paulo, 13 de junho de 1914. (AEL).

202 *A Lanterna*, São Paulo, 07 de dezembro de 1933. (AACR). A referência à “mula sem cabeça” remete a uma crendice segundo a qual mulher que mantivesse relações amorosas com padres sofreria como castigo a transformação em mula-sem-cabeça nas noites de lua cheia

afirmando adiante que “o povo desta cidade está descrente das ‘virtudes’ e cheio da ‘santidade’ do clero romanista, não vai mais no ‘conto do vigário’”²⁰³. Enquanto de Florianópolis, outro anticlerical escreve:

A padralhada da cidade de Florianópolis anda assustada com a aparição de A LANTERNA. O arcebispo daqui, dom Joaquim Domingues de Oliveira, português nato, mais conhecido por alcunha de “bêbê-cheiroso”, tem andado atrapalhado e até já proibiu a carolada de ler A LANTERNA.

As beatas solteironas, dado á ordem do bispo, preferem ver o diabo á meia noite do que ouvirem falar neste jornal. Ai do rato de sacristia que for apanhado com A LANTERNA na mão... Será excomungado.²⁰⁴

E neste mesmo sentido ainda de Florianópolis, outro cronista usando da alcunha de “lanterneiro barriga-verde”, arremetia:

(...) As velhas beatas, que as 4 ½ horas da madrugada tinham ido á missa, retornavam ás suas casas, como sempre, resmungando o padrenosso pelo meio da rua.

Seus cérebros vazios haviam se enchido de fumaça de incenso. Aquelas consciências adormecidas mecanicamente sabiam que ás 6 horas da tarde havia novena (...).²⁰⁵

Este último, aliás, trazia em seu texto denúncias acerca do que considerava as artimanhas do clero para interferir na política local, neste caso pretendendo a inclusão do nome de deus na Constituição do Estado de Santa Catarina. Assim, temendo outra “imoralidade” como a que fora efetuada na elaboração da Constituição do Brasil de 1891, que omitiu no seu preâmbulo o nome de deus, o corpo religioso da capital tentava evitar tal “apostasia”:

203 *A Lanterna*, São Paulo, 01 de fevereiro de 1934. (AACR).

204 *A Lanterna*, São Paulo, 22 de fevereiro de 1934. (AACR)

205 *A Lanterna*, São Paulo, 07 de setembro de 1935. (AEL).

(...) o edifício da Assembléia se encheu de beatas. Frei Evaristo lá compareceu com seu rebanho de moças bonitas. Padres, alunas do colégio das freiras e demais carolas afluíram àquela casa dos tais “representantes” do povo.

O deputado Barreiros Filho, intelectual de sacristia, fez um discurso defendendo a introdução do nome de Deus no preâmbulo da constituição.

Aplausos clericais e nada mais.²⁰⁶

Nesta senda, prosseguia, “os padres, ladinos como macacos, rochonchudos suínos, famintos urubus, foram se intrometendo na constituição estadual”, e para tal empreitada valiam-se de seus vínculos com políticos locais, como o Deputado da Assembléia Constituinte Estadual, Francisco Barreiros Filho, eleito em 1935 pelo Partido Liberal Catarinense. Indignado, o correspondente arrematou:

Para iludir o povo, os padres lançam mão do deputado carola que aceita suas ordens.

Essa gente que deveria tratar dos interesses do povo, só cuida de superfluidades. E é o povo quem paga impostos(...) para sustentar cada desses gozadores improdutivos, que, não tardará(...), entregarão o Estado nas mãos da padralhada.²⁰⁷

Assim terminava o “lanterneiro barriga-verde” sua objeção ao intervencionismo dos padres na vida social e política da capital. Não obstante, os preceitos de secularização política professados pelo modelo republicano encontravam obstáculos em Santa Catarina já há algum tempo, como o atestava a manifestação de um outro anticlerical que, valendo-se da alcunha de Pombal Mirim enquanto referência de simpatia de muitos anticlericais ao Marquês de Pombal devido seu combate aos jesuítas, escrevia de Florianópolis para o jornal anarquista *A Plebe* em 1917 nos seguintes termos: “esses formigões da igreja fazem aqui o que muito bem entendem. Procedem como se este Estado fosse uma bolorenta sacristia”. E, mais à frente, assinalava: “Há, felizmente

206 *A Lanterna*, São Paulo, 07 de setembro de 1935. (AEL).

207 *A Lanterna*, São Paulo, 07 de setembro de 1935. (AEL).

neste recanto sulino do Brasil quem os fustigue impiedosamente, *O Clarão*, o valente periódico que é a asa negra de toda a gente que fede á peçonha do Vaticano”.²⁰⁸

Publicado em Florianópolis, o jornal *O Clarão* iniciou sua trajetória em 20 de agosto de 1911, com uma linguagem sarcástica que favorecia uma propagação mais rápida, tendo surgido “durante a gestão de D. João Becker, no momento em que estava ocorrendo no Estado, o aporte de um grande número de religiosos estrangeiros, que atuavam de forma ordenada e coesa pela reestruturação da Igreja”.²⁰⁹ Para tanto, *O Clarão* se punha como contraponto informativo frente às publicações católicas, travando uma espécie de duelo especialmente com o porta-voz da Federação das Associações Católicas de Florianópolis, o jornal *A Época*, chamado pelos anticlericais de *A Pipoca*.

Chrysanto Eloy de Medeiros²¹⁰, o redator de *O Clarão*, não tardou em remeter seu jornal para além das fronteiras catarinenses, divulgando-o pela região sul e, depois, no sudeste. Isso propiciava contatos com outras publicações anticlericais, como *A Lanterna* e *O Livre Pensador*, o que servia para reforçar a linha de ação do jornal. De acordo com isso, podia-se ler num de seus números:

GRATIDÃO

Á ilustrada redação da “Lanterna”.

A redação d’ “O Clarão” agradece penhorada as palavras benévolas e conceituosas com que nos acolhe e encoraja-nos, ao incorporamo-nos convosco no Exército libertador da moral social, contra a “negra sotaina” implantadora da corrupção.

Com a devida vênia, abaixo transcrevemos essa opinião criteriosa que nos enaltece aos olhos da sociedade culta.

A “Lanterna” de S. Paulo de 6-1-1912.

208 *A Plebe*, São Paulo, 16 de junho de 1917. (AEL).

209 CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A Expansão da Igreja em Santa Catarina: a Reação Anticlerical e a Questão do Clero Nacional (1892-1920)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1988. p. 104. *O Clarão*, teve duas fases, a primeira que foi de 20 de agosto de 1911 a 4 de julho de 1914; e a segunda que foi de 28 de agosto de 1915 até idos de 1918, e nessa segunda fase fazia propaganda germanófila enquanto ressonância da Primeira Guerra Mundial.

210 Pouca coisa se sabe sobre ele, além do fato de ter sido 2º tenente dos voluntários na Guerra do Paraguai.

A NOSSA IMPRENSA

“O Clarão” – Já vai para quatro meses que, com este significativo título, começou a publicar-se em Florianópolis, Santa Catarina, um denodado colega de combate, dedicado á propaganda anticlerical.

Apesar do seu pequeno formato, o novo campeão da Verdade está sustentando com admirável valentia uma decidida campanha contra a clericanalha que de uma maneira assustadora vai avassalando aquele Estado do Sul.

Ao simpático companheiro de lutas enviamos as nossas calorosas felicitações, desejando-lhe uma sempre crescente prosperidade, para o bem do ideal que defendemos.²¹¹

Sobre a relação entre *O Clarão* e *O Livre Pensador*, existe a seguinte nota:

Não achamos palavras que possam exprimir os nossos agradecimentos ao ilustre colega o “Livre Pensador” de S. Paulo, pela honra que nos concedeu em transcrever um artigo nosso em defesa da Maçonaria, atacada por um hieróglifo pasquim que com o titulo de “Época” publica-se nesta capital.

Somos também mui gratos pelas palavras de conforto que nos deu o colega e pelo elogio feito ao nosso Clarão.

O Livre Pensador é um conceituadíssimo jornal que muito honra a imprensa do país.

A sua frente, Everardo Dias, o incansável propagandista das idéias novas, sabe dar a seu órgão uma feição inteiramente peculiar que o faz salientar-se na lide insana do jornalismo.

Pena abalizada e forte que não vacila no seu discorrer maravilhoso, ele tem nessa campanha espinhosa e difícilima, conseguindo realizar uma parte de seus idéias.

Estava a forjar esse modesto e simplicíssimo artigo incapaz de traduzir os nossos sentimentos de gratidão, quando trouxe nos o correio o último número do “Livre Pensador” no qual deparamos com outra transcrição que publicamos em um dos números últimos.

Pelo que vemos, lá na tenda sagrada do ilustre colega, gozamos também conceito e simpatia e somos lido com atenção.

Que os carolas que vivem a ladrar contra nós, dizendo ser o nosso jornal um pasquim lido apenas por pasquineiros, vejam esse exemplo dignificador ao alto apreço que gozamos.

Ao ilustradíssimo colega o “Livre Pensador” um abraço fraternal que

211 *O Clarão*, Florianópolis, 20 de fevereiro de 1912. (BPESC). Enquanto dica de leitura, *O Clarão*, elucidava: “Afetações carolísticas, curam-se radicalmente com a leitura do O Clarão e da Lanterna”.

envia o “Clarão” como sinal de agradecimento e de inteira solidariedade na defesa sagrada desse povo que vê seus direitos vilipendiados, sua honra demolida e sua consciência morta por essa horda corrupta de homens sem pátria, sem família e insociais chamados – padres.²¹²

O Livre Pensador era um jornal editado pelo operário gráfico, libertário (ideal que defendeu até meados da década de 20, quando então ingressou no PCB entusiasmado pela Revolução Russa.) e maçom, Everardo Dias. Ao referir-se ao jornal, John W. F. Dulles, escreveu: “*O Livre pensador*, ‘Tribuna Livre das Idéias Contemporâneas’. Esse quinzenário, publicado pela primeira vez em 1902²¹³, exaltava Lamarck, Darwin, Haeckel e Spencer, e atacava implacavelmente a Igreja Católica, a ‘tirania do fumo’ e o álcool - ‘a bebida mais funesta inventada pelo homem’”.²¹⁴ Mas voltando a *O Clarão*, seu sarcasmo estava evidente nos pseudônimos adotados pelos cronistas (Satanás, Voltaire, Um Filho de Maria, Mão Negra²¹⁵, Lúcifer, Sixto V²¹⁶), e também no tom de muito dos artigos publicados, como o atesta a seguinte passagem:

CONCURSO ANTI-CLERICAL

Abrimos hoje um concurso de “purê sang” anticlerical.

A pessoa que nos enviar uma resposta certa ou quase certa, tem direito a uma assinatura do “Clarão”.

O concurso encerrar-se há no dia 29 do corrente, último sábado do mês.

É a seguinte a pergunta: Porque é que o Brasil não expulsa de seu território todos os padres, e freiras?

212 *O Clarão*, Florianópolis, 07 de dezembro de 1912. (BPESC). O jornal traz a data de 07 de novembro de 1912, porém conforme nota efetuada a caneta pelo assinante, Heitor Blum (advogado e político local) ele seria de 07 de dezembro, o que foi confirmado pela averiguação da sequência numérica das publicações e suas respectivas datas.

213 Segundo Edgar Rodrigues e Maria Nazareth Ferreira, o jornal teve seu primeiro número impresso em 1 de junho de 1903: ver RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997, e FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil* (1880-1920). Petrópolis: Vozes, 1978.

214 DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 20.

215 Referência a uma organização anarquista do final do século 19 na Andaluzia (Espanha).

216 Em ironia ao Papa italiano Felice Peretti (o Sixto V), que havia participado da Inquisição.

A mais acertada resposta, valera por uma assinatura do “Clarão”²¹⁷.

E nesta senda, enquanto os clérigos editavam seus libelos da virtude, centrados na figura da Igreja como órgão canalizador e provedor da moral adequada e de uma conduta esplendida, *O Clarão* punha em dúvida tais preceitos.

RES NON VERBA.

Eis a lista dos “virtuosos e castísimos” ministros da Religião C. A. Romana, de 2 anos apenas, afora os que se acham abafados religiosamente:

A menina Delmira de Mello, aplica uma bofetada na face do Padre Mattos, quando esse pretendia beijá-la na “Sacristia” da igreja da Ajuda. (A Folha do Dia do Rio, de 23 – Outubro – 1909.)

Defloramento praticado na sacristia da Igreja de N. S. do Rosário no Termo de S. Felix, Estado da Bahia, pelo Vigário Padre Seraphim Vilella.

O padre Manoel Cyriaco de Oliveiro, vigário da Freguesia de Nossa Lages (Bahia,) deflorou 11 meninas; sendo que seis delas, acham-se estampados seus retratos e o do Padre “bandalho,” n’O Malho. De 25 de Dezembro de 1909.

O “frade” Herculano José Limpensel estuprou uma menina de 11 a 12 anos, de nome Ida, residente na cidade de S. José, do Estado de Santa Catharina. (Vide “Folha do Commercio” de Florianópolis de 7 e 9 de Novembro de 1909 e outros números subsequentes; e mais um folheto impresso onde se acham publicadas todas as cartas “amorosas” do “frade” Herculano á sua querida Ida).²¹⁸

Desta forma, crimes que teriam sido praticados por homens da Igreja eram denunciados para evidenciar o não cumprimento dos códigos de conduta instituídos pelo Clero. Diante disso, a Igreja buscava abafá-los, ou desdizê-los, afirmando que as denúncias eram fantasiosas ou inverídicas. Mas um caso iria ganhar grande repercussão através da imprensa libertária paulista, ficando conhecido como “O Caso Idalina”, que foi divulgado pelo jornal *La Battaglia*, que tinha como diretor Oreste Ristori²¹⁹.

Segundo a ótica anticlerical, a jovem Idalina Stamato, interna do Orfanato

217 *O Clarão*, Florianópolis, 15 de junho de 1912. (BPESC).

218 *O Clarão*, Florianópolis, 16 de março de 1912. (BPESC).

219 Sobre ele, ver: ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma Aventura Anarquista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

Católico Cristóvão Colombo, teria sido estuprada pelo padre scalabriniano Conrado Stefani, e numa tentativa de fuga assassinada pelo padre Faustino Consoni (superior dos Missionários de São Carlos, scalabrinianos, no Brasil), produzindo nos anos de 1909, 1910 e 1911 um forte confronto entre Igreja e Anarquistas.²²⁰ Conforme *A Lanterna*, que afirmava basear sua matéria em relatos de ex-internos, Idalina não seria uma vítima solitária, pois outros crimes haviam acontecido, como o da órfã de 14 anos Josephina, que também teria sido estuprada e assassinada. Os padres rebateram tais acusações taxando-as de infundadas e caluniadoras e para tanto teriam forjado uma falsa Idalina, na figura da menor Maria Magdalena. O caso manteve-se em evidência e acarretou na prisão de alguns libertários como Oreste Ristori e Edgard Leuenroth, ocorridas durante manifestação pública em 12 de março de 1911, no Largo de São Francisco, em que era exigida a punição dos culpados e o fechamento do orfanato.²²¹

Em Florianópolis, a questão foi divulgada por *O Clarão* nos seguintes termos:

ONDE ESTÁ IDALINA

Chamamos a atenção do público quer católico, quer cristão, quer anticlerical para a leitura d' "A Lanterna" de S. Paulo n. 123 de 27 de Janeiro, onde vem estampada a sublime e adorada Estatua da Verdade, e o retrato da inditosa Idalina desaparecida criminosamente do Orfanatos Cristóvão Colombo, pelos sacerdotes endeusados pela "Boa Imprensa católica Romana", segundo o parecer do ilustrado Pedro Barulho" e da Pipoca não Garota!

Na rua da República n. 2 vende-se a aludida Lanterna.

Má imprensa²²²

E no rastro do caso da órfã Idalina, *O Clarão* envolveu-se com outra disputa com a Igreja, agora em Florianópolis, relativa a suposta fuga de uma freira, professora de piano da Congregação do Sagrado Coração de Jesus. O caso veio à tona em meados de

220 Os scalabrianos defenderiam um "catolicismo de cunho social, ancorado na benemerência e na caridade intra e extraclasse." In: SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante* - das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina. São Paulo: UNESP, 2000. p.166.

221 Elaborado a partir de informações contidas na obra de, SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Op. Cit.*

222 *O Clarão*, Florianópolis, 03 de fevereiro de 1912. (BPESC). Pedro Barulho foi o apelido dado ao frei Pedro Sinzig, que atuava em Lages.

1912 pelo jornal *A Folha do Comércio*²²³, mas logo foi incorporada por *O Clarão*

ONDE ESTÁ A FREIRA JULIETA, OU HELENA?!

(...) A moça cujo nome omitiu, chama-se Julieta e não Helena como no “Santo Convento” a rebatizaram!

Porque a Sra. D. Madre referindo-se á fuga da moça, não lhe deu nome algum dos dois: Julieta ou Helena?!

Porque cometeu semelhante omissão?!

Porque a D. Madre também não mencionou o nome da família a que pertencia essa moça, apenas vagamente, pertencer á distinta família deste Estado?!

Si essa moça não fizera votos perpétuos e pertencia apenas á classe de noviças que, “cada dia, podem voltar livremente aos lares paternos”.

Porque mandou buscá-la na casa onde se achava essa moça, (que podia voltar livremente aos lares paternos?!)

Que interesse é esse que a moça fosse ocultar-se no convento de Santo Amaro para onde a levaram, mais longe das vistas do povo; dos reflexos de “O Clarão” e da sindicância da Polícia que deve deixar caminhar este fato envolto nas sombras misteriosas de algum crime, disfarçado e encoberto nos, hábitos hipócritas, dos rodado vestidos negros?!

Não, D. Madre! Esse mistério tem de ser esclarecido custe o que custar!

A mistificação do crime praticado na menina Idalina, do Orfanato Cristóvão Colombo, em S. Paulo, já foi reconhecido pelo Júri.

Vamos, onde está, onde pára a freira de nome Julieta, que o convento do sagrado Coração de Jesus desta Capital, apossou-se dela, na casa da família do Sr. Capitão tenente Edgardo Luz?!

Onde está a freira Helena?!

Luz.²²⁴

A denúncia não prosperou, seja por falta de interesse das autoridades locais, seja pela fragilidade do seu conteúdo ou do denunciante, sendo que o próprio jornal aventou a hipótese da moça ter sido levada para um convento da cidade vizinha de Santo Amaro.

223 “Caso Estranho”, *A Folha do Commercio*, Florianópolis, 22 de junho de 1912. Esse diário, fundado em 1909 e que tinha como redator-chefe Crispim Mira, divulgou dias depois, em 25 de junho de 1912, na coluna “Pela Imprensa”, informação atribuída ao jornal *O Estoque*, de Tubarão, segundo a qual foi dirigida ao Vigário Francisco Giesbert uma carta cheia de ameaças assinada por “Mão Negra”.

224 *O Clarão*, Florianópolis, 29 de junho de 1912. (BPESC).

De qualquer forma, o conteúdo divulgado por *O Clarão* parecia desagradar profundamente a Igreja Católica que, segundo o jornal, reagia com intimidações:

Por completos desorientados era preciso que os padres, ante a colossal campanha anticlerical nascente, lançassem mãos a um recurso qualquer para julgarem mais seguros os meios elícitos com que usam para catequese dos fieis. Lançaram mãos da boycottage, arma de perversos, para fazer mal ao próximo; para fazer mal ao próximo, eles, os padres, os repercutores das palavras do texto: amai ao próximo como a vós mesmo!

Escândalo!

Todos os comerciantes, proprietários, hoteleiros, aqui na capital ou em parte do Estado, uma vez que sejam só “assinantes do Clarão” são imediatamente perseguidos pelos padres.

Aconselham aos seus carneiros tosquiados a não comprarem mais, a não venderem, a não falarem a não serem fregueses desse ou daquele, sendo assinantes, só assinantes desse jornal.

As provas por escrita e verbais, temos em nosso poder.

Até que ponto chega a desmoralização do clero!

A Boycottage no clero!

Era só o que faltava; e se falta-lhes esse recurso...

Adeus mitras, cetros, batinas, concessionários e...círculos católicos!
Vai tudo por água a baixo.

Puxem na corda e vamos ver por onde rebenta!

Força Clero! Força que nós estamos firmes e resolutos.²²⁵

Um outro episódio que evidenciou a postura anticlerical de *O Clarão* foi a já mencionada morte do pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia, que teve grande repercussão na época.²²⁶ Acusado, num conluio entre Igreja e Estado, de ser o responsável pela revolta popular conhecida como “Semana Trágica” em Barcelona, Espanha, no ano de 1909, quando sequer ali se encontrava pois viajava pela Inglaterra, ele foi fuzilado em 13 de outubro daquele ano na fortaleza de Montjuich, na mesma cidade.²²⁷ No entanto, com sua morte, ele se tornou um símbolo da luta contra o Clero, e

225 *O Clarão*, Florianópolis, 27 de abril de 1912. (BPESC).

226 Segundo registra *O Clarão* no dia 22 de novembro de 1911, a Companhia Dramática Luso Brasileira apresentou no Teatro Álvaro de Carvalho o drama “O Fuzilamento de Francisco Ferrer”.

227 Na “Semana Trágica” trabalhadores enfrentaram a polícia e a tropa durante cinco dias em Barcelona

por isso, em 25 de Novembro de 1911, *O Clarão* noticiou:

Ah! Miseráveis hipócritas, pensastes talvez que com a execução do grande mestre da escola moderna, desapareceria o livre pensamento, porém vos enganastes, porque com a execução do grande mestre deste um grande impulso aos seus discípulos para que vos combatam, e vinguem a custa do próprio sangue, o seu grande educador do infame assassinato que tolheu a existência.

Não pensastes que executando Ferrer, o qual educava a classe pobre na Espanha com as inúmeras escolas que ele implantara na Espanha, ficariam os livres pensadores do universo para vos combater, e para vingá-lo?

Não pensaste que com a execução do grande educador os seus discípulos clamariam vingança!

Não pensastes que o numero de livre pensadores aumentaria como aumentou extraordinariamente em despeito do infame assassinato de Francisco Ferrer! Não pensaste que virá o dia que os próprios fuzis que apontaram sobre Ferrer apontarão e em maior numero sobre vós e vos dirão, basta de infâmias! E viva o livre pensamento! Ah! miserável aliança clero-monarquia espanhola, não tardará o dia que os discípulos de Francisco Ferrer vos darão a justa recompensa do bárbaro assassinato que cometeste!

Eis o que vos augura um.

Livre Pensador.²²⁸

Essas palavras evidenciavam, no mínimo, a simpatia de alguns anticlericais catarinenses por um posicionamento de contornos libertários. E não obstante os boicotes, proibições, furtos²²⁹ e decretos de excomunhão²³⁰ perpetrados pela Igreja Católica, *O Clarão* manteve sua linha editorial de oposição à influência do clero na vida política e

até que esta última pudesse restabelecer o controle, sendo que aproximadamente 200 trabalhadores foram mortos nas ruas, enquanto que mais de cinquenta igrejas e conventos foram incendiados e muitos monges assassinados: ver: In: WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma História das Idéias e Movimentos Libertários*. (Vol. 2 – O Movimento). Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 91.

228 *O Clarão*, Florianópolis, 25 de novembro de 1911. (BPESC).

229 O padre Bellarmino Correia Gomes, agindo pelas costas do jovem jornalista que vendia *O Clarão* pelas ruas de Florianópolis, furtou-os e fugiu para a Igreja de São Francisco, local em que funcionava a redação do jornal católico *A Época*, sendo que os folhetins só foram recuperados mediante intervenção policial.

230 Através do Aviso nº 14, do padre Joaquim D. de Oliveira e lido nas igrejas da capital e cercanias, ficava decretado que a partir de 26 de novembro de 1916 *O Clarão* estava excomungado em tal “paróquia”.

em outras dimensões do cotidiano da sociedade local. De acordo com isso, publicou:

Á Eles

Morram os anticlericais!

Morram os continuadores da obra de Ferrer!

Morram os livres pensadores!

Morram os socialistas!...

Eis os gritos agudos, estridentes, que soltam esses homens sem consciência, esses homens sobrecarregados de remorsos e crimes, esses homens que de humanos só possuem a forma!

E com eles, cantam em coro o cântico da morte, os carolas e fanáticos – Mas, as suas palavras perdem-se... de vez para vez, cresce, avoluma-se, avulta-se mais e mais duma maneira fantástica, considerável esses que convictos das barbaridades, crimes e horrores praticado pelos padres, vêem em defesa dos fracos e oprimidos!

Esses, que tão somente trabalham para a defesa da verdadeira religião pregada pelo pobre Cristo. Esses então podem numa só voz, forte e que acha eco em todos os recantos do mundo, gritarem convictos, morra o clero...²³¹

Esboçando uma defesa “da verdadeira religião pregada pelo pobre Cristo”, percebe-se nessa matéria uma característica que Antonio Candido aponta no pensamento de alguns libertários (e, completo, anticlericais), segundo a qual “o anticlericalismo se combinava a uma estranha religiosidade laica, cheia inclusive de reverência por um Jesus interpretado como revolucionário e pelo próprio cristianismo visto como igualitarismo desvirtuado”.²³²

Seja como for, o anticlericalismo no início da República Velha mostrou-se como um importante componente do pensamento e das manifestações sociais, revelando entre outras coisas uma das dimensões da contraposição entre Estado, ou poder público, e Igreja Católica no Brasil e em Santa Catarina naquela época. Dessa forma, as expressões anticlericais indicavam com nitidez tanto a relutância da Igreja em abrir mão de sua preeminência política e cultural, quanto a presença ativa de objeções às ingerências do clero mesmo numa pequena cidade distante dos centros mais dinâmicos

231 *O Clarão*, Florianópolis, 02 de dezembro de 1911. (BPESC).

232 CANDIDO, Antonio. *Teresina etc.* 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 29.

do país.²³³

2.3 - Baladas Subversivas

Os impactos das experiências anarquistas da primeira metade do século 20 em Santa Catarina foram, decerto, menores, mas de forma alguma inexpressivos, se comparados com os provocados pelas movimentações em outros estados, como no Rio Grande do Sul²³⁴, que contava com um expressivo movimento anarquista em Porto Alegre e abrigava personalidades como Frederico Kniestedt, responsável por jornais como *O Sindicalista*²³⁵, *Der Freie Arbeiter*²³⁶, *A Luta*²³⁷, *Aktion*²³⁸ e *Alarm*²³⁹ e articulador da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), ou como no Paraná que, sobretudo em Curitiba²⁴⁰, teve a presença de militantes como Gigi Damiani²⁴¹ e que possuía uma forte organização libertária através de associações como Germinal ou de periódicos como *Il Diritto*²⁴², *O Despertar*²⁴³ e *A Revolta*²⁴⁴. Todavia,

233 Em Santa Catarina, antes de *O Clarão* existiu uma publicação gratuita chamada *Verdade* (“órgão de propaganda anti-jesuítica”) surgida em 26 de fevereiro de 1903, que mantinha vínculos com *Electra*, órgão da Liga Anticlerical Paranaense, publicado em Curitiba a partir de 1901. Outrossim, nas páginas do jornal *Commercio de Joinville*, entre 1907 e 1909, apareceram escritos anticlericais.

234 Acerca das articulações anarquistas neste Estado sulista, tem-se uma obra composta de anotações biográficas de autoria do jornalista, MARÇAL, João Batista. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE, 1995.

235 Periódico surgido em 1914 enquanto porta-voz da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS).

236 Editado a partir de 1920.

237 Semanário publicado em 1928.

238 Jornal criado em 1933 e redigido em alemão, que atuou como porta-voz da Liga dos Direitos Humanos.

239 Publicado a partir de 1937 em alemão, era o porta-voz da Liga dos Direitos Humanos e se declarava um instrumento de propaganda antifascista e antibolchevista.

240 Sobre o movimento anarquista em Curitiba ver: VALENTE, Silza Maria Pazello. *A Presença Rebelde na Cidade Sorriso*. Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba (1890-1920). Londrina: UEL, 1997.

241 Sobre este libertário consultar o artigo de BIONDI, Luigi. Na Construção de uma Biografia Anarquista: os últimos anos de Gigi Damiani no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges & FILHO, Daniel Aarão Reis. *História do Anarquismo no Brasil*. Vol. 1. Niterói: UFF/ Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

242 Publicação criada em 1899, pelos egressos da Colônia Cecília, Gigi Damiani e Egizio Cini.

243 Criado em 1904.

244 Surgido em 1917

(...) mesmo em estados como esse algumas greves como a dos ferroviários da Estrada de Ferro Tereza Cristina, em finais do século XIX, e em 1917 a greve geral que paralisou várias categorias de trabalhadores em Joinville, acompanhando o movimento grevista nacional e, nos anos 20 a expulsão de trabalhadores alemães acusados de anarquismo, demonstram que por todo o Brasil as idéias do socialismo revolucionário e do anarquismo se manifestavam.²⁴⁵

Ainda no final do século 19, além da referida greve de ferroviários da Estrada de Ferro Tereza Cristina, corrida em 1897 na cidade de Tubarão, tem-se o precário registro encontrado por Carlos Ficker de um “motim” ocorrido em março de 1878, organizado por trabalhadores da Estrada Dona Francisca, nas imediações da Colônia São Bento, devido à suspensão dos serviços por ordem do governo, e referido pelo Diretor da Colônia, o sr. Bruestlein, nos seguintes termos: “no núcleo de São Bento, povoado já com perto de 3000 almas, apareceram princípios de distúrbios, originados por um grupo de uma dúzia de perturbadores preguiçosos e vadios, fazendo reuniões ilícitas para ecitar a população contra a ordem pública”. E se reportando a isso, Carlos Ficker escreveu: “nas últimas levas de imigrantes encontravam-se proletários das cidades industrializadas e classificados pela Direção da Colônia como ‘vadios’, ‘vagabundos’ e ‘Socialistas’”.²⁴⁶

Já em Três Barras, no ano de 1919, trabalhadores da serraria *Lumber* promoveram movimentos grevistas em março e entre o final de maio e o começo de junho, envolvendo disputas acerca de acidentes de trabalho e pendengas judiciais:

Houve repercussão das greves na imprensa libertária de São Paulo, especialmente no jornal anarquista “A Plebe”, o qual circulava em Três Barras e era lido pelos trabalhadores da *Lumber*.²⁴⁷

245 SILVA, Jorge E. *O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. p. 14. Disponível em: <http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca>. Acessado em 12 de fevereiro de 2008.

246 FICKER, Carlos. *São Bento do Sul: Subsídios para a sua História*. (1ª parte). Joinville: Ed. Do autor, 1973. p. 117.

247 TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Operários do Contestado. In: Revista História Catarina. Nº 2, Jan./Mar. De 2007. Lages: Editora Leão Baio. p. 56. A *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* foi instalada em 1910 em Três Barras, território do Paraná, por empresários norte-americanos, mas em setembro de 1917, em decorrência de trâmites judiciais da Questão do Contestado, Três Barras passou a fazer parte do Estado de Santa Catarina.

Em Blumenau, no dia 8 de julho de 1920, ocorreu uma greve dos operários têxteis na Empresa Industrial Garcia visando aumento de salários que, apesar da repressão policial, durou 8 dias, sendo a responsabilidade do movimento atribuída pela imprensa local a Fritz Koch e George Sterneck, dois supostos “anarquistas” de origem alemã. Ambos, então, foram “acusados formalmente de insuflar os companheiros à greve e de um deles haver publicado artigo insultuoso” e terminaram expulsos do Brasil a pretexto da Lei Adolfo Gordo (em realidade, Decreto nº. 1641, de 7 de janeiro de 1907²⁴⁸, chamado de Lei Adolfo Gordo ou Lei de Expulsão de Estrangeiros).²⁴⁹ Com isso, Fritz Koch e Georg Sterneck, em companhia de suas famílias (com filhos nascidos no Brasil) foram levados ao Rio de Janeiro, onde no dia 13 de julho de 1920, a bordo do vapor Gélria, rumaram para a Bélgica, seguindo de lá para a Alemanha.

Sobre as idéias de Fritz Koch, temos trechos de uma das suas cartas em que ele escreveu: “que por hora nos livremos de todos os preconceitos de raça, partido e classe, e acho que é a obrigação de todo homem correto combater, energicamente, todas as correntes que alimentam o ódio de raça e povos”.²⁵⁰ Essas palavras, decerto, contém elementos de uma visão de mundo libertária, mas Rute Coelho Zendron nos chama a atenção para um ponto crucial sobre ele e, também, Sterneck:

(...) para além da acusação não há o que possa garantir uma ligação forte dos dois alemães ao anarquismo. Koch e Sterneck eram homens do seu tempo, e mais ainda, eram operários lutando por uma causa, nos idos de 1920, o que provavelmente os aproximou do desejo libertário.

248 Segundo Maram: “Sob a lei de 1907, que permaneceu em vigor com pequenas modificações até 1921, o processo de deportação era um modelo de simplicidade. Os governos estaduais remetiam seus pedidos às autoridades federais acompanhados de um relatório policial. Caso deferidos pelo governo federal, o que acontecia com frequência, a expulsão era executada. Em geral, os deportados partiam do Rio de Janeiro ou de Santos”. In: MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro* (1890-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 39.

249 ZENDRON, Rute Coelho. *Anarquismo e Anarquistas em Blumenau*. In: FERREIRA, Cristina & FROTSCHER, Méri. (Org.). *Visões do Vale: Perspectivas Históricas Recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 142. O “artigo insultuoso” era um texto contra o pangermanismo publicado por Sterneck no jornal *Die Zeit* de Curitiba.

250 AUED, Bernardete Wrublewski. *Histórias de Profissões em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999. p. 71.

A grosso modo, o que quero dizer é que eles não eram anarquistas doutrinados.²⁵¹

Seja como for, a greve seguida da deportação dos operários alemães acarretou acalorados debates na sociedade blumenauense e opôs o jornal *Blumenauer Zeitung* sob a direção de Alfred Baumgarten, que defendia os grevistas e criticava “os patrões gananciosos e o delegado de polícia, Luiz de Freitas Melro, por estar a serviço deles”²⁵², ao jornal *Brazil* de propriedade de Alfredo da Luz e que tinha como redator Edgar Barreto, o qual denuncia a greve e os “anarquistas”, além de repudiar o *Blumenauer Zeitung* e o Coletor Federal Luiz Werneck Teixeira de Castro que procuravam justificar o movimento.²⁵³, como se pode ver neste artigo publicado em 25 de julho de 1920:

Corre como certo, em Blumenau, dito por todas as bocas, que o mais intrépido e arraigado defensor da causa dos anarquistas, o mais furioso censor dos atos das autoridades, o lídimo informante, a seu jeito, dos acontecimentos que aqui se passam, para certa imprensa carioca, de há muito tempo a esta parte, é o Sr. Coletor Federal, Luiz Werneck Teixeira de Castro.²⁵⁴

Já no ano seguinte, 1921, a imprensa operária paulista registra a prisão de dois militantes libertários, José Arandas e Deoclésio Fagundes (pseudônimo de Theófilo Ferreira, membro da Liga Operária da Construção Civil de São Paulo e redator do jornal *O Grito Operário*), no Sul do Brasil, onde foram confinados nas cadeias de Laguna e Florianópolis. O fato foi denunciado pelo jornal paulista *A Vanguarda*, dirigido pelo

251 ZENDRON, *Op. Cit.* p. 145.

252 AUED, *Op. Cit.* p. 70.

253 SILVA, José Ferreira da. *A Imprensa em Blumenau*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1977. p. 68.

254 *Brazil*, Blumenau, 25 de julho de 1920. (BPESC). A referência à “certa imprensa carioca” referia-se aos artigos contra a expulsão dos operários alemães publicados no jornal libertário *A Voz do Povo* (órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro), que surgiu em fevereiro de 1920 em lugar do *Spartacus* e era dirigido por Carlos Simões Dias e Afonso Schmidt. Dias, foi diretor do jornal *O Libertário* e escreveu nos jornais *A Terra Livre*, *A Voz do Trabalhador* e nas revistas *A Vida e Renovação*, sendo autor de várias obras como *Tributo de Sangue* (1909), *Semeando para Colher* (1912), *Contra a Perpetuidade do Erro e da Mentira* (1922). Já Schmidt, jornalista e escritor, também colaborou com a imprensa anarquista através dos jornais *A Plebe*, *A Lanterna*, *A Vanguarda*, tendo depois ingressado Partido Comunista Brasileiro (PCB), e publicou obras como *Colônia Cecília* (1942), *São Paulo dos Meus Amores* (1954), *Bom Tempo* (1958). Baseado em: RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros* – Vol. 1. Rio de Janeiro: VJR, 1994.

anarquista Edgard Leuenroth, nos seguintes termos: “A última notícia recebida de Florianópolis informa que nossos companheiros Deoclécio Fagundes e José Arandas, que foram deportados pela polícia de Santos, depois de uma longa prisão naquela cidade, ainda continuam detidos na cadeia da capital catarinense”²⁵⁵.

Eles haviam embarcado no vapor Itauba com destino o Rio Grande do Sul, como atesta trechos de uma carta escrita do cárcere por Fagundes:

Nos primeiros portos em que o vapor tocou foi impedido o nosso desembarque. Em Florianópolis fomos recebidos com grande aparato de força, de tal forma que alvoroçaram a população da cidade.

Conduziram-nos para a cadeia local, onde permanecemos até a partida do navio.

Prosseguimos viagem até o porto de Imbituba (...).

Imbituba é um lugarejo desprovido de quaisquer recursos; não há ali mais de dez ou doze casas de madeira.

Passamos a noite ao relento, apesar de estar eu com a saúde profundamente abalada, em consequência das torturas que tenho sofrido.

No dia seguinte, tomamos o trem que nos conduziu até Laguna, de onde telegrafei para S. Paulo.²⁵⁶

Explicitando o tratamento que recebera por parte das autoridades, Fagundes descreveu uma situação bastante dramática:

Nunca pensei que tantos horrores desabariam sobre mim... Prisioneiro, eu fui barbaramente espancado e metido numa cela úmida e escura, onde permaneci 11 dias totalmente nu, obrigado a dormir todas as noites sobre o cimento!²⁵⁷

Ao que parece, de acordo com a cronologia das notícias vinculadas na imprensa operária, tais suplícios ocorreram nos primeiros dias passados na cadeia pública de Florianópolis, acerca do que o advogado responsável pela defesa dos dois libertários, teria telegrafado ao governador do Estado de Santa Catarina reclamando providências.

255 *A Vanguarda*, São Paulo. 29 de março de 1921. (AEL). Sobre isso, ver também DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 118.

256 *A Vanguarda*, São Paulo, 23 de março de 1921. (AEL).

257 *Idem, ibidem*.

Todavia, apenas alguns anos depois, em 1924, o periódico anarquista *A Plebe*²⁵⁸, que era distribuído em Florianópolis pelo militante sindical portuário Álvaro Ventura, noticiava a prisão do libertário Thomaz Deslitz Borsche, nascido no Uruguai, mas que trabalhava como empregado no comércio em Florianópolis, que teria sido em seguida encaminhado para a Colônia Penal de Clevelândia, criada em 1922 no Oiapoque, juntamente com outros 14 anarquistas brasileiros.²⁵⁹ Sobre isso, *A Plebe* noticiou:

Os operários Domingos Passos, Pedro Carneiro, Domingos Braz, Antônio da Costa, José do Nascimento e Manuel Ferreira Gomes estiveram presos em solitárias e imundos cubículos durante meses, depois foram transferidos para bordo de navios, onde estiveram sujeitos a trabalhos forçados. (...) Essa mesma triste sorte tiveram os operários de S. Paulo: Nino Martins, Pedro A. Motta, José Fernandes Varella, Nicolau Paradas e Thomaz Borsche, de Santa Catarina.²⁶⁰

Antes desses acontecimentos, porém, houve algo circunstancial que merece menção. O então professor José Rodrigues Leite e Oiticica, que residia no Rio de Janeiro (onde cursou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais), mudou-se para Santa Catarina e chegou à cidade de Laguna em 22 de janeiro de 1908 para atuar como diretor, durante dois anos, no Colégio Municipal que iniciaria suas atividades em 17 de fevereiro daquele ano. E, conforme uma nota publicada na imprensa, além de diretor, ele era também o proprietário do colégio²⁶¹, no qual tentou por em prática algumas idéias libertárias ainda não muito amadurecidas. Como recordou o velho amigo de militância Roberto das Neves:

258 Jornal libertário surgido em 1917 em São Paulo pelas mãos de Edgard Leuenroth. Foi um dos mais duradouros jornais anarquistas no Brasil, perdurando até 1949 numa trajetória marcada por interrupções.

259 A Colônia do Centro Agrícola Clevelândia, no rio Oiapoque, ficava localizada no Pará, próxima à fronteira com a Guiana Francesa. Os presos lá chegavam passando por navios presídios, e neste meio tempo sofriam torturas, reclusão em solitárias, trabalhos forçados e subalimentação: sobre isso ver .AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma Questão de Identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002. p. 49.

260 SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002. p. 193. Segundo Samis, Borsche foi um dos 21 homens que permaneceram presos ali em 1926 em razão de mau comportamento (ps. 176 e 221-2).

261 *O Commercio de Joinville*. Secção: correspondência da Laguna. Joinville, 7 de março de 1908. (BPESC).

(...) contou-me José Oiticica que, um dia, já depois de haver perdido todas as ilusões sobre o Direito, que o haviam levado a fazer o curso de ciências jurídicas, e de regresso de Laguna, onde dirigira, por espaço de dois anos, o respectivo Colégio Municipal, desembarcara no Rio com mulher, três filhos e três mil-réis no bolso. Na cabeça, porém, trazia uma nova teoria do Estado, que expôs a seu primo Ildefonso Falcão, jornalista, escritor e professor, o qual lhe observou: “Mas, isso é anarquismo puro!”. “Qual anarquismo, qual nada!” protestou José Oiticica, ainda imbuído da idéia de que anarquismo era uma espécie de seita, cujos partidários pretendem endireitar o mundo destruindo-o à bomba. Mas Ildefonso Falcão trouxe-lhe, no dia seguinte, alguns números do jornal anarquista francês “Temps Nouveaux” e da “Revista Blanca” de Barcelona, que chegavam à redação do jornal em que ele trabalhava. Oiticica leu-os sofregamente e convenceu-se do que seu primo lhe dissera: era mesmo, sem o saber, anarquista!²⁶²

Infelizmente, não há maiores informações sobre a presença de José Oiticica em Laguna, ele que, além de professor e poeta, era adepto do vegetarianismo e do espiritualismo (foi grão-mestre da Ordem Rosa-Cruz²⁶³), tornar-se-ia um dos grandes expoentes do anarquismo brasileiro, relacionado entre outras atividades com a Liga Anticlerical fundada em 1912 no Rio de Janeiro, com o jornal anarquista *Ação Direta* criado em 1929, ou com a obra *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, escrita sob o efeito emocional da prisão nas Ilhas das Flores e do Bom Jesus em 1925²⁶⁴, tendo ainda contribuído em vários periódicos, como *A Lanterna*, *A Plebe*, *Na Barricada*, *A Vida*.

A imprensa libertária vinculada ao movimento operário e editada especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, como *A Plebe*, *O Livre Pensador*, *A Lanterna*, *La Scure* e *A Vanguarda* fornece-nos, aliás, informações importantes da trajetória libertária de outros tantos indivíduos em terras catarinenses. Graças a tais publicações nos deparamos, por exemplo, com personalidades como a do médico italiano Cesare Sartori, que escrevia da cidade de Lages para o jornal sindicalista revolucionário, redigido em italiano, *La*

262 NEVES, Roberto das. *José Oiticica: um Anarquista Exemplar e uma Figura Ímpar na História do Brasil*. In: OITICICA, José. *Ação Direta – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Germinal, 1970. p. 24-25.

263 Outra personagem anarquista que teve vínculos com a Rosa Cruz foi Maria Lacerda de Moura.

264 RODRIGUES, Edgar. *José Oiticica: sua Vida, sua Obra, suas Idéias* (Apresentação). In: OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. 4 ed., São Paulo: Econômica, 1983. p. VII.

Scure, fundado em 1910 pelo gráfico Alceste De Ambris e que saia aos sábados, apresentando-se sem vínculo com partidos.



Imagem 6: Logotipo do *La Scure* (O Machado) de 30 de julho de 1910, que pode assim ser traduzida: "Cortar a árvore capitalista pela raiz". (AEL).

Tal posição autonomista frente a interesses partidários correspondia com o programa sindicalista revolucionário, do qual *La Scure* era um dos importantes porta-vozes. Sobre tal tendência sindical, a historiadora Edilene Toledo expõe:

A base e o fundamento do sindicalismo revolucionário eram o texto aprovado no congresso da CGT (Confédération Générale du Travail) francesa em 1906. Ele afirmava a independência do sindicalismo em relação ao socialismo e ao anarquismo. Seus objetivos centrais eram organizar os trabalhadores na defesa de seus interesses morais, econômicos e profissionais, sem associar essa luta a qualquer partido ou tendência política. A FOSP considerava que esses princípios predominantes na CGT francesa poderiam ser aceitos por qualquer membro de um grupo socialista, fosse ele socialdemocrata, anarquista ou adepto de outra corrente, e julgava que o sucesso do sindicato estava em sua autonomia. Este era, sem dúvida, um esforço para atenuar os conflitos existentes entre os operários e, por isso, todas as doutrinas deveriam ter a mesma tolerância: dentro do sindicato todos eram operários. Fora dele, os trabalhadores poderiam se associar ao grupo que mais lhes agradasse.²⁶⁵

A Federação Operária de São Paulo (FOSP) foi fundada no final de 1905 e

265 TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 49- 50.

também contava entre seus membros com De Ambris que, fugindo da repressão instaurada pelo governo italiano ao sindicalismo revolucionário depois da grande greve de trabalhadores rurais de Parma, retornou em 1908 ao Brasil²⁶⁶, onde ficaria até 1911, período em que editou o *La Scure* com colaborações de, entre outros, Cesare Sartori. Este último nasceu em 1867, em Vicenza na Itália, formando-se em Medicina em 1893 pela Universidade de Pádua. Reportando-se a sua vida política na Itália, o colega de ofício César Ávila escreveu: “aprendeu com Malatesta e outros que *a propriedade é sempre um roubo*; jogou-se contra o capitalista, contra o nobre, contra a coroa, contra o clero. Cuspiu no Rei quando ele passava numa carruagem e lhe atirou uma bengala. Foi preso. Continuou perseguido”²⁶⁷.

Em 1902 saiu do cais do porto de Suberba rumo ao Brasil “em busca de trabalho, de saúde e de liberdade”²⁶⁸, fixando-se a princípio em Urussanga, Santa Catarina, mas “achando o clima desfavorável para sua saúde – diz a tradição que era tuberculoso – tratou de estabelecer-se em Lages, onde o ar da serra lhe seria benéfico” e lá, ao chegar em 1903, criou “uma ‘Casa de Saúde’, dispondo de sala de operações e alguns leitos”²⁶⁹.

Cesar Ávila, em conferência proferida em abril de 1958 no Instituto de Educação de Lages, reportou a chegada de Cesare Sartori na cidade da seguinte forma:

Magro, já um pouco curvado, alto, nariz adunco, vestindo a roupa que trouxera da Itália, os mesmos sapatos pesados europeus, chegou a Lages vindo de Urussanga, a cavalo. Sua bagagem em dois cargueiros com “bruacas”. Poucas roupas. Muitos livros e ferros de cirurgia.

No meio dos tratados de medicina, livros de filosofia, política, literatura e poesia.

Ali estavam entre outros, Malatesta o anarquista, Schopenhauer o

266 Alceste De Ambris veio ao Brasil pela primeira vez em 1898, fugindo de uma condenação por deserção, permanecendo em São Paulo até 1903, quando, acusado de calúnia contra Nicolà Matarazzo por causa de um artigo publicado no jornal socialista *Avanti!* viu-se obrigado a retornar para Itália.

267 *Jornal de Lages*, Lages, 16 de agosto de 1958. (AMHTC).

268 *La Scure*, São Paulo – Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1910. (AEL).

269 COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua História e Influência no Sertão da Terra Firme*. Vol. 2. Florianópolis: FCC, 1982. ps. 573 e 609.

pessimista, ao lado de Voltaire e de Dante.²⁷⁰

Segundo Ávila, na Itália Sartori participou do Partido Socialista Libertário, referindo-se com certeza ao Partido Revolucionário Anarquista-Socialista fundado em 1891, o qual buscava “unir todas as organizações e pontos de vista libertário, dispersos, num movimento insurrecional que se opunha a qualquer espécie de governo”²⁷¹. Entretanto, nos pertences deixados por Sartori encontraram-se dois cartões de filiação partidária, um do Partito Socialista Unitario (Del Lavoratori Italiani) datado de 1930, e outro do Partito Socialista Italiano datado de 1933. Outrossim, entre tais papéis havia um retrato do italiano Andrea Costa, militante anarquista que seria acusado de traição por pregar a transformação social pelas vias legais, como observou James Joll, “Costa nos princípios de 1880, começou a convencer-se da impossibilidade de uma insurreição imediata e a pregar a necessidade de construir um partido político constitucional efectivo”²⁷², tornando-se nos anos seguintes importante dirigente do Partito Socialista Italiano. Desta forma, as evidências nos levam a crer que Sartori estava tão engajado no socialismo quanto no anarquismo, sendo retratado pelos amigos como “materialista, socialista com tendências anarquistas”²⁷³, assim como revolucionário e humanista.

Seja como for, e graças à estima que nutria pelo jornalismo de engajamento social praticado no Brasil por De Ambris e Vicente Vacirca através do *Avanti!*, seguido pela *Tribuna Italiana* e pelo *La Scure*, ele publicou críticas à imprensa italiana no país:

Aqueles jornais se intitulam com o nome pomposo de “coloniais” sob cuja etiqueta se esconde uma recompensa duvidosa. Qualquer um deles deseja ostentar a veste monárquica (...).

Essa grande imprensa tem a estranha pretensão de representar a opinião pública da coletividade italiana no exterior, mas em verdade é a expressão, a porta-voz de uma camarilha de filbusteiros, de aventureiros audaciosos, analfabetos ou semi-analfabetos, alguns dos

270 *Jornal de Lages*, Lages, 02 de agosto de 1958. (AMHTC).

271 WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma História das Idéias e Movimentos Libertários*. Vol. 2 – O Movimento. Porto Alegre: L&PM, 1984. p. 131.

272 JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. 2 ed., Lisboa: Dom Quixote, 1977. p. 138.

273 *Jornal de Lages*, Lages, 02 de agosto de 1958. (AMHTC).

quais escaparam das prisões da pátria (ah! Pátria ingrata!), outros são corsários sob a lama da superfície, sem se ferir, mas todos animados do mesmo sentimento, guiados pelo mesmo ideal, que é o de fazer dinheiro “a qualquer custo”.²⁷⁴

Desta maneira Sartori manifestava sua repulsa a uma imprensa que considerava propriedade da Igreja Católica e subserviente aos governos italiano e brasileiro:

Alguns destes jornalecos estão nas mãos de frades e padres, e nesse caso caluniam a Itália, ofendem Garibaldi e chamam o rei de “bom”, são gente de bordel. E fazem bem em se comportar assim: afinal, o governo italiano subsidia as escolas confessionais no exterior e o Comissariado de Emigração favorece os padres.²⁷⁵



Imagem 7: Cesare Sartori (o primeiro da direita) entre a população pobre de Lages²⁷⁶.

A dedicação de Sartori para com os negros, indígenas e pobres de Lages era outra de suas marcas, pois dificilmente cobrava por suas consultas e às vezes ainda fornecia-lhes os remédios. E amparado na Antropologia, que era outra de suas paixões, escreveu textos sobre a moralidade dos indígenas a partir de estudos realizados no Mato Grosso com os Boróros, Terenos e Caingangues, e no Rio Grande do Sul com os Coroados, como em carta escrita ao amigo Werner Naumann, Sartori explica:

Há um mês acabei de visitar os Coroados no Município de Getúlio Vargas, e o Cacique Doble (4º distrito de Lagoa Vermelha) – No Rio Grande do Sul.

E mais uma vez me convenci de que a moralidade dos Pelles Vermelhas, em these geral, é superior a dos brancos civilizados, e a

274 *La Scure*, São Paulo – Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1910. (AEL).

275 *La Scure*, São Paulo – Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1910. (AEL).

276 Imagem encontrada na pasta Cesare Sartori do Arquivo e Museu Histórico Thiago de Castro em Lages.

criminalidade inferior (...), a verdade, nua e crua.²⁷⁷

Na memória lageana vigoram lembranças deste médico que, com sarcasmo, proferia suas críticas, como pontua Jayme Garbelotto,

Na calçada, ao lado da “Alfaiataria Chic”, onde eu trabalhava, quase todos os dias, ali por perto de meio-dia, algumas pessoas, inclusive médicos, se reuniam para conversar sobre os mais variados assuntos. Um dia vi e ouvi o dr. Sartori, frequentador assíduo dessas reuniões, dizer ao também médico Aujor Ávila da Luz, um fumante inveterado (...) as seguintes palavras: “Vou te dizer mais uma vez, Aujor. O cigarro é como o padre. Às vezes faz mal. Nunca faz bem”²⁷⁸.

Mas o clero não era o único alvo de seus escritos: em artigo enviado ao *La Scure*, colocou-se contra o militarismo, afirmando que “os militares de profissão constituem uma categoria especial na moderna Antropologia criminal”, manifestando-se ainda “contra o exército e as instituições malditas que obrigaram um homem honesto a se tornar um canalha por defender a bandeira dos ‘seus senhores’, em nome dos quais se justificam os delitos mais brutais”²⁷⁹.

Falecido no dia 12 de julho de 1945 Cesare Sartori, teve seu enterro acompanhado “de pessoas de todas as classes sociais, principalmente da comunidade negra”, sendo que o caixão foi carregado a pé “em atenção a um pedido do falecido”²⁸⁰. Contudo, vinculadas à sua história surgem reminiscências que projetam no cenário lageano a trajetória de mais um italiano referido como anarquista, Nulo Beccari, assinante do jornal *A Plebe* e um dos grandes amigos de Sartori e com o qual, segundo atesta um dos netos de Nulo, seu avô teria vindo para o Brasil.

Beccari era proprietário de uma chácara na região do Coral, cultivava pêssegos e uvas (destinadas ao feitiço de vinho), desta forma,

277 Carta datada de 19 de fevereiro de 1942. (AMHTC).

278 GARBELOTTO, Jayme. *Helena*. Lages, 2007. p. 127. Trata-se de um livro de memórias, em forma de romance, com informações sobre a história de Lages mas não publicado: utilizo uma cópia dos originais.

279 *La Scure*, São Paulo – Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1910. (AEL).

280 GARBELOTTO, *Op. Cit.* p. 121.

A “Chácara dos Beccari”, como era mais conhecida, tornou-se famosa, principalmente, pelos pêssegos - “pesca”, como gostava de dizer o italiano – que lá eram cultivados. O sr. Nulo Beccari foi o primeiro chacareiro de Lages a ensacar os pêssegos ainda nos pessegueiros. Evitava, assim, a ação nefasta dos insetos daninhos que atacavam as frutas ainda pequeninhas²⁸¹.

Jayme Garbelloto, que junto com três dos filhos de Nulo Beccari (Emílio, Menote e Orestes) fundavam em 1946 uma seção do Partido Comunista do Brasil (PCB) na cidade, lembra, que o anarquista possuía uma biblioteca com muitos jornais anarquistas, livros, folhetos e revistas. E se reportando ao avô, Nereu Beccari afirma: “não queria nem saber de padres. Meu avô e meus tios não eram de rezar, ninguém rezava na casa dele, acreditavam em Deus, mas odiavam o Vaticano”²⁸². Todavia, o mais significativo é que, como o Rio de Janeiro, que tem ruas com nomes de anarquistas (por exemplo, Fabio Luz, no Méier, e José Oiticica, em Campo Grande), Lages nomeou da seguinte maneira algumas de suas ruas e instituições: rua Nulo Beccari, rua Cesare Sartori e Creche Cesare Sartori, existindo ainda o busto de Cesare Sartori na praça João Ribeiro.

De sua parte, o operário anarquista espanhol Baldomero Minguez muda-se para Santa Catarina em busca de abrigo e liberdade, fixando moradia em Curitibanos e depois em Videira. Segundo registra o jornal libertário *A Plebe* de 21 de fevereiro de 1948, Baldomero enviava auxílio financeiro a projetos libertários tanto a nível nacional como internacional, tais como o “Centro de Cultura Social” ou “Para os camaradas da Espanha”. Ainda no transcurso de 1948, Baldomero Minguez aparece como um dos únicos anarquistas, que representando o Estado catarinense, recebia e era citado pelas circulares do Congresso Anarquista que estava sendo preparado para de 17 a 19 daquele ano em São Paulo, na *Nossa Chácara*: “o companheiro que recebeu a circular informa: está recentemente no local, não conta com outros elementos, só ocasionalmente poderá participar, mas quer receber todas as resoluções tomadas para orientar-se. Está fazendo

281 *Idem*. p. 150.

282 Afirmções feitas durante uma conversa informal, realizada no dia 06 de março de 2008.

propaganda entre elementos descontentes”.²⁸³ Sobre seu engajamento, Edgar Rodrigues escreve: “ouvido através de circular da União Anarquista externa seus pontos de vista contra a guerra, contra todas as ditaduras e formula votos – em suas mensagens – pelo Anarquismo e pela Liberdade Universal”.²⁸⁴

Seguindo por esta trilha de atuações libertárias, em Florianópolis tem-se esparsas referências a outros anarquistas, como Arthur Galletti. Nascido no Imaruí em 22 de junho de 1887, Galletti aprendeu ainda menino o ofício de alfaiate com o pai e aos 17 anos rumou para São Paulo, onde

(...) aprimorou-se na profissão com mestres italianos e conheceu as amarguras da vida. Passou duríssimas privações. Nada obstante, tinha ânimo ainda para, sozinho, formar a sua mentalidade, estudando durante as pequenas margens de tempo que o serviço lhe deixava. Frequentava, assiduamente, à noite, bibliotecas e conferencistas²⁸⁵.

Foi possivelmente durante esta sua estadia em São Paulo que ele entrou em contato com as movimentações anarquistas, identificando-se com as mesmas. Em 1913 retornou para Santa Catarina, fixando-se em Florianópolis, onde casou com Regina Gustenhoffen Galletti. Sobre sua trajetória, sabe-se que foi orador oficial da União Beneficente Recreativa Operária (UBRO) de Florianópolis em 1924 e secretário da mesma em 1925, filiando-se em 1927 à Liga Operária.²⁸⁶ Apaixonado por filosofia, ele deixou como legado as obras: *Lucubrações* (1922) e *Na Seara do Pensamento* (1928).

Outra presença libertária em Florianópolis foi a do italiano José Verzola, conhecido pelos amigos como “Pepe” e que foi um dos primeiros moradores, e uma liderança reconhecida, no Morro do Céu, uma das principais áreas de moradia operária

283 RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária* (1945-1948). Rio de Janeiro: Achiamé, 1992. p. 154/155.

284 RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros* - Vol. 1. Rio de Janeiro: VJR, 1994. p. 123.

285 GALETTI, Clarno G. *Apresentação*. In: O Boi Tatá – Mitologia Autóctone. (Obra póstuma). Florianópolis: Associação Catarinense de Imprensa, 1949. Primeira página.

286 LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: uma História de Mutualismo e Resistência*. TCC. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 106.

na cidade. Sobre dele, Manoel Alves Ribeiro (Mimo), operário, ex-militante do PCB e memorialista, que também residiu no Morro do Céu, escreveu que preservava os ideais libertários trazidos por seus pais da Itália e se vangloriava de não ter na família nenhum reacionário, “nem um conservador ou puxa-saco da burguesia”:

Ainda conservando restos da ideologia anarquista, herança de seus pais, às vezes intervinha em nossas palestras, com sugestões nesse sentido. Só com uma bomba se podia resolver este ou aquele problema, dizia. Não adianta bater na cabeça do povo com a mão, pois eles não entendem.²⁸⁷

Em suma, a presença libertária em Santa Catarina na primeira metade do século 20 foi uma realidade e pode ser localizada em diversos registros. E tanto quanto em centros mais dinâmicos como Porto Alegre, Rio de Janeiro ou São Paulo, tal presença ensejou muitas vezes perseguições, prisões e exílios, seguida pelo sistemático exercício por parte de uma certa memória histórica de elidir tais experiências dissonantes.

287 RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Florianópolis: Edeme, 1990. p. 89. Nos escritos de Manoel Alves Ribeiro existe ainda uma breve alusão a dois anarco-sindicalistas gaúchos, Juvenal Farias e Antônio Melo, que na cidade de Lauro Müller organizaram em 1920 uma greve contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho na mina de carvão Barro Branco.

CAPÍTULO III

PARADIGMAS DO SILÊNCIO

Nasce o silêncio no seio das horas,
E se repete através dos dias e dos anos,
E morre e nasce
Numa sucessão indefinida de velhice e rejuvenescimento.
Antonio Paladino, *Balada do silêncio*.

Certa vez, quando a década de 1940 dava os primeiros acenos, Graciliano Ramos, escritor alagoano, no encalço de *Alexandre* afirmara: “1930 não foi apenas, como ainda há quem suponha, uma associação heterogênea de políticos descontentes e militares indisciplinados”²⁸⁸, e não sem razão, pois agregada àquele movimento estava toda a construção de uma idéia de nação. E para tal façanha a história era refeita sob o “silêncio dos vencidos” através da constituição de uma nova noção de memória que atribuiu para o Estado o papel de agente histórico legítimo. Sobre tal trama política, Ítalo Tronca pontua:

Conseqüentemente, tal movimento de memorização dos vencedores, (...) simplesmente suprime (...) o lugar da luta de classes, que é também o lugar da história. Com a supressão da luta de classes, suprime-se a própria história, substituída pela memória dos vencedores, que, com a idéia de revolução de 30, visa precisamente a encobrir que houve luta de classes²⁸⁹.

E, nesses termos, “como campo simbólico constituído no exercício de dominação de classes, a idéia de revolução de trinta transforma-se num marco periodizador da história do Brasil e a historiografia em geral (...)”²⁹⁰, produzindo assim uma espécie de enquadramento analítico, que age como paradigma unitário de uma memória histórica que, a rigor, seleciona os personagens que saem e os que entram em cena. Para tanto, “o Estado passa por ser o detentor do sentido do movimento da sociedade, e os grupos e

288 RAMOS, Graciliano. *Alexandre e outros Heróis*. 40 ed., Rio, São Paulo: Record, 2000. p. 182.

289 TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a Dominação Oculta*. 9 ed., São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 60.

290 DECCA, Edgar de. *O Silêncio dos Vencidos*. Memória, História e Revolução. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 73-74.

classes sociais, apesar de sua dinâmica própria (...), passa a ser apenas objetos de intervenção do Estado. Ou, melhor dito, sujeitos vazios, formas que se movimentam a partir da impulsão do Estado”²⁹¹.

Nestas circunstâncias, obras de cunho hegemônico acerca da História de Santa Catarina, produzidas com maior afincamento a partir da década de 1960, por escritores – em especial Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza –, dentro de um circuito intelectual, calcado na matriz histórica do pós-30 produziam quer de forma involuntária ou não, uma historiografia emudecida de vozes dissonantes, que lançava na invisibilidade lutas efêmeras e resistências individuais. Entre as quais as experiências de cariz anarquista e anticlerical, que no transcurso do século 20 gestaram anseios de emancipação política e social.

Por seu turno, entre as décadas de 1970 e 1980, uma série de práticas começavam a por em xeque a vitalidade de tais prerrogativas, e era perceptível que “o nacionalismo e o populismo já tinham, em grande parte, esgotado seu poder persuasivo”²⁹². Nesta senda, a expansão do sistema nacional de pós-graduação, em meados dos anos 70, possibilitou também o surgimento de novos enfoques teóricos-metodológicos que forneciam outros olhares acerca da análise histórica e seus enquadramentos políticos, exemplificados pela difusão das obras de, entre outros, Michel Foucault, da Nova História Francesa e de Edward Palmer Thompson, representante da Historiografia Neo-marxista Inglesa. Além disso, com a criação em 1974 do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), um dos mais importantes acervos sobre as lutas sociais no Brasil, na recém fundada Universidade de Campinas (Unicamp), ganhava fôlego a busca por rupturas com uma memória histórica estabelecida e consagrada no pós-30 e revalidada com o golpe militar de março de 1964. Todavia, as fissuras mais contundentes nesta matriz histórica viriam através dos movimentos sociais que, no final da década de 1970, traziam à tona novos atores,

291 PAOLI, Maria Célia. *Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros*. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.). *Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: UFRJ, s/d. p. 98.

292 HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão!* 3 ed., São Paulo: Unesp, 2002. p. 214.

enquanto “irrupção política da diferença”. Nesta perspectiva, “de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade”²⁹³. Assim,

Deslumbrados (e não sem razão) com a descoberta de tudo aquilo que os intelectuais e pesquisadores dos anos 50 e 60 não viram, com a revelação de uma “realidade que começou a ceder em vários pontos”, com a emergência de “outras falas” até então silenciadas na história, (...) nos propomos a tarefa de criar um novo, de produzir de ponta a ponta uma nova história, uma nova antropologia, uma nova política, um novo modo de pensar sociologicamente a realidade²⁹⁴.

Neste sentido, desenhando um mosaico de “histórias de gente sem história”, a historiografia brasileira ganhava novas dimensões, tendo como primeira repercussão em Santa Catarina os trabalhos de Hermetes Reis de Araújo e Henrique Luiz Pereira Oliveira, seguido por outros que buscavam renovar o olhar histórico colocando em cena sujeitos e objetos até então praticamente intocados.

3.1 - Sob o véu da história

Diante da voracidade de homens sedentos por liquidar com uma literatura de tons malévolos, livros ardiam em chamas no coração da cidade. Seria esta uma cena dos “auto-de-fé”²⁹⁵ da Berlim dos anos 30 ou uma alegoria ao *Fahrenheit 451*²⁹⁶ de Ray Bradbury? Não. Tais episódios ocorreram no Sul do Brasil em abril de 1964 durante o arrombamento da Livraria Anita Garibaldi situada próximo a Praça 15 de Novembro em Florianópolis, numa ação do Círculo Operário²⁹⁷ visando obras acusadas de

293 SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 36.

294 PAOLI, Op. Cit. p. 53.

295 Termo utilizado para tratar da queima de livros de autores judeus na Berlim Hitlerista, empregado por SCHOENBERNER, Gerhard. *A Estrela Amarela*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

296 Obra futurista que se reporta a uma sociedade que execra a literatura, onde esquadrões de bombeiros são responsáveis pela tarefa de destruir (queimar) livros.

297 Os Círculos Operários foram organizados pela Igreja para articular sua intervenção junto aos trabalhadores: “os Círculos Operários constituem a forma que a Igreja encontrou para contribuir com o Estado no controle operário e na realização do corporativismo”. In: FARIAS, Damião Duque de. *Em Defesa da Ordem: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo*. (1930 – 1945). São Paulo: Hucitec, 1998. p. 27.

“esquerdistas” durante tal “cruzada” contra suposta degeneração da escrita e dos valores ocasionada pelo comunismo.

Mas se por um lado os anos 60 em Florianópolis abrigavam acontecimentos como estes, por outro lado traziam também novos ares ao campo do conhecimento com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em dezembro de 1960, e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) no começo de 1965. Neste contexto, tem-se a retomada de uma produção historiográfica sobre o Estado catarinense especialmente no final dos anos 60, através de pesquisas realizadas pelo médico e antropólogo Oswaldo Rodrigues Cabral²⁹⁸, que publicou em 1968 *História de Santa Catarina*, obra esta estimulada pelo governo que, através do Plano Estadual de Educação²⁹⁹, objetivava produzir um compêndio didático, para auxílio dos professores da rede pública frente às modificações curriculares que passaram a exigir a disciplina História de Santa Catarina.

História de Santa Catarina era uma versão ampliada e melhorada da sua obra *Santa Catarina: História e Evolução*,³⁰⁰ de 1937, e se dividia em Brasil Colônia, Império e República, tratando de assuntos que iam desde as expedições de navegadores europeus pela Ilha de Santa Catarina - em que traz o curioso capítulo “Navegantes, Piratas e Exploradores”, narrativa que todavia não explicita quem seriam os piratas que na Ilha aportaram³⁰¹ -, até o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas e sua política interventora em terras catarinenses via Nereu Ramos.

Sobre este livro, Norberto Dallabrida e João Batista Bitencourt, comentam:

É um trabalho no melhor estilo “história geral”, que ilustra os “fatos importantes”, os “grandes acontecimentos” do passado catarinense em

298 Cabral era também professor universitário e integrou a Academia Catarinense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

299 Elaborado no governo de Ivo Silveira e do seu Secretário de Educação e Cultura, o professor Galileu Craveiro de Amorim.

300 Obra escrita entre os anos de 1930 e 1935, época em que ele trabalhou como médico em Joinville.

301 Nesta sua obra breves referências a nomes de corsários e piratas apareceriam no quinto capítulo.

uma estrutura linear progressiva, com narrativa marcada por acontecimentos políticos que convergem para a construção do Estado.³⁰²

Talvez por isso, o livro não atribuía importância histórica a experiências dissonantes em Santa Catarina, como o Falanstério do Saí, do Dr. Mure, que é abordada basicamente como mais uma colônia de europeus e não pela tentativa de por em prática as teorias socialistas do francês Charles Fourier. Outrossim, a passagem em Blumenau e Florianópolis do veterinário italiano e anarquista Giovanni Rossi, responsável pela Direção da Estação Agronômica do Estado não aparece na obra, denotando silêncios em que “os fios da memória histórica são muitas vezes quase invisíveis, uma vez que é próprio dessa memória apagar os rastros de sua própria constituição”.³⁰³ Porém, há passagens na obra que se reportam à permanência de elementos estrangeiros do Clero em Santa Catarina como o Monsenhor Francisco Topp, responsável pela criação da Diocese de Florianópolis:

Aos trabalhos do Monsenhor Francisco Topp, então Vigário de Florianópolis, depois de haver pastoreado numeroso rebanho nas Colônias do Sul, se deve, entretanto, a maior soma de esforços para a consecução do almejado pelos católicos. Governo, associações religiosas, autoridades, deram o seu integral apoio e contribuíram para a organização dos fundos necessários à criação. Uma comissão de elementos de projeção política e social, como Hercílio Luz, Germano Wendhausen, José Boiteux André Wendhausen, Gustavo Silveira, auxiliou eficazmente o Padre Francisco Topp que, com recursos obtidos do Estado, por influência dos Srs. Lauro Müller e Antônio Pereira e Oliveira, conseguiu alcançar a soma estipulada para patrimônio da nova Diocese (cem contos de réis).³⁰⁴

Da mesma forma, não há menção na obra à publicação, em 1903, do periódico *Verdade* (Órgão de propaganda anti-jesuítica), editado por livre-pensadores (com vínculos maçônicos) de Florianópolis, que buscava fazer frente à influência de Francisco

302 DALLABRIDA, Norberto & BITENCOURT, João Batista. *Oswaldo Rodrigues Cabral, o Colunista do Passado*. In: *Percursos*. Vol. 5, Nº 1, Florianópolis: UDESC, 2004. p. 11.

303 DECCA, *Op. Cit.* p. 18

304 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2 ed., Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p. 288.

Topp e Manfredo Leite, responsáveis pelo o jornal *A Verdade* (Órgão Católico), assim como do periódico anticlerical *O Clarão*, publicado em 1911 também em Florianópolis, para igualmente fazer oposição aos padres católicos, especialmente Francisco Topp, apelidado pelo grupo de *O Clarão* de padre “Tip-Top”. Ao inverso, Cabral prefere tecer considerações positivas acerca da Igreja Católica e dos religiosos, produzindo uma história (como alerta Edward Palmer Thompson) que desconhece as contradições sociais. Neste sentido, o que se evidencia é a construção de uma memória histórica unilateral, que não captando o movimento da história e suas contracorrentes, só admite uma versão. Enfim, como aponta Rogério Luiz de Souza, Cabral nutria grande fascínio pela Igreja Católica:

Autor de mais de cinquenta obras que versam sobre Medicina, História, Folclore, Ficção e Etnologia, não é de se estranhar que muitas delas tratem diretamente das instituições católicas e da religiosidade Catarinense. Essa forte admiração pela Igreja revelada em suas obras talvez emergisse do próprio momento de efervescência do humanismo cristão pós-guerra, mas que, certamente, Oswaldo já cultivava desde a mais tenra idade por influência do ambiente familiar e escolar. Havia cursado o primário com os jesuítas no Ginásio Catarinense entre os anos de 1912 e 1916.³⁰⁵

O Ginásio Catarinense era uma instituição religiosa de grande prestígio na cidade, freqüentada por filhos da elite política e da alta burguesia do Estado. Este estabelecimento de ensino “visava formar uma elite católica, laica, masculina e de ascendência européia, que viesse a ocupar posições de liderança nas instituições sociais catarinenses e particularmente no aparelho estatal”.³⁰⁶ Nele, Oswaldo Cabral forjou sua personalidade católica e política:

Deputado Estadual em 1947 e 1955, chegando a ocupar a presidência da Assembléia Legislativa em 1954, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, folclorista, médico, antropólogo e historiador, Oswaldo representava o que era de mais desejável para a catolicidade.

305 SOUZA, Rogério Luiz de. *A Menina dos Olhos do Sr. Arcebispo*. In: *Percursos*. Vol. 5, nº 1, Florianópolis: UDESC, 2004. p. 39

306 DALLABRIDA, Norberto. *A Fabricação Escolar das Elites*. O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. p. 243.

Era a “menina dos olhos” do episcopado catarinense.³⁰⁷

Graças a essa proximidade, o Arcebispo D. Joaquim Domingues de Oliveira convidou-o para elaborar um estudo sobre a Província Eclesiástica de Santa Catarina, o qual foi publicado em 1970 com o título: *A Contribuição à História Eclesiástica de Santa Catarina*. Rogério Luiz de Souza efetua as seguintes observações sobre esta obra:

O tom laudatório e entusiasmado da narrativa não deixa dúvida quanto ao seu engajamento nas fileiras da catolicidade catarinense, declarando com firmeza que, à mercê da autoridade desmedida do metropolitano, o anticlericalismo em Santa Catarina havia desaparecido. Para ele, os anos todos de atuação do Arcebispo representavam a inequívoca certeza do papel triunfante da Igreja nos espaços sociais.³⁰⁸

Porém, torna-se importante referenciar que o Arcebispo, por quem tanto Oswaldo Cabral zelava, era um dos fortes elementos de oposição ao pensamento não católico em Florianópolis. Entre suas ações tem-se a excomunhão do jornal anticlerical *O Clarão*, conforme o Aviso nº 14, divulgado nas igrejas a partir de 26 de novembro de 1916, revelando assim as tensões entre membros da igreja e agentes laicos, sobre qual a escrita de Cabral silencia, preferindo a descrição de uma sociedade consensual. Desta forma,

(...) Cabral apresenta uma perspectiva histórica político-administrativa, percebida na seleção dos acontecimentos e dos agentes históricos. O seu olhar se fixou sobre as transformações na administração pública nos níveis civil, militar e eclesiástico, que proporcionaram o desenvolvimento de Santa Catarina. Os agentes desta mudança foram na maioria das vezes indivíduos da elite, tais como administradores públicos, políticos, militares, eclesiásticos. Entre outros, destaca Silva Paes, Jerônimo Coelho, Lauro Müller e Hercílio Luz. Nesta História, as mulheres, os trabalhadores, os negros e os índios são marginalizados e os grupos sociais não são considerados como sujeitos históricos atuantes.³⁰⁹

Por outro lado, a década de 1970 trouxe inovações para o campo do conhecimento, como “a utilização de métodos estatísticos e demográficos para estudos

307 SOUZA, *Op. Cit.* p. 37

308 *Idem.* p. 38-39.

309 DALLABRIDA, Norberto. *A Historiografia Catarinense e a Obra de Américo da Costa Souto*. In: Revista Catarinense de História, nº 4, Florianópolis: Insular, 1996. p. 12-13.

os mais diversos, inclusive para a chamada história das mentalidades”, validando novas perspectivas acerca da narrativa histórica:

A partir de 1975, com a criação do Curso de Mestrado em História na Universidade Federal de Santa Catarina, foi produzida uma leva de obras de História demográfica e econômica baseadas no método quantitativo. Esta inovação foi proporcionada pela contribuição de um grupo de professores visitantes dos Estados Unidos, que trouxeram também a metodologia da chamada “história oral”.³¹⁰

De acordo com isso, um ano antes do surgimento do Curso de Mestrado em História da UFSC, a obra *Nova História de Santa Catarina*, publicada em 1974 pelo antropólogo Sílvio Coelho dos Santos³¹¹, abarcaria inovações nas perspectivas de análise sobre a história catarinense, compondo um rol significativo de mudanças frente ao “paradigma tradicional”. Implementada por uma visão de caráter interdisciplinar, ela amparava-se especialmente na Antropologia, na Sociologia, e na Economia, enquanto instrumentais para uma abordagem composta por agentes históricos coletivos: indígenas, navegadores, bandeirantes, imigrantes etc. Fotografias e mapas compunham mais um fator dinâmico e didático de destaque nesta obra, além do que o autor disponibilizava aos leitores um roteiro para análise dos “aspectos históricos e Sócio-Culturais de um Município”.³¹² Revelando uma Antropologia ao alcance de “todos”.

Acerca da importância deste livro, Norberto Dallabrida escreve:

(...) o professor Sílvio Coelho dos Santos apresenta uma visão inovadora da História catarinense, como o título procura expressar. Inicia com um *flashback* positivo e crítico sobre Santa Catarina, caracterizando-a como “mosaico étnico e cultural” e destacando o seu reduzido desequilíbrio econômico, social e urbano. No capítulo final, retoma a formação multiétnica da sociedade catarinense. Esta estratégia narrativa aproxima a História do presente, do cotidiano.³¹³

310 *Idem*. p. 14.

311 Na época da publicação desta obra, Sílvio Coelho dos Santos era professor de Antropologia na UFSC, professor de Sociologia na UDESC e diretor do Museu de Antropologia da UFSC. Outrossim, era licenciado em História pela UFSC e doutor em Ciências Sociais pela USP.

312 Nas próximas edições este item desapareceria.

313 DALLABRIDA, *Op. Cit.* p. 14.

Porém o autor, filho de um sapateiro comunista (Adolfo Coelho dos Santos), não se preocuparia em dar visibilidade a determinadas instâncias coletivas, tais como trabalhadores e militantes de esquerda ou experiências políticas classistas em Santa Catarina. Essa lacuna, aliás, Sílvio Coelho dos Santos posteriormente procurou sanar, mesmo que de forma tímida, - com a publicação (ampliada e revista) de uma terceira edição em 1995, munida de um novo capítulo intitulado “Da chegada da modernidade aos anos de chumbo”. Sobre os novos agentes sociais focalizados, o autor destacou, por exemplo, o seguinte:

Em diversas colônias ocorreram várias manifestações contra autoridades locais e estaduais, especialmente reivindicando o cumprimento de promessas relativas à garantia de trabalho, à implantação de infra-estrutura e a livre associação. Afinal, muitos imigrantes tiveram contato com os movimentos sociais libertários europeus, e não poucos dirigiram-se para o Sul do Brasil com o objetivo de fazer parte de uma sociedade mais aberta e igualitária.³¹⁴

Nesta perspectiva, a historiografia catarinense – atrelada a prerrogativas “tradicionais” acerca da narrativa histórica, vigorantes no cenário brasileiro -, mesmo com seus avanços, não se desvencilhou por completo de um legado que a fazia produzir uma história geral que englobava todos os aspectos, tendo como mote central as narrativas de acontecimentos políticos, administrativos e militares, sendo fortemente marcada por “(...) obras que se pretendem estaduais e geralmente dão grande importância a eventos políticos de âmbito estadual (...)”, ou que se “(...) caracteriza-se por seu âmbito municipal, local (...)”.

Dentro desta lógica, Walter Fernando Piazza, em *Santa Catarina: sua História* obra publicada em 1983, também pautada por uma preocupação com uma história geral que abarcava três períodos distintos (Colônia, Império e República), numa linha temporal que iniciava com a pré-história catarinense, logo em suas primeiras páginas travava uma discussão sobre “Historiografia de Santa Catarina”. Ali, ele salientou a

314 SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. 4 ed., Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998. p. 116.

necessidade de uma revisão da história catarinense, “(...) não no sentido de demolir o que era apresentado pelos vários estudiosos da História, mas, de completar determinados quadros ou preencher alguns claros, notadamente, no que tange à História Social e Econômica.” E nesses termos:

Além da ênfase à História sócio-econômica, o trabalho de Piazza apresenta inovações como o primeiro capítulo sobre historiografia e o segundo em torno da Pré-história em Santa Catarina. Tem uma preocupação com a quantificação, precipuamente nos aspectos demográfico e econômico. Por fim, ao afirmar que “a História é uma eterna revisão”, expressa o sentimento da inconclusividade do pensamento histórico, incomum na “história tradicional”³¹⁵.

Espécie de “revisionismo” histórico que pontuava um dos fortes traços de diferenciação entre o trabalho de Walter F. Piazza, e a produção histórica de Oswaldo R. Cabral, revelava que se por um lado tais obras eram hegemônicas na historiografia catarinense, por outro, não constituíam uma produção homogenia acerca dos saberes históricos. Não obstante, estes dois pesquisadores teriam suas trajetórias marcadas por desavenças, ora por vaidades de ofício, ora por atavismos de personalidade.

Por seu turno, *Santa Catarina: sua História* de Piazza apesar do expressivo número de páginas, não se refere em nenhum momento às experiências marginais (a exemplo: anarquistas e anticlericais) gestadas no estado catarinense.

Mostra disso é o tratamento dado à trajetória política de Ermembergo Pellizzetti, na qual o nome de Giovanni Rossi, italiano e anarquista que teve forte influência sob a personalidade de Pellizzetti, apareceria somente de forma rápida, compondo um personagem de poucas linhas, apesar de Piazza listar em sua bibliografia a obra *Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional*, escrita por Beatriz Pellizzetti, a filha de Ermembergo, um bem documentado trabalho sobre a relação amistosa entre o seu pai e o anarquista italiano, o que poderia ter levado o autor a destacar melhor a atuação de Giovanni Rossi em Santa Catarina.

315 DALLABRIDA, *Op. Cit.* p. 13.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), Piazza valendo-se dos instrumentais da História e da Antropologia, dedica um livro, assim como Oswaldo R. Cabral, à vida eclesiástica. Publicada em 1977 e intitulada *A Igreja em Santa Catarina*, tal obra também não abordou as tensões que se colocavam ao Clero catarinense, especialmente ao florianopolitano, pelas propostas anticlericais difundidas por periódicos como *O Clarão*³¹⁶ nas primeiras décadas do século 20. Porém, no final de 1980, Walter Piazza, é um dos professores mencionados e agradecido por materiais fornecidos a uma dissertação de mestrado defendida na UFSC com o título *A Expansão da Igreja em Santa Catarina: a Reação Anticlerical e a Questão do Clero Nacional (1892-1920)* de Ana Maria Coelho Correia, fato que poderia ter levado o autor a implementar ajustes à ótica político-religiosa de suas obras que, contudo, permaneceriam indiferentes a questões dessa natureza.

Visando classificar os estágios da historiografia catarinense, Cristina Scheibe Wolff, introduz o debate afirmando:

A partir de um ponto de vista centrado na delimitação do objeto de estudo do historiador, é possível vislumbrar a existência de três grupos principais na historiografia catarinense recente. O primeiro é formado de obras que se pretendem *estaduais* e geralmente dão grande importância a eventos políticos de âmbito *estadual*. O segundo grupo caracteriza-se por seu âmbito municipal, local, enquanto o terceiro grupo produz uma história centrada em temas e questões-problemas.³¹⁷

Rumando pelo campo de obras de foco regional-local, José Ferreira da Silva, “o principal orador integralista de Blumenau”³¹⁸ e “o primeiro nome da lista dos candidatos integralistas à câmara municipal (...)”³¹⁹ da década de 1930, impulsionado por um de seus ofícios que era o jornalismo publicou em 1972 *História de Blumenau* como uma contribuição para a história catarinense. Em suas páginas, porém, nada é mencionado

316 O professor Walter Piazza foi durante anos membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, sendo esta a instituição que doaria a coleção da segunda fase do periódico *O Clarão* (os jornais possuem carimbo do IHGSC) ao arquivo da Biblioteca do Estado de Santa Catarina.

317 WOLFF. *Op. Cit.* p. 6.

318 GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 187.

319 *Idem*. p. 199.

acerca de personalidades como Giovanni Rossi e Emembergo Pellizzetti, silêncio um tanto quanto intrigante já que o autor era amigo de Pellizzetti, discípulo do anarquista Rossi, como mostra uma carta publicada por Afonso Schmidt em *Colônia Cecília*:

Rio do Sul (S. Catarina) 24 de novembro de 1940. - Prezado amigo José Ferreira. - Venho satisfazer ao seu pedido. Vivi com o Dr. Rossi os primeiros anos deste século; era considerado como membro da família, seu auxiliar nos trabalhos (no Rio dos Cedros). Em 1904, o Dr. Rossi foi dirigir a Estação Agronômica de Coqueiro, que substituíra a do Rio dos Cedros. (...)

Se posso ser útil para dar informações mais interessantes sobre o Dr. Rossi (seu modo de pensar, sua vida, seus costumes) estou aqui ao seu dispor. (...) Abraços do velho amigo – E. Pellizzetti.³²⁰

Nesta época José Ferreira da Silva fazia um intercâmbio³²¹ de informações em nome de Afonso Schmidt, um escritor de tendências comunistas, residente em São Paulo, que buscava materiais sobre Giovanni Rossi para a sua obra *Colônia Cecília: Romance de uma Experiência Anarquista*, publicação esta lançada em 1942. E também ficaria de fora de *História de Blumenau* a greve de 1920 na Indústria Garcia, atribuída a dois supostos anarquistas alemães³²², que despertou interessantes discussões no seio da sociedade blumenauense. Em contrapartida, Silva registrou em seu livro manifestações de aversão ao clero perpetradas por republicanos como José Bonifácio da Cunha (sabe-se que este último manteve vínculos com o anarquista italiano Giovanni Rossi, sendo um contribuinte financeiro do jornal anarquista *A Terra Livre* de São Paulo, segundo registra exemplar deste periódico, datado de 1906).

320 SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília. Romance de uma Experiência Anarquista*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 110.

321 Intercâmbio iniciado pela poetisa Maura de Sena Pereira, de Florianópolis que para auxiliar Afonso Schmidt na pesquisa sobre a estadia de Giovanni Rossi em Santa Catarina escrevia a José Ferreira da Silva.

322 Sobre tais acontecimentos o autor faria pequena nota em sua obra *A Imprensa em Blumenau* (1977) ao tratar do jornal *Brazil*, um dos fortes opositores da greve assim como, dos supostos anarquistas.



Imagem 8: Notícia do jornal *Brazil* de Blumenau acerca da expulsão de Fritz Koch e George Sterneck³²³.

Como um componente a mais sobre história regional-local, *O Continente das Lagens* (1982), trabalho de grande fôlego sobre a região Lageana, composto de 5 volumes escritos por Licurgo Ramos da Costa, no transcurso de 6 anos de pesquisas, inclusive em arquivos de Portugal, obra esta que:

... reúne fatos os mais diversos, desde a criação do primeiro time de futebol aos acontecimentos da política local, biografias dos *grandes homens* – políticos, fazendeiros, padres - , fundações de associações beneficentes e clubes sociais. A única coisa capaz de dar alguma unidade a tudo isto é a localidade onde todos os eventos se passam. Tudo perpassado por um grande elogio das elites locais, colocadas como sujeito da história³²⁴.

No prefácio de *O Continente das Lagens*, o autor afirma pretender fugir das antigas abordagens jornalísticas sobre a região de Lages e do método isolacionista da “microhistória” empregado por alguns pesquisadores. Ainda mais, Licurgo cultivava anseios de a sua obra servir de um compêndio didático, porém comportando em seu bojo (por vezes) características de uma espécie de almanaque de curiosidades, como ao tratar de nomes³²⁵ nos registros de cartório que fugiam da “normalidade” mediante extravagâncias que exigiam do Governo ações proibitivas, ou ainda, ao apresentar imagens de autógrafos de “ilustres personalidades pioneiras”.

323 Extraída do jornal *Brazil*, Blumenau, 25 de julho de 1920.

324 WOLFF. *Op. Cit.* p. 10.

325 Entre a miscelânea de nomes apresentada por Licurgo, dos femininos destacamos: Aurutina, Robustiana e Advíncula, já como nome masculinos tem-se: Perceveriano, Anfrisio e Esperado Benvindo.

Sobre Licurgo Costa³²⁶, algumas informações tornam-se importantes ressaltar: durante o Estado Novo foi diretor-administrativo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e um íntimo amigo de Getúlio Vargas (como o próprio autor faz questão de destacar); por outro lado, em entrevista concedida a Apolinário Ternes a serviço do jornal *A Notícia*, ele revela simpatias com governos ditatoriais tais como os de Francisco Franco (Espanha), Getúlio Vargas (Brasil) e Oliveira de Salazar (Portugal), sendo este último, segundo suas palavras, uma “figura fora de série” que “pôs ordem num país convulsionado por agitadores profissionais”, sem mencionar que Salazar instaurou, em realidade, um Estado ditatorial marcado por perseguições, torturas, encarceramentos em colônias penais como a Tarrafal, e execuções de militantes operários.³²⁷

Entretanto, no conjunto de sua obra sobre “o continente das Lagens”, região berço da família Ramos (a qual Licurgo também pertencia), ou terra natal de Anita (Garibaldi) – como reivindica o autor –, encontramos esparsas passagens acerca de personagens e acontecimentos sobre os quais nos debruçamos nesta investigação em busca de dar voz aos esquecidos e desprestigiados, tais como os embates anticlericais contra o Frei Pedro Sinzig, representante da Ordem Terceira de São Francisco, que ao se retirar de Lages (por força de terceiros) no começo do século 20 iria para Petrópolis, onde seria o responsável pela re-organização da Boa Imprensa, órgão catalisador de propaganda católica. Além disso, encontram-se menções sobre a atuação de Cesare Sartori, médico italiano de idéias socialistas libertárias (informação negligenciada pelo

326 No *currículum* de Licurgo desponta: formação em Medicina, Direito e Economia, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras. Portanto sua obra falava a partir deste lugar social, pois como observou Michel de Certeau, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc.” In: CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 66.

327 Sobre tal situação política em Portugal destaco dois importantes estudos: *O Fascismo em Portugal* – Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980 –, publicado pela editora A Regra do Jogo de Lisboa, e *O Retrato da Ditadura Portuguesa* de Edgar Rodrigues, publicado no Rio de Janeiro pela editora Mundo Livre em 1962 (sendo importante frisar que Rodrigues teve seu pai morto pela ditadura de Salazar).

autor), que fixara residência no planalto serrano, assim como ao seu companheiro de idéias, o italiano Nulo Beccari – que nossas investigações apontam como um anarquista -, que durante a Primeira Guerra Mundial ver-se-ia envolto em situações constrangedoras com as autoridades lageanas por sua descendência materna austríaca.

No que se refere ainda ao campo de obras regionais-loais, em 1981 o jornalista e historiador Apolinário Ternes, publicava *História de Joinville: uma Abordagem Crítica*, obra que partindo do contexto das Revoluções na Europa, marcadas por ideologias burguesas como o Liberalismo e o Nacionalismo buscava tecer uma cadeia de acontecimentos que teriam como limiar a imigração para o Sul do Brasil e a constituição da Colônia Dona Francisca (Joinville). Seguindo o método de investigação histórica perpetrado pelo filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938), importante expoente dos estudos da fenomenologia, e alegando influências de Fernand Braudel, propõe uma “nova visão” que tem como premissa básica o acontecimento segundo a Lógica Pura dos fatos. Desta forma, tem-se:

Husserl e seu método fenomenológico buscam a correta interpretação dos fatos pela busca das essências. Assim, é um método científico universal, fundamentado na Lógica Pura. A Fenomenologia cuida das significações. Assim, na História, o fato tem a dimensão do fato em sua essência e em seu significado. Neste raciocínio, o método de Husserl busca o conjunto de vivências e a síntese da consciência.³²⁸

Combinando vivência e pesquisa, a obra de Ternes tem o mérito de trazer a tona assuntos delicados em áreas de colonização alemã, como o nazismo praticado em terras catarinenses até o transcurso da Segunda Guerra Mundial. O livro contempla utopias socialistas como as do Dr. Mure que no litoral catarinense (Baia da Babitonga) buscava implementar um falanstério segundo os moldes propostos pelo socialista francês Charles Fourier, visando assim, trazer a tona novas noções de trabalho e prazer, mas por outro, não faz qualquer referência a experiências anarquistas como a colônia anarquista Cosmos e a trajetória libertária de Carlos Condor que, nas redondezas de Joinville,

328 TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma Abordagem Crítica*. Joinville: Meyer, 1981. p. 13.

projetava alternativas de vida comunitária, como registrava a imprensa catarinense.

Nesta senda historiográfica, *História de Rio dos Cedros*, edição comemorativa ao Centenário da Imigração Italiana escrita por Victor Vicenzi em 1975, em sua apresentação assinala que “a história deve basear-se em fontes reais e fidedignas de pessoas vivas, em documentos e na tradição.”³²⁹ No entanto, a obra foi elaborada a partir de fortes preceitos religiosos, registrando a trajetória de imigrantes provenientes de Trento com base em genealogias das primeiras famílias chegadas na região, as quais teriam impresso ali seus costumes, crenças e tradições (noção muito cara ao autor), a fim de os mostrar como autênticos e heróicos pioneiros. Nesta perspectiva, ele iniciou sua narrativa do seguinte modo:

Cem anos já se passaram, quando aqui entraram os primeiros colonizadores para o desbravamento de uma terra virgem, coberta de frondosas florestas, infestadas de animais selvagens e de índios Botocudos.

A partir daquele ano de 1875, uma verdadeira epopéia de heroísmo, de Fé, de lutas e de trabalho incansável, foi realizada por aqueles destemidos imigrantes, que vinham de Trento e Tirol (...)

Rio dos Cedros é o resultado de um magnífico poema de sacrifícios, que um povo teceu para dar à região, um novo aspecto de beleza (...)

(...) Obrigado povo bandeirante vindo das plagas longínquas da Europa, para implantar nessa terra uma típica civilização, que marcará para sempre os efeitos de uma Fé profunda e inabalável.³³⁰

O autor esmera-se em saudar o “heroísmo” e a “Fé” (com F maiúsculo) dos desbravadores, que somente era abalada pelos ataques dos “selvagens” que ceifavam por vezes vidas européias, ocasionando assim a perseguição destes elementos arredios por “homens corajosos e armados de espingardas” que tinham o propósito de “apenas afugentar os índios e destruir suas malocas, sem intenção de matar” (apesar das evidências em contrário). E, na continuidade desta viagem por entre as páginas desta

329 VICENZI, Victor. *História de Rio dos Cedros – 1875/ 1975*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975. p. 11.

330 VICENZI. *Op. Cit.* p. 09.

obra de Victor Vicenzi, o que se percebe é a ausência de uma personalidade de “proeminência” na história rio-cedrense, o italiano Emembergo Pellizzetti, republicano³³¹, anticlerical e simpatizante do anarquismo, que juntamente com o anarquista Giovanni Rossi, organizou na região núcleos de ensino laico (que embatiam fortemente com membros da Igreja) e as primeiras cooperativas.

Sobre Giovanni Rossi, uma personalidade de destaque no Estado Catarinense e até mesmo no Sul do Brasil por suas inovações agrícolas e veterinárias, o autor possivelmente temendo receber críticas de negligente o incluiu em suas páginas, apesar do tom jocoso da seguinte passagem: “sua dedicação ao serviço profissional agrícola superou os limites de sua própria personalidade”³³². Seria o ideal anarquista professado por Rossi e por tantos outros imigrantes italianos a “limitação de personalidade” apontada pelo Sr. Vicenzi? É possível conjecturar, muito embora não se possa fazer uma afirmação conclusiva.

Prosseguindo em sua *História do Rio dos Cedros*, o padre Victor Vicenzi, ao abordar a vida religiosa da comunidade, afirma que “a quase totalidade da população era católica não deixando, entretanto de existir no meio dela, alguns elementos ‘carbonários’ imbuídos das idéias de Cavour”³³³, cabendo destacar que o termo “carbonários” não poucas vezes o fora usado pela imprensa católica (que se manifestava em Santa Catarina por periódicos como *A Época*) para denominar anarquistas e anticlericais. Outrossim, Victor Vicenzi registra um fato de pertinência: “os ânimos se tornaram de tal forma exaltados por parte daqueles elementos extremados, que chegaram a atentar contra a vida dos Frades, fazendo explodir na residência da capela de Rio dos Cedros uma bomba de alta potência”³³⁴. Sobre tal ato “anarco-terrorista”, o periódico católico *A Época* de 06 de maio de 1911 publicava: “atentado à Igreja em Rio dos Cedros, onde haveria muitos

331 Como atesta a menção de seu nome na Ata do Partido Republicano Catarinense de 22 de janeiro de 1926. p. 04. (AIHGSC).

332 VICENZI, *Op. Cit.* p. 136.

333 *Idem.* p. 102.

334 *Ibidem.* p. 112.

italianos e por isso muitos anarquistas, responsáveis por esse terrível atentado”. Que para além do ato, revelava a concepção de uma imagem caricata, acerca da italinidade e do anarquismo.

Ainda vinculado a este painel de obras regionais-loais era publicado em 1991 o livro *História Sócio-Cultural de Florianópolis*, coordenado por Osvaldo Ferreira de Melo e fruto de um curso sobre a história de Florianópolis constituído por mais de uma dezena de escritos de vários pesquisadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), dos quais alguns eram egressos do I Congresso de História Catarinense realizado em Florianópolis em 1948, entre os quais o próprio organizador (este congresso, aliás, segundo aponta Carlos Humberto P. Corrêa, seria de suma importância: “(...) na formação e posterior criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, com seus cursos superiores de História e Geografia, instituição essencial para a criação, depois, da Universidade Federal de Santa Catarina”).³³⁵ Mas seja como for, esta coletânea escrita por pesquisadores das mais variadas áreas, num projeto interdisciplinar, era munida em grande parte por perspectivas culturais, tratando da pré-história, do povoamento português, de manifestações artísticas e literárias, assim como, da contribuição étnica não portuguesa, desenvolvendo assim um importante painel com traços gregos, teutos, ítalos e sírio-libaneses, e inclusive de forma sutil agregava um leve sombreado africanista.

No que se refere a trajetória de italianos na Ilha de Santa Catarina, algumas passagens chamam a atenção, tais como o registro da presença de Giovanni Rossi em Florianópolis, enquanto diretor da Estação Agrônômica criada pelo governador Hercílio Pedro da Luz. Sobre isto, Victor Antonio Peluso Jr. escreve o seguinte: “(...) anarquista que em uma de suas obras pregava a criação de comunidade em que dominaria o amor livre, ausência de propriedade privada e de qualquer dogmatismo. O Doutor Rossi

335 CORRÊA, Carlos Humberto P. *Diálogo com Clio: Ensaio de História Política e Cultural*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 201.

realizou seu ideal nos Campos Gerais do Paraná, em 1890, criando a Colônia Cecília”.³³⁶ Eis, portanto, como é referido o anarquismo na historiografia catarinense, reduzindo as ações de um Giovanni Rossi, que se notabilizou pela constituição de colônias anárquicas, como a Cecília em Palmeiras, e pela organização de um movimento operário de tons libertários em Porto Alegre, afora a já referida criação de cooperativas em Rio dos Cedros.

3.2 – Mosaico de Sombras

Em 1948, Eric Arthur Blair³³⁷, ao escrever uma das suas mais marcantes obras, *1984*, a qual reportava uma sociedade organizada a partir de padrões rígidos de conduta, em que as massas encontravam-se sob a vigília do Grande Irmão, e em que a busca pela manutenção de seu poder fazia elaborar via o Ministério da Verdade numa apropriação monumental do passado, tem-se a aterradora afirmação: “a posterioridade jamais ouvirá falar de ti. Serás totalmente eliminado da história. (...) Nada restará de ti: nem um nome (...), nenhuma lembrança (...)”.³³⁸ O Sorrateiro esquecimento pela História, eis a arma mais eficaz contra os inimigos ou indesejáveis, e que tão corriqueiramente se faz atuante nas páginas de uma historiografia que em sua partilha do passado define o que vai e o que fica, o que lembrar e o que para sempre esquecer. E Santa Catarina não se faz imune, alimentando décadas de vazios, de um silêncio cúmplice para com alegorias aliadas ao “Ministério da Verdade”.

Este tem sido o sentido de uma boa parte da historiografia de Santa Catarina, e seu silêncio legitimou instâncias de poder e alimentou o perfil de um Estado bem servido pelos bastiões das elites brancas, de herança européia, o que aparece especialmente pela

336 PELUSO JR, Victor Antonio. *Notas sobre os Italianos em Florianópolis*. In: MELO, Osvaldo Ferreira (Coord.). *História Sócio – Cultural de Florianópolis*. Florianópolis: Clube Doze de Agosto/ I.H.G.S.C./ Lunardelli, 1991. p. 114.

337 Forte expoente da literatura inglesa que assinava suas obras com o pseudônimo de George Orwell.

338 ORWELL, George. *1984*. 23 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. p. 236.

escrita de pesquisadores como Oswaldo Rodrigues Cabral³³⁹ e Walter Fernando Piazza³⁴⁰, duas personalidades eméritas da sociedade letrada que preferiam tecer suas escritas pelo centro dos acontecimentos, não legando maiores atenções e subsídios para a constituição de uma história dos habitantes anônimos das margens citadinas. Por exemplo, deste tipo de História “muitas vezes a mulher é excluída. É-o primeiramente ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. O positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano”³⁴¹.

Nesta esteira é possível perceber que a exclusão faz parte da produção histórica. Também em Santa Catarina, em muitos dos trabalhos historiográficos produzidos sobre esse estado, a exclusão se constrói especialmente frente negros, mulheres e operários, que aparecem como meros figurantes, e nunca enquanto sujeitos históricos do cenário social nas raras vezes em que são representados. Descrições de mulheres sujeitadas, que em sua submissão não achavam brechas de fuga rumo ao desvio de conduta; africanos narrados como apenas escravos, tendo sempre a escravidão como centro condutor, desprovidos de visões de liberdade e de ousadias combatentes; assim como, operários-fantasmas de um espaço amistoso que não confabulavam estratégias para antidisciplinas, foram lugar-comum nesta historiografia sobre Santa Catarina.

Sobre a acomodação literária acerca da figura negra, o sociólogo Clóvis Moura destaca:

(...) sem querermos fazer uma análise sistemática da bibliografia pertinente daquele tempo, queremos destacar que esse pensamento social era subordinado a uma estrutura dependente de tal forma que os conceitos chamados científicos chegavam para inferiorizá-la a partir de sua auto-análise. Isto é, não queríamos aceitar a nossa realidade étnica,

339 Visando reforçar suas investigações dentro do viés da historiografia “tradicional” destacamos seu estudo (em quatro volumes) *História da Política em Santa Catarina Durante o Império*, organizado e publicado postumamente (2004) por Sara Regina Poyares dos Reis, sobrinha de Cabral.

340 Deste autor também vinculado a história “tradicional” damos destaque a sua obra *O Poder Legislativo Catarinense, das suas Raízes aos nossos Dias – 1834-1984* publicado inicialmente em 1984.

341 PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 185.

pois ela nos inferiorizaria, criando a nossa *inteligência* uma realidade mítica, pois somente ela compensaria o nosso ego nacional, ou melhor, o ego das nossas elites que se diziam representativas do nosso *ethos* cultural.³⁴²

Situação esta, sentida fortemente na maioria dos autores “clássicos” que se propõem a produzir a história de Santa Catarina, e que mesmo possuindo obras específicas sobre negros/ escravidão, como é o caso de Walter Fernando Piazza (*O Escravo numa Economia Minifundiária*, de 1975, e *A Escravidão Negra numa Província Periférica*, de 1999), o que se percebe é a falta de diálogo com as fontes em busca de uma leitura mais apurada da participação de negros e afro-descendentes na constituição da sociedade catarinense. Do mesmo modo, Oswaldo Rodrigues Cabral em *História de Santa Catarina* (1968), apoiado em uma ótica freyreana, ao se referir à condição escrava de africanos e “crioulos” (termo usado pelo autor) escrevia: “em geral eram bem tratados, não sendo aqui, senão excepcionalmente, castigados com vigor ou desumanidade”³⁴³, que no melhor estilo *Casa-grande e senzala*, reafirmava uma escravidão composta de senhores bondosos e escravos submissos.

Todavia está não é a conclusão a que despontam outros estudos, tais como da escola sociológica de Florestan Fernandes:

É preciso ressaltar que a violência, a repressão e a coerção, apontadas como as principais formas de controle social do comportamento do escravo noutras áreas do Brasil, encontravam igualmente, em Desterro, onde a escravidão foi essencialmente doméstica e os senhores possuíam poucos escravos, a mesma espécie de aplicações, como o recurso mais eficaz para a manutenção da ordem estabelecida.³⁴⁴

Porém, Cabral, em 1971 ao publicar uma das suas mais primorosas obras,

342 MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988. p. 19.

343 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2 ed., Rio de Janeiro: Laudes. p. 168.

344 CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 181.

intitulada *Nossa Senhora do Desterro*, dedicou todo um capítulo ao cotidiano dos escravos negros. Revendo sua visão romântica sobre a condição escrava, talvez sob influência de *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis* (1960) de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, pontuava: “(...) chega de números, que podem dizer muito, mas não contam coisa alguma a respeito da vida sob o cativo, tanto mais que sempre houve por aqui a convicção de que os escravos em Santa Catarina viviam num paraíso – e isto está muito longe de ser a verdade, perdoem-me os ufanistas”.³⁴⁵

A rigor, neste tipo de obra sobre Santa Catarina, o negro somente encontra um lugar social através da condição de propriedade no regime de escravidão, em detrimento de suas experiências, ou seja, inexistente uma reflexão sobre práticas vividas por pessoas ou grupos³⁴⁶ enquanto prioridade histórica na análise das populações de origem africana. Exatamente por isso, tal historiografia desfalece em sua escrita sempre que se propõe a expor as contribuições africanas para a sociedade catarinense, enquanto páginas e mais páginas são preenchidas - isto para não mencionar livros específicos – para realçar em primeiro plano a cultura portuguesa-açoriana³⁴⁷, e num segundo plano, a alemã, a italiana e a polonesa. Ao se debruçar sobre os africanos³⁴⁸, pouco (muito pouco) há o que escrever para além da escravidão, de afro-superstições (feitiços e lobisomens), de clubes carnavalescos e abolicionistas (organizado por brancos) e da eloquente e motivadora poesia de um tal Cisne Negro, nascido João³⁴⁹.

Desta forma, tais obras preconizam uma reduzida importância ou se preferirem uma esparsa participação da população negra na formação do Estado de Santa Catarina,

345 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. 2 – Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 381.

346 THOMPSON, E. P. *Mesa, você existe?*. In: E. P. Thompson. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros – uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 15.

347 Durante o Primeiro Encontro Catarinense de História realizado em 1948 seria lançada a pedra fundante do açorianismo enquanto valorização identitária do litoral catarinense, a partir daí surgindo uma grande gama de estudos sobre a colonização portuguesa de cariz açoriano em Santa Catarina.

348 A este se inclui o silenciamento historiográfico a introdução de japoneses a partir da década de 1970 em Santa Catarina, responsáveis pelo aperfeiçoamento do cultivo da maçã na serra catarinense.

349 Referência ao poeta simbolista Cruz e Sousa.

tanto no passado quanto no presente. Para tanto, “são extremamente raras, e quase sempre pouco convincentes, as publicações históricas e sociológicas que tratam da escravidão e das relações raciais em Santa Catarina. E este silêncio, sem dúvida alguma, não é fortuito.”³⁵⁰ Desta forma, “a invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações.”³⁵¹

Sobre este emudecimento da escrita acerca dos negros, a antropóloga Ilka Boaventura Leite destaca:

Percorrendo a historiografia, é impressionante o silêncio que paira sobre a população negra. Mira (1920)³⁵², por exemplo, colocou um ponto final sobre o grupo, afirmando que “*a população de raça preta é pequena*” e passando a enfatizar a necessidade de imediata adaptação do imigrante e a sua definitiva fixação. Blum (1939)³⁵³ escreveu um texto sobre a campanha abolicionista na antiga Desterro, onde os escravos e libertos não foram sequer mencionados. O que predomina é o enaltecimento dos “ilustres” da sociedade catarinense e uma saudação à memória dos abolicionistas.³⁵⁴

Visando justificativas, há aqueles que advogam que a pouca relevância atribuída ao negro na feitura da história catarinense se dá pelas inexpressivas levadas de escravos que a região recebeu, sempre que comparada com outros centros mais dinâmicos na utilização de mão-de-obra africana. Todavia, tal peculiaridade catarinense é refutável, pois:

(...) procuravam ver, estudar e interpretar o negro não como um ser socialmente situado numa determinada estrutura, isto é, como escravo e/ou ex-escravo, mas como simples componente de uma cultura diferente do *ethos* nacional. Daí vermos tantas pesquisas serem realizadas sobre o seu mundo religioso em nível etnográfico e sobre tudo aquilo que implicava *diferença* do padrão ocidental, tido como

350 PEDRO, Maria Joana. (Org.). *Negro em Terra de Branco*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 62.

351 LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). *Negros no Sul do Brasil*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 41.

352 Refere-se a Cripim Mira e sua obra *Terra Catarinense*.

353 O autor em questão é Heitor Blum e seu livro *A Campanha Abolicionista na Antiga Desterro*.

354 LEITE, *Op. Cit.* p. 43.

normativo, e tão poucos estudos sobre a situação do negro durante a sua trajetória histórica e social. Minimiza-se por isto, inclusive, o número de escravos entrados durante o tráfico negreiro, fato que vem demonstrar como esses estudos, conforme já dissemos, assessoram, consciente ou inconscientemente, e municiam a subjacência racista de grandes camadas da população brasileira, mas, especialmente, o seu aparelho de dominação. Não mostram a importância social do tráfico e não procuram (na sua maioria) demonstrar como **a importância sociológica do tráfico não se cifra ao número de escravos importados, mas na sua relevância estrutural** (grifos nossos) o que permite os seus efeitos se evidenciarem em grupos e instituições da sociedade que foram organizados exatamente para impedi-lo (...).³⁵⁵

Assim, o que não se vê em boa parte das obras sobre a história catarinense é o envolvimento direto de escravos negros na produção econômica do Estado, como na pesca da baleia, na agricultura, nos curtumes, nos engenhos de farinha e açúcar, nos serviços domésticos, assim como em diversos setores do comércio.

Mais ainda, neste emaranhado historiográfico de silêncios, estão incluídas tanto as mulheres cativas, como as proprietárias de escravos, produzindo a invisibilidade de todo o gênero feminino, pois, “(...) os documentos oficiais privilegiam o público, domínio do poder, onde raramente aparecem as mulheres, decididamente excluídas dos negócios e da política”, e “embora estejam presentes nas relações sociais e na vida mundana, são mencionadas na documentação como uma entidade abstrata (...)”.³⁵⁶

Desta forma, ao percorrer obras que se tornaram referência sobre este estado sulista, como *História de Santa Catarina* (1968) de Oswaldo Rodrigues Cabral e *Santa Catarina: sua História* (1983) de Walter Fernando Piazza, a voz de um estatuto de verdade similar à alegoria do “Ministério da Verdade” contido na obra *1984*, sussurrava aos ouvidos: “havemos de te transformar em gás e te soltar na estratosfera”³⁵⁷, e neste sentido não seria de estranhar que com rara exceções, como da mulher-heroína Anita Garibaldi, e da primeira mulher catarinense a eleger-se deputada, Antonieta de Barros,

355 MOURA. *Op. Cit.* p. 20-21.

356 RONCAGLIO, Cynthia. *Pedidos e Recusas: Mulheres, Espaço Público e Cidadania*. Curitiba: Pinha, 1996. p. 14.

357 ORWELL. *Op. Cit.* p. 236.

que, porém, sempre ganharam um espaço reduzido se comparado com personalidades masculinas, os poucos nomes de mulheres que aparecem nesta historiografia catarinense são simples expressões de atributos femininos ou de papéis normativos. Nesta perspectiva:

O imaginário confuso que se criou em função da “invisibilidade” da presença feminina como sujeito histórico deveu-se principalmente ao fato de a história ser escrita no masculino, evidenciando apenas os feitos dos homens. Em certos casos, quando se mencionava a presença feminina era para enaltecer ou abominar aquelas que cumpriam ou transgrediam os papéis sociais que lhes eram impostos.³⁵⁸

Como pode ser percebido na obra *Nossa Senhora do Desterro* (republicada em dois volumes em 1979) de Oswaldo R. Cabral, um dos estudos em que mais aparece o registro de figuras femininas quer seja em papéis normativos (esposas, filhas), quer seja em personagens que fugiam de modelos de conduta (bêbadas, desterradas), todavia, no ínterim de sua proposta de compor uma história “autêntica, sincera e pitoresca”, eis que a voz deste homem educado na infância por jesuítas no Colégio Catarinense, em sua “sinceridade” de memorar a outrora Desterro e envolto pelo “espírito da época”, deixava escapar por entre os seus relatos elementos detratores do gênero feminino, como este ao tratar dos “veículos da época”, os animais de montaria que pela cidade circulavam defecando pela rua, “(...) enchendo-a de cheiro quente e característico que atraía as galinhas de todo o quarteirão. Nada de ruim...”, em que reitera, “afinal, a mais importante conquista do homem, depois da mulher (...)”.³⁵⁹

No segundo volume de *Nossa Senhora do Desterro*, num capítulo intitulado “Porque a História é longa e extenso o capítulo, aqui se continua...”, que se punha como continuação das narrativas do capítulo predecessor sobre os escravos e cativos, tece descrições sobre os castigos efetuados contra a população escrava, afirmando como

358 CAROLA, Carlos Renato. *As Trabalhadoras nas Minas de Carvão de Santa Catarina* (1937-1964). In: MORGA, Antonio (Org.). *História das Mulheres de Santa Catarina*. Chapecó: Argos/ Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001. p. 120.

359 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. 1 – Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 187.

“regra geral” (palavras do autor) que a crueldade nos suplícios físicos encontrava sempre exageros na ação punitiva das patroas, “(...) as mais duras de coração (...)”³⁶⁰, enquanto era mais branda quando executada pelos homens, ainda que em sua própria obra apareçam variáveis exemplos de crueldade praticados em maior número por homens contra seus escravos.

É possível que a imagem que Oswaldo Rodrigues Cabral tinha das mulheres correspondesse ao estereótipo de “fragilidade” e “bondade natural”. Ao deparar-se com uma documentação que mostrava atos cruéis cometidos por essas “frágeis” criaturas, tendia a exagerar, generalizando, fazendo afirmações tão estereotipadas como aquelas que despontavam em suas imagens de mulher.³⁶¹

Neste sentido, quando sua presença não era silenciada pela historiografia preocupada com o espaço público, do qual a mulher destinada a sua “natureza” de reprodutora da espécie estava excluída, sua visibilidade social vinha plena de estereótipos tão dolosos quanto à posição de obscuridade atribuída a sua existência cotidiana.

E nestas veredas de “histórias de gente sem história”, ao percorrer os olhos por entre fotografias envelhecidas, que registram momentos de grandes transformações citadinas na capital de Santa Catarina, vê-se nas construções de pontes e de avenidas legiões de trabalhadores, operários que em seus canteiros de obras davam forma as coisas. Preferiram, assim, aqueles memorialistas e historiadores creditar a feitura de tais obras às personalidades ilustres da política local.

360 *Idem*. Vol. 2 – Memória. p. 424.

361 PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas uma Questão de Classe*. 2 ed., Florianópolis: UFSC, 1998. p. 120.

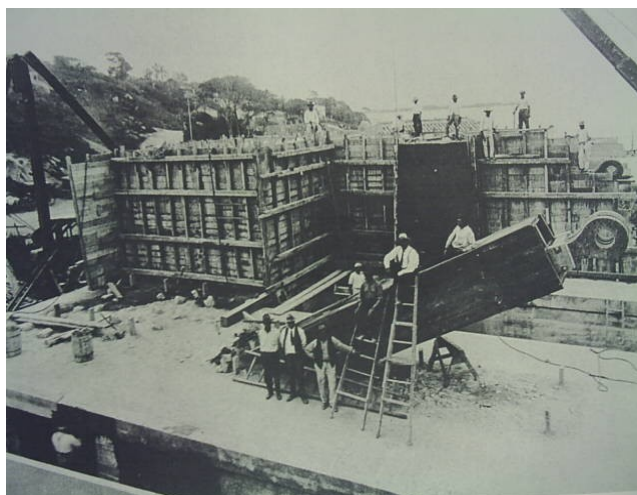


Imagem 9: Construção do pilar de ancoragem da Ponte Hercílio Luz, ao fundo é perceptível inúmeros operários³⁶²



Imagem 10: Trabalhadores efetuando a construção da Avenida Hercílio Luz³⁶³

Entretanto, a construção da ponte Hercílio Luz, por exemplo, contou com algumas dezenas de trabalhadores, dos quais alguns perderiam suas vidas nos quatro anos de trabalho (1922-1926). Esta situação, todavia, não aparece em estudos como de Djanira Maria Martins de Andrade, que historiciza a construção da ponte registrando minúcias acerca da empresa norte-americana encarregada da construção e sobre o papel político de Hercílio Luz em tal empreendimento. Daí, possivelmente, o descontentamento que outra pesquisadora desse mesmo tema acaba demonstrando:

(...) quem fez os sapatos que Hercílio Luz usou no dia da inauguração da ponte que levou seu nome? Quem fez o terno? O seu chapéu? Parodiando Brecht, não há livros escritos sobre o

362 Foto extraída da obra *Hercílio Luz uma Ponte* confeccionada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

363 *Idem*.

momento em que Hercílio Luz faz os seus sapatos e suas roupas, no entanto, ele nunca andou descalço ou nu.

Esta história não é muito alegre e, em alguns momentos, é dolorosa, muito dolorosa. É a história de milhares de profissionais que foram imprescindíveis para satisfazer necessidades da sociedade, e, todavia, a história oficial insiste em que eles devem ser esquecidos.³⁶⁴

Não obstante, preocupações acerca das experiências de trabalhadores, assim como de seu papel político e social, não estavam pelo visto na ordem do dia cultivada por vários historiadores. Como bem pontuou Cristina Scheibe Wolff ao reportar-se ao livro *Santa Catarina: sua História* de Walter Fernando Piazza,

No item *A industrialização (de 1850 a 1900)*, o autor, após breve introdução relacionando o processo de industrialização catarinense com a imigração e citando o surgimento das primeiras indústrias dos ramos têxtil, metalúrgico, tipográfico, de alimentos etc., passa a biografar o que chama de *lideranças*: 14 empresários de origem germânica e um de origem italiana, fundadores de empresas e grupos econômicos, muitos dos quais ainda mantêm grande importância até hoje. **Nenhuma palavra sobre a mão-de-obra** (grifos nossos).³⁶⁵

Sílvio Coelho dos Santos, o já referido antropólogo que se propunha a escrever uma *Nova História de Santa Catarina* (1974), dando voz a agentes históricos coletivos entre os quais os povos indígenas, grupo também muitas vezes invisível na historiografia regional³⁶⁶, praticamente nada tem a referir sobre as lides operárias. Em verdade, ele só o faz em uma nota numa terceira edição revista e ampliada de sua obra, afirmando: “existiam algumas ligas operárias e outras organizações populares, às vezes pretensamente revolucionárias, embora pouco expressivas”, e mais à frente escreve que

364 AUED, Bernardete Wrublewski. *Histórias de Profissões em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999. p. 06.

365 WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia Catarinense: uma Introdução ao Debate*. In: Revista Catarinense de História, nº 2. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1994. p. 8.

366 Reportando-se a esta invisibilidade, outro pesquisador, Rodrigo Lavina pontuava: “(...) entre os historiadores, o assunto raramente passa de um capítulo no início das obras sobre a História do Estado ou das comunidades que o formam, repetindo sempre as mesmas fontes e eternizando lugares-comuns a respeito destes povos (...)”. LAVINA, Rodrigo. *Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis*. In: BRANCHER, Ana. (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 73.

“na região de Criciúma, surgiu uma forte organização operária sindical em função da mineração”³⁶⁷ e sem maior fôlego, silencia-se.

Esparsas experiências relacionadas às peculiaridades deste estado sulista, com traços de uma economia litorânea agro-pesqueira predominante até avançada a segunda metade do século 20³⁶⁸, assim como pelo desenvolvimento de uma pequena e média indústria até a década de 1940, somente a partir da década de 1960 Santa Catarina consolidaria um imponente parque industrial. Desta forma:

Em 1968, inaugura-se uma nova fase de grande dinamismo que resultou no chamado milagre brasileiro, (...) a indústria catarinense atingiu desempenhos imprevisíveis (...) conquistando destarte amplos espaços no conjunto da indústria brasileira e adquirindo *status* de Estado industrializado.³⁶⁹

Todavia, mesmo diante de tal desenvolvimento econômico industrial que tardara a se projetar no cenário nacional e que produzia uma presença operária mais acentuada, é possível dizer que antes disso houve mobilização de trabalhadores em Santa Catarina enquanto sujeitos que transgrediram a rotina vigente por via das suas idéias e práticas quer de índole socialista, anarquista ou anticlerical. E tais trabalhadores, mesmo diante do “insucesso” de muitas de suas práticas e da negligência da História, deixaram sinais na trilha de fábricas de gasosas, cervejas, charutos, tecidos, sinos, gelo ou pregos.

Contrapondo esta História “vista de cima”, é possível elaborar uma outra História cujos instrumentais de análise procuram uma “vista de baixo”, que reconhece que “para sobreviverem, seleiros, ferreiros, encadernadores e oleiros lutam, o que significa afirmar que essas lutas são históricas. Estes personagens sociais são aqui considerados como questões humanas e nada do que é humano é natural, mas histórico”.³⁷⁰ Mas onde estão

367 SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. 4 ed., Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998. p. 116.

368 Para maiores detalhes ver: CUNHA, Idaulo José. *A Indústria Catarinense no Século XX*. In: CORRÊA, Carlos Humberto. (Org.). *A Realidade Catarinense no Século XX*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000. p. 275.

369 *Idem*. p.287.

370 AUED, Bernardete Wrublevski. *Op. Cit.*, p. 75.

estes trabalhadores? Onde estão os agitadores políticos, quer socialistas, quer anarquistas, pois é sabido que “nos Estados do sul, - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul – o elemento socialista é numeroso, especialmente entre os estrangeiros (...)”.³⁷¹

Vazios da escrita que podem ser sentidos na ausência de assuntos como o nazismo e o integralismo manifestos em Santa Catarina durante as décadas de 1930 e 1940, revelando um passado que “(...) só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”.³⁷² Sim, porque ao percorrer duas das mais expressivas referências (até o final do século 20) sobre a história deste Estado, que são: *História de Santa Catarina* (1968) de Oswaldo R. Cabral e *Santa Catarina: sua História* (1983) de Walter F. Piazza, que anos depois seria compactada com a ajuda da professora Laura Machado Hübener visando seu uso nas escolas do então segundo grau, e re-intitulada de *Santa Catarina: História da Gente* (1987), o que se tem é um completo silenciamento sobre as movimentações nazistas e integralistas, temendo quem sabe revolver um passado que se preferia manter esquecido, assim como “apagado” da vida e da história, passado este “sempre conflituoso”, ao mesmo tempo que “inevitável”.³⁷³

Oswaldo R. Cabral em especial foi o autor da façanha de tratar da Primeira e da Segunda Guerra, incluindo aí o período entre-guerras de 1918 a 1939, e com todas as suas ressonâncias em Santa Catarina, num espaço de um pouco mais de uma página, discorrendo basicamente acerca do “sangue heróico dos barrigas-verdes” derramado na campanha dos pracinhas da FEB. Desta forma, pangermanismo, nazismo, fascismo ou integralismo foram categorias que não ganharam registro em tal obra, tanto quanto ficou de fora desta sua História de Santa Catarina o próprio processo de nacionalização do ensino levado a cabo no transcurso da Segunda Guerra em regiões de forte presença

371 PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil: 1889 – 1930*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 62.

372 BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. 7 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 224.

373 SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

imigratória alemã ou italiana, revelando neste sentido uma história “aplainada, estreitada, condensada”, em que “fatos inconvenientes não são mencionados.”³⁷⁴

Mas o que é de se estranhar em um historiador da importância de Cabral, que se valia para a constituição de suas obras de uma minuciosa pesquisa das fontes, é o fato do mesmo ter passado à distância de importantes documentos produzidos durante a guerra referentes ao nazismo e ao integralismo no Sul do Brasil, tais como: *O Punhal Nazista no Coração do Brasil* (1943), obra-dossiê da ação nazista em Santa Catarina de autoria do Coronel Antonio de Lara Ribas, que na senda do dossiê *A 5ª Coluna no Brasil* escrito 1942 por um membro do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social, neste caso do Rio Grande do Sul), Aurélio da Silva Py, visava apresentar o ponto de vista da polícia política acerca das atividades do nazismo no Sul do Brasil e, também, da repressão desencadeada contra ele (outrossim, no Paraná publicava-se uma brochura, como separata do jornal *O Dia*, em forma de dossiê, intitulada *Hitler Guerreia o Brasil há Dez Anos*, seguido do texto *Infame Trama Nazista no Paraná*). Na obra, Lara Ribas, envolto pela atmosfera da guerra e da caça aos nazistas, afirma:

O Estado de Santa Catarina, um dos que receberam grandes correntes imigratórias procedentes da Alemanha e da Áustria viu seu território, a começar de 1929, invadido por uma verdadeira onda frenética de partidários do fuehrer alemão, os quais iniciaram desde logo a fundação de núcleos hitleristas que foram crescendo, sucessivamente, à medida que lhes era permitido propagar as suas idéias entre as populações de sangue germânico.³⁷⁵

Era, pois, um alerta antinazista, levado a cabo em Santa Catarina pelo governo do interventor Nereu Ramos, e que mesmo em se tratando de um relato do aparelho estatal-policial, enquanto versão oficial da verdade, não perdia o seu valor enquanto material revelador das tensões vividas na época. Todavia, nem mesmo ao tratar do governo

374 THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 131.

375 RIBAS, Antonio de Lara. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. 2 ed., Florianópolis: Imprensa Oficial, 1944.

Ramos, o livro de Cabral abordaria os contatos e aproximações entre signatários do Terceiro Reich e o poder público, o que confirmaria a seguinte observação do historiador Luiz Roberto Lopez: “(...) a revisão da História oficial é um modo de fazer com que o resgate do passado auxilie aos que estão comprometidos com as transformações do presente”³⁷⁶.

Também nada teria a falar sobre tais acontecimentos a obra de Walter F. Piazza *Santa Catarina: sua História* que com um pouco mais fôlego do que Cabral tratou dos reflexos da Primeira e da Segunda Guerra em Santa Catarina, e que mesmo fazendo registro da onda “germanófila” da década de 1910 e do processo de nacionalização do ensino em regiões de imigração teuta ou ítala entre os anos de 1930 e 1940, patrocinadas pela Campanha de Nacionalização, não ousaria efetuar qualquer menção a práticas nazistas desenvolvidas no Estado. De forma similar se portaria frente ao integralismo, que em sua obra aparece de forma rara e somente como uma corrente política que disputava a cena com outras agremiações locais, porém sem nunca destacar suas particularidades ideológicas. Curiosamente, sua obra trás uma fotografia de um grande encontro integralista, com a presença do seu líder Plínio Salgado, realizado em Blumenau em 1935, sem, contudo, entrar em qualquer discussão acerca disto ou de outras questões referentes à Ação Integralista Brasileira (AIB) em Santa Catarina.³⁷⁷

Porém a partir de outras fontes é possível elucidar que a desenvoltura do integralismo “começou a se expandir por todo o estado de Santa Catarina, em especial nas zonas de colonização alemã e italiana”³⁷⁸ e neste sentido “há evidências de que houve colaboração entre integralistas e nazistas (...)”³⁷⁹. Não obstante, o “(...) que se coloca é se o fato de alguns líderes terem apresentado o integralismo como equivalente brasileiro do

376 LOPEZ, Luiz Roberto. *Do Terceiro Reich ao Novo Nazismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 11.

377 Em *Dicionário Político Catarinense* (1985), organizado por Walter F. Piazza, tem-se um verbete intitulado Ação Integralista Brasileira, porém o mesmo não vinha das mãos de pesquisadores catarinenses, sendo o mesmo de autoria do historiador gaúcho René Gertz, um especialista no assunto.

378 FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre Ontem e Amanhã*. Diferença Cultural, Tensões Sociais e Separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Univali, 2000. p. 124.

379 GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 192.

nacional-socialismo foi o fator decisivo para sua ampla aceitação nos municípios de imigração alemã”³⁸⁰. Mais ainda, escreve Marlene de Fáveri:

Se a historiografia sobre Santa Catarina tem-se omitido até bem pouco na visualização das miúdas franjas e relações vividas durante aqueles anos da Segunda Guerra, este “silêncio historiográfico” pode ser interpretado como um cuidado da sociedade civil em “esquecer” acontecimentos que lhe são duros de lembrar? Ou seria a ausência de arquivos específicos e documentação farta? Ou seria, ainda, a memória oficial posterior à guerra, que fez prevalecer mitos e heróis, homens públicos e redes políticas entre partidos que naquele momento se degladiavam e excluíam, rearranjando-se depois no poder onde estão até hoje? A dificuldade de ouvir o outro, principalmente deixar que fale de suas lembranças e ouvir os silêncios e os rancores? Penso que um conjunto de coisas contribuiu para esse silenciamento e, se atentarmos para uma preocupação de Peter Burke sobre os usos da memória social, observa-se que os vencedores que escrevem suas histórias *podem dar-se o luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revive-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente.*³⁸¹

Desta forma, percorrendo *Santa Catarina: sua História*, em especial pelo seu capítulo “A 2ª Guerra Mundial e os seus reflexos”, o que chama a atenção é que na bibliografia complementar (apresentada ao final de cada capítulo) existe a indicação de *O Punhal Nazista no Coração do Brasil* do Coronel Antonio de Lara Ribas, evidenciando por um lado o conhecimento de tal suporte documental por parte do autor e, por outro lado, a opção de passar por cima de tais fatos, que também fizeram parte da “História da Gente – da gente catarinense”.³⁸²

Porém, houve quem, como Apolinário Ternes, que ousaria discorrer sobre este passado incomodo, como podemos evidenciar em sua obra *História de Joinville: uma Abordagem Crítica* (1981), em que amparado nos estudos sobre o desenvolvimento do nazismo na América do Sul, elaborado pelo historiador norte-americano Richard Dalbey, assim como na obra *O Punhal Nazista no Coração do Brasil* e em matérias do jornal *A*

380 *Idem*. p. 193.

381 FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) Guerra*. Cotidiano e Medo Durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2 ed., Itajaí: Univali; Florianópolis: UFSC, 2005. p. 21.

382 Expressão usada por Walter F. Piazza no começo da Apresentação de *Santa Catarina: sua História*.

Notícia, daria visibilidade a acontecimentos desta natureza em Joinville, lugar em que a população de origem ou de descendência alemã nutria simpatia pelo nazi-fascismo. Desta forma, o estado de Santa Catarina,

(...) era o que mais nazistas – ou simpatizantes – abrigava, daí, aliás, a importância e a profundidade que a “Campanha da Nacionalização”, desencadeada pela 5ª Região Militar, obteve neste Estado, notadamente no Vale do Itajaí e nas colônias do Norte, como Joinville, São Bento, Jaraguá e também São Francisco do Sul, como ainda na própria Capital do Estado, Florianópolis, que também possuía seus grupos nazistas.³⁸³

Assim, Ternes foi um dos primeiros a incluir tal temática na historiografia catarinense, fornecendo a partir do estudo de caso da cidade de Joinville um rol significativo de elementos sobre a desenvoltura do Nacional-Socialismo Alemão em todo o Estado, ousando, pois, narrar o que tantos haviam deixado de lado e assumindo a responsabilidade de não fazer esquecer os “(...) focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos”.³⁸⁴

Mas se por um lado a historiografia sobre Santa Catarina em sua hegemonia é feita de silêncios, enquanto marca vigente do século 20, por outro lado, não há como negar uma trama de pertencimentos, que carregados de sentidos, dão mostra das escolhas investigativas destes pesquisadores, evidenciando por quais veredas se forjava a memória histórica. De imediato caracterizando-se “(...) pela narrativa de acontecimentos essencialmente políticos, administrativos e militares de indivíduos da elite e pela utilização quase exclusiva de documentos escritos – geralmente oficiais -, visando atingir a objetividade”³⁸⁵.

Nesses termos, obras ganhavam forma e volume ao trilharem uma trajetória, sinalizada pela ocupação da costa catarinense, pelas expedições portuguesas, por núcleos

383 TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981. p. 262.

384 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 29.

385 DALLABRIDA, Norberto. *A Historiografia Catarinense e a Obra de Américo da Costa Souto*. In: *Revista Catarinense de História*, nº 4, Florianópolis: Insular, 1996. p. 10-11.

de povoamento, pela passagem de navegadores europeus na Ilha de Santa Catarina. Assim como, pelo povoamento açoriano, que imprimia novos rumos ao litoral catarinense.

Narrativas que vinham ainda marcadas por expedições religiosas, grupos indígenas, pela constituição de colônias alemãs, italianas ou polonesas, relações de escravidão, genealogias de municípios, jurisdição eclesiástica e estruturas político-administrativas. Outrossim, na constituição desta memória tem-se os processos de urbanização, industrialização, transporte, comunicação, cingido por atividades literárias e pelo dinamismo socio-religioso, não obstante, alimentada da “importância dada à política e aos *grandes homens*”.

Porém se agregarmos nesta esteira, a produção histórica do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), sinalizada por revistas e livros³⁸⁶, tal painel historiográfico ganha os seguintes traços: saúde pública, saneamento, integração micro e macro-regional, meio ambiente, comércio, indústria do turismo, assim como, o desenvolvimento científico e tecnológico.

Seja como for - salvo críticas a parte -, “(...) muitos são (...) os fatos, os personagens e os sentimentos de certas épocas que podem ser captados através desta história local”, enquanto indícios que acenam rumo a constituição de novos olhares sob o mesmo objeto, ou que evidenciam novos sujeitos neste paralelo, que em sua trajetória investigativa vai “(...) preenchendo as lacunas e os espaços em branco deixados em suspenso pelos próprios enunciados contido nesse ‘fato histórico’”³⁸⁷.

3.3 – Metamorfoses do retrato

“Este estudo procura analisar alguns aspectos que se mostraram decisivos para as tentativas de reajustamento social à ordem capitalista em Florianópolis durante a Primei-

386 Entre estes destacamos: CORRÊA, Carlos Humberto. (Org.). *A Realidade Catarinense no Século XX*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

387 DECCA, *Op. Cit.* p. 49.

ra República”³⁸⁸, assim, no final da década de 1980 Hermetes Reis de Araújo, resumia as motivações de sua pesquisa *A Invenção do Litoral*, que imprimia inovações a ótica historiográfica de Santa Catarina³⁸⁹. Nesta senda, a década de 1990 abrigava novos legados, especialmente perceptíveis na pesquisa *Os Filhos da Falha*³⁹⁰ de Henrique Luiz Pereira Oliveira, que tratava da prática de abandono de crianças em Desterro no século 19. Para tanto, nesta nova conjuntura histórica, “(...) enfim, se reconhece que os sujeitos históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios que os colocam numa relação consigo mesmo, diferenciada e se projetando no tempo (...)”³⁹¹.

Como novo fôlego legado à historiografia sobre Santa Catarina, em 1999, durante o XX Encontro Nacional de História sediado na UFSC, era socializada a publicação-lançamento de *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*, organizada por Ana Brancher, que através de onze ensaios forjados pelas mãos de treze pesquisadores aportava novos estudos de historiadores vinculados a academia, como Luiz Felipe Falcão, Hermetes Reis de Araújo, Rodrigo Lavina, Cristina Scheibe Wolff. Sobre o diferencial desta obra a organizadora destacava:

São estudos contemporâneos não somente pelo período que abordam, mas sobretudo pelo enfoque que adotam. Ao contrário de supor a existência de uma história que, por já ter ocorrido, estaria pronta, apenas à espera de um historiador disposto a contá-la, o que caracteriza os artigos é a consciência de que o trabalho do historiador interage com o passado e de que é ele quem dá a forma e o sentido à história narrada.³⁹²

388 ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral*. Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989. p. 05.

389 Outro trabalho “diferencial” realizado nos anos 80 foi *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: Estudos das Alterações Estruturais (Século XVII-1960)* do professor Augusto da Costa Souto, pesquisa esta, desenvolvida através de perspectivas braudelianas.

390 OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha: Assistência aos Expostos e Remodações das Conduas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1990.

391 PAOLI, *Op. Cit.* p. 57.

392 BRANCHER, Ana & OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Apresentação*. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 07.

Neste sentido, tal coletânea propunha-se a discorrer sobre temáticas como condição feminina, urbanismo e saúde pública, questão indígena, populações afro-descendentes, movimento integralista, agrupações nazistas, etc., apresentando novas perspectivas historiográficas voltadas para o “silêncio dos vencidos” e que incluíam em suas abordagens novos agentes históricos. Para tanto:

A historiografia caracteriza-se por dispor, em determinados momentos, de diferentes conjuntos de elementos, os quais são considerados relevantes para uma determinada forma de história de alguma região, os quais poderíamos chamar de “ordem da historiografia”. Esta “ordem da historiografia” é responsável pela inclusão ou exclusão de determinados elementos deste conjunto e poderíamos dizer que esta “ordem” - que se reorganiza sob outras formas em épocas e momentos diferentes – opera através de construções. Se a inclusão de novos elementos a esta ordem é possível, é porque ela já não é mais a mesma, pois permite que tal ocorra e porque muito provavelmente se encontra, configurando-se sob uma nova forma.³⁹³

Nova forma historiográfica sob a qual *História de Santa Catarina Estudos Contemporâneos* simbolizaria um dos marcos e que, mais adiante, foi complementada por mais dois volumes dedicados, um, ao século 19, e outro, à América Portuguesa. *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos* era uma publicação da Letras Contemporâneas, editora esta que se consolidava como um importante expoente na divulgação de novos olhares sobre a história catarinense a partir de “temas e questões-problemas”, como os que aparecem nos livros *Negros no Sul do Brasil - Invisibilidade e Territorialidade* (organizado em 1996 por Ilka Boaventura Leite, é um importante investigação sobre o papel das populações negras no estrato social, enquanto seres munidos de saberes, sentidos e histórias); *Oktoberfest: Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp* (publicado em 1997 sob a autoria de Maria Bernardete Ramos Flores, que propunha discutir os bastidores dos usos e costumes, tomando como objeto de estudo as festas de outubro realizadas em Blumenau, enquanto produto social e

393 SALOMON, Marlon Jaison & VOIGT, André. *Colonização Alemã e Escravidão no Vale do Itajaí*. In: FERREIRA, Cristina & FROTSCHER, Méri (Org.). *Visões do Vale: Perspectivas Historiográficas Recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 55.

imaginário, trazendo ainda em seu bojo reflexões sobre os mecanismos de apropriação do tempo livre em tempo de consumo); e *História das Mulheres de Santa Catarina* (organizado em 2001 por Antonio Morga), cuja importância Zahidé Muzart pontua:

Por muito tempo esquecidas, as mulheres agruparam-se e lutaram pelo lugar que lhes tinha sido negado na História. A mesma História que só tratava dos vencedores, volta-se, a partir da História das mentalidades, a tratar também dos outros, não propriamente vencidos, aqueles que não impuseram armas de guerra e sim de trabalho.³⁹⁴

Desta forma, tal obra vinha de encontro à descoberta de “outras histórias” que favoreciam a inclusão de outros personagens sociais, entre estes as mulheres. Nesta perspectiva, Maria Izilda S de Matos destaca que: “as novas tendências de abordagem histórica emergentes (...) possibilitavam uma abertura para os estudos sobre a mulher, ao ampliarem áreas de investigação e ao renovarem a metodologia e os marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais (...)”.³⁹⁵

O emprego de novas orientações metodológicas já era perceptível desde a segunda metade da década de 1980, como bem demonstrava a publicação de *Negro em Terra de Branco* (organizado em 1988 por Joana Maria Pedro), obra que buscava trazer novas reflexões sobre o papel da escravidão em Santa Catarina, levando Norberto Dallabrida a comentar: “(...) emerge uma nova conjuntura historiográfica catarinense – ‘pós-moderna’? -, marcada pela exploração de novos objetos históricos, que demandam novas abordagens. A partir de novos olhares, a História catarinense passa a se sintonizar cada vez mais com o mundo (...)”.³⁹⁶

Em 2000, enquanto a sociedade blumenauense se agitava frente as comemorações dos 150 anos da fundação oficial de Blumenau, inaugurando monumentos e relógios, os quais seriam assistidos ao coro de “Blumenau, tens o nome

394 Contra-capá da obra *História das Mulheres de Santa Catarina*.

395 MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e História: Percursos e Possibilidades*. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). *Gênero sem Fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 75.

396 DALLABRIDA, Norberto. *A Historiografia Catarinense e a Obra de Américo da Costa Souto*. In: *Revista Catarinense de História*, nº 4, Florianópolis: Insular, 1996. p. 18-19.

do primeiro que chegou e desbravou tuas riquezas”, na outra ponta deste culto da memória vinha a público *Visões do Vale: Perspectivas Historiográficas Recentes*, obra organizada pelas pesquisadoras Cristina Ferreira e Méri Frotscher e que propunha uma investigação calcada por uma História-problema, “(...) em que a narrativa é construída a partir da formulação e desenvolvimento de um problema, através do qual se questiona o presente, o passado e a própria história que se escreveu sobre a região.”³⁹⁷ Desta forma, entre seus doze ensaios revelavam-se atos e fatos marcados por conflitos interétnicos, pela escravidão, pela experiência feminina ou por movimentos sociais. Mas o que chamava a atenção nessa nova perspectiva historiográfica era a inclusão de um tema até o momento quase intocado pelos pesquisadores da História de Santa Catarina, o anarquismo, que apesar da longa espera por fazer-se perceber aos olhos de *Clio*, recebeu a atenção de Rute Coelho Zendron. Acerca do que levava a autora a escrever sobre tal assunto, ela mesma pontuaria: “há tempos, li um texto sobre imigrantes em Santa Catarina, que me fez pensar sobre a existência de anarquistas e, portanto, na presença do anarquista em Blumenau.”³⁹⁸

Sobre as motivações que levavam à inclusão deste tema, explicaram as organizadoras o seguinte:

(...) que memória foi construída acerca do Vale do Itajaí durante estes anos? Na busca de respostas, logo nos vêm à tona uma série de questionamentos e a constatação de que muitas tramas precisam ser cortadas. E outras precisam ser tecidas, através de uma perspectiva que problematize a forma como se tem escrito e o que se tem escrito acerca do passado no Vale do Itajaí, assim como o porquê e sobre o que tem-se preferido silenciar.³⁹⁹

Esses apontamentos demonstravam que as investigações contidas em *Visões do Vale* pretendiam romper com a concepção de uma suposta neutralidade do saber

397 FERREIRA, Cristina & FROTSCHER, Méri (Org.). *Apresentação*. In: *Visões do Vale: Perspectivas Historiográficas Recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 07.

398 ZENDRON, Rute Coelho. *Anarquismo e Anarquistas em Blumenau*. In: FERREIRA, Cristina & FROTSCHER, Méri (Org.). *Visões do Vale: Perspectivas Historiográficas Recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 135.

399 FERREIRA & FROTSCHER. *Op. Cit.* p. 07.

histórico, reconhecendo as tensões aí presentes e daí decorrentes:

(...) se a relação entre conhecimento e verdade, entre conhecimento e coisa a ser conhecida é uma relação de força, de violência, não natural e, mesmo, arbitrária e descontínua, uma relação antes de distância e dominação do que de adequação e de assimilação, então nos compete pensar o sujeito não como um dado definitivo, mas se constituindo “no interior mesmo da história, e que é a cada momento fundado e refundado pela história”.⁴⁰⁰

Prosseguindo neste repensar investigativo acerca das novas pesquisas históricas em Santa Catarina, o ano de 2001 trazia consigo a publicação de *História de Santa Catarina no Século XIX*, que através da organização de Ana Brancher e Silvia Maria Fávero Arend fornecia a segunda etapa da trilogia “História de Santa Catarina” já referida acima. O livro, que continha onze ensaios, buscava também popularizar o conhecimento produzido nas universidades, assim como fazia uma releitura do passado histórico problematizando “objetos novos” ou “questões velhas com enfoques novos”.

Esta obra coletiva abrangia entre suas temáticas o processo de povoamento e colonização, relações interétnicas, experiência feminina, modelos de masculinidade, etc., durante o século 19, época esta de profundas transformações e desdobramentos políticos e sociais na Europa, quer pelas agitações de 1848, quer pela expansão da Revolução Industrial e pela exportação de diretrizes burguesas, com seus valores de vida e suas posturas, para todo o mundo. O livro foi publicado pela editora da UFSC, editora esta que seria outra grande estimuladora de obras compostas por um novo viés historiográfico presente no campo acadêmico, dentre as quais destacamos: *Nas Tramas entre o Público e o Privado* (publicado por Joana Maria Pedro em 1995) importante estudo sobre a imprensa desterrense do século 19 e que na senda de Jürgen Habermas busca discorrer sobre o poder público e os interesses privados; *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas uma Questão de Classe*⁴⁰¹ (publicada pela mesma autora em 1994) instigante análise

400 QUEIROZ, André. *Foucault – O Paradoxo das Passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999. p. 68-69.

401 Originalmente uma tese de doutorado, fazia parte daquele rol inicial dos anos 90 de novas dimensões investigativas. PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas, Mulheres Faladas: um Questão de Classe*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1992.

sobre a condição feminina na sociedade desterrense entre os séculos 19 e 20; *A Farra do Boi: Palavras, Sentidos, Ficções*⁴⁰² (publicada em 1997 por Maria Bernardete Ramos Flores), que se constitui em extraordinária pesquisa sobre a invenção de uma tradição açoriana e que, abordando a polêmica da “farra do boi” na Ilha de Santa Catarina, lançou reflexões sobre as mudanças sociais e de sentidos ocasionadas pela modernidade, entre elas a mudança de sensibilidades frente aos animais; *Igreja e Poder em Santa Catarina* (publicado em 1997 por de Élio Cantalício Serpa), outra importante obra que se propõe a discorrer sobre as práticas religiosas em entre os séculos 19 e 20, assinalando disputas de poder e conflitos entre elementos clérigos e agrupações anticlericais. Serpa, aliás, conjuntamente com Maria Bernardete Ramos Flores seria responsável pela Coleção Rebento, especializada na divulgação de obras sobre a história catarinense e que tinha na obra *A Guerra do Contestado* do próprio Élio Serpa o marco inicial do desejo de “contar a história outra vez, mas recontá-la no formato das narrativas que envolvem o narrador e o ouvinte”.

Neste ínterim, importantes pesquisas vinham a público dissipando mitos e rompendo silêncios, tais como: *Nazismo em Santa Catarina* (2000) do jornalista Aluízio Batista de Amorim; *Entre ontem e amanhã* (2000) do historiador Luiz Felipe Falcão e *Memórias de uma (outra) Guerra* (2005) da historiadora Marlene de Fáveri, trabalhos que abordavam temáticas incômodas para a historiografia sobre o Estado, tratando do nazismo, do integralismo e dos perseguidos durante a Segunda Guerra Mundial. Outrossim, *Lideranças do Contestado* (2004) do historiador Paulo Pinheiro Machado lançava novos olhares a respeito do movimento sertanejo levado a cabo no planalto catarinense; *A Fabricação das Elites* (2001) escrito por Noberto Dallabrida analisava a responsabilidade escolar do Ginásio Catarinense, na instrução e manutenção das elites em Santa Catarina. Por seu turno, escrito pela socióloga Bernardete Wrublevski Aued,

402 Também originalmente uma tese de doutorado, vinculada à nova historiografia da década de 1990. FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Teatro da Vida, Cenários da História: a Farra do Boi e outras Festas na Ilha de Santa Catarina – Leitura e Interpretação*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 1991.

História de Profissões em Santa Catarina (1999) lançava significativas reflexões sobre a experiência da classe trabalhadora, tecendo trajetórias envoltas por conflitos de interesses e ideologias políticas como o socialismo, o anarquismo e o comunismo.

Essa renovação da historiografia catarinense⁴⁰³ seria seguida pela publicação no transcurso de 2004 do último volume da trilogia *História de Santa Catarina – Séculos XVI a XIX*, organizado assim como o volume anterior pelas pesquisadoras Ana Brancher e Silvia Maria Fávero Arend e que apresentava aos leitores nove novos ensaios que versavam sobre “índios, naufragos, escravos libertos, fortalezas, instituições de ensino, instituições de governo, estratégias de poder, sistemas de colonização, formas de saber”⁴⁰⁴, compondo um conjunto de análises que davam primazia à cultura e ao imaginário individual e coletivo do “período colonial”. A obra em questão ainda contava com um magistral prefácio de Henrique Luiz Pereira Oliveira.

E nesta esteira de renovadas visões históricas que percorriam o horizonte, é que,

Desde ao menos meados dos anos 1990, é possível detectar o esforço em caracterizar um determinado modelo de produção historiográfica, genericamente entendida como “tradicional”, que teria prevalecido até recentemente em Santa Catarina. Em linhas gerais, seria uma produção que adotaria perspectiva linear, factual, acrítica, excludente, “positivista”. A produção da “nova geração” de historiadores catarinenses, por sua vez, realizaria quase que uma inversão das características do modelo “tradicional” – portanto, proporia uma história não-linear, não factual, problematizadora, crítica, valorizadora dos grupos e sujeitos tradicionalmente excluídos dos discursos sobre a história catarinense. Além disso, a história da “nova geração” teria uma maior abertura em relação às fontes que servem de base ao trabalho do historiador: diversificando-se, elas teriam deixado de estar restritas aos “documentos oficiais”.⁴⁰⁵

403 Contribuindo para tal feito podemos ainda acrescentar: a *Revista Catarinense de História* (Fronteiras) editada pela Associação Nacional de História – Núcleo de Santa Catarina (ANPH-SC), *Esboços* revista do programa de pós-graduação em História da USFC, assim como, diversos trabalhos acadêmicos (TCC's, Dissertações, Teses).

404 OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Prefácio*. In: BRANCHER, Ana & AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *História de Santa Catarina – Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 09.

405 GONÇALVES, Janice. *Sombrios Umbrais a Transpor: Arquivos e Historiografia em Santa Catarina no Século XX*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2006. p. 24-25.

Essas obras, de certa maneira, representavam um divisor de águas entre novas e velhas formas de narrar a História e perceber a realidade, bem como eram a própria expressão de tais novas formas de narrar a História. Como exemplo disso, alguns dias depois ao lançamento de *História de Santa Catarina – Séculos XVI a XIX*, vê-se estampado nas páginas do jornal *Diário Catarinense* a seguinte afirmação: “ao mesmo tempo em que vem a lume *História política de Santa Catarina durante o Império*, monumental obra de Oswaldo Rodrigues Cabral, a Editora da UFSC lança, também de seu selo, uma *História de Santa Catarina*, que surpreende pela desfaçatez”⁴⁰⁶, assim escrevia em texto intitulado de “Academicismo e engodo” o pesquisador João Carlos Mosimann, autor da obra *Ilha de Santa Catarina 1777-1778 A Invasão Espanhola* (2003). Em sua crítica ao conteúdo da obra e aos autores, ainda pontua: “se dependêssemos desses historiadores, estaríamos diante de uma Santa Catarina sem história (...).”⁴⁰⁷ Assinalando o começo de uma contundente polêmica.

Evocando a clássica figura de historiadores catarinenses em especial Oswaldo Cabral, o insurgente Mosimann direcionava seu ataque num primeiro estágio ao rastro ralo de documentação primária na feitura dos escritos da obra em questão, para num segundo plano lançar objeções a um saber autorizado sobre a escrita. Neste sentido, acusava de “alguns acadêmicos consideram-se os únicos capazes de escrever a História e, corporativamente, menosprezam os não-acadêmicos que a ela se dedicam”.⁴⁰⁸

E no contraponto das acusações as organizadoras da obra polemizada, lançavam sua replica: “não pretendemos uma obra monumental. Adotar a linha do tempo como critério ordenador e perfilar nesta linha os acontecimentos mais importantes que ocorreram em determinado espaço geográfico é ainda, para muitos, uma única forma

406 MOSIMANN, João Carlos. *Academicismo e engodo*. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 20 de novembro de 2004 (Caderno “Cultura”) p. 15. (BPESC).

407 MOSIMANN, *Idem*.

408 MOSIMANN, João Carlos. *De polêmicas e medievais carapuças: uma tréplica a respeito de História de Santa Catarina – séculos XVI a XIX*. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 11 de dezembro de 2004 (Caderno “Cultura”) p. 16. (BPESC).

possível de narrar a história.”⁴⁰⁹

Veredas de tensões e dilemas que alimentavam o movimento da história frente novas tônicas investigativas, que marcavam a brasa cisões entre o ontem e o amanhã, assim como entre o ofício do ser historiador e o fazer história de forma diletante. Situações e visões que sob a sombra de *Angelus Novus*, voltavam parcialmente suas faces para o passado e ponderavam: “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”.⁴¹⁰

409BRANCHER, Ana & AREND, Sílvia Maria Fávero. *Leviandade e ressentimento*. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 4 de dezembro de 2004 (Caderno “Cultura”) p. 13. (BPESC).

410 BENJAMIN. *Op. Cit.* p. 229.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências libertárias cativam ainda uma significativa gama de investigações especialmente entre historiadores que encontram nas articulações ácratas da primeira metade do século 20 seu mote central de análise. E, dentre tais investigações, cabe mencionar a realizada por um grupo de pesquisadores vinculados a diversas universidades brasileiras em 2006 e publicada com o título de *História do Anarquismo no Brasil*⁴¹¹, na qual “percorrendo caminhos abertos e indeterminados, apareceram, reapareceram, os anarquismos, os anarquistas. De um passado que parecia repassado, ressurgiram, com suas cicatrizes e memórias, e as bandeiras negras da Liberdade”⁴¹².

Essa obra teve o mérito de desvelar uma ampla gama de experiências libertárias em várias partes do Brasil, demonstrando o quão significativa foi, e continua sendo, a presença dos ideais libertários no país. Isso, porém, produz um importante contraste com a memória histórica predominante no Estado de Santa Catarina, pois em obras que se propõem a traçar um panorama amplo da formação histórica do Estado não há praticamente qualquer menção a experiências anarquistas, permitindo então formular uma dúvida quanto a isso: invisibilidade ou inexistência?

Partindo dessa problemática, e instigado por referenciais da História do Tempo Presente que vêem, a história como “um vibrato do inacabado (...) que liberta o presente de seu autismo”⁴¹³, procurei apresentar um conjunto de trajetórias libertárias do começo e do final do século 20 em terras catarinenses, em especial de sua capital, Florianópolis, de maneira a retirar do esquecimento “aquilo que teria podido fazer de nossa história uma outra história”⁴¹⁴. Trajetórias essas que, na atualidade, seguem alimentando por vezes

411 Obra composta de 12 artigos, organizada por Rafael Borges Deminicis e Daniel Aarão Reis Filho, surgida a partir das discussões do Grupo de Estudos do Anarquismo (GEA) vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ao seu Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC).

412 DEMINICIS, Rafael Borges & FILHO, Daniel Aarão Reis. (Org.). *História do Anarquismo no Brasil* – Vol. 1. Niterói: UFF/ Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. p. 16.

413 TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru: Edusc, 2000. p. 137.

414 GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin*. Os Cacos da História. 2 ed., São Paulo: Brasiliense,

traços de “repetição como garantia da identidade, buscando-se, no lastro da tradição, o impulso e o vigor para sua continuidade”⁴¹⁵, como a tentativa na década de 1980 de retomar as atividades da Confederação Operária Brasileira (COB), ou de recriar o jornal *A Voz do Trabalhador*, assim como, de projetos comunitários rurais embasados no anarquismo à luz do Terceiro Milênio, a exemplo do *Vale da Utopia* no litoral catarinense.

Sendo um Estado sem grandes mobilizações operárias em grande parte de seu território, especialmente em cidades como Florianópolis, Lages ou São José (que jamais abrigaram um grande número de indústrias), através das páginas da imprensa anarquista do sudeste (a exemplo: *A Lanterna* e *A Plebe*) e da grande imprensa local foi possível encontrar o registro de peculiaridades do pensamento e da ação de anticlericais e anarquistas em todas elas, especialmente as legadas por imigrantes, através de atividades que iam de comunidades alternativas à colaboração na imprensa operária, e que foram mantidas na invisibilidade pela memória histórica predominante talvez porque contrariem a imagem do imigrante europeu ordeiro e trabalhador, apegado à família e à religião cristã, que teria forjado um Estado de Santa Catarina como ele tende a ser mostrado (e comercializado) por suas lideranças políticas e empresariais, bem como por muitos de seus letrados.

Por seu turno, a retomada de novas lides libertárias a partir do final da década de 1970 por meio da atuação do Núcleo Anarquista de Florianópolis (NAF) organizado por alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e também graças à difusão do jornal baiano *O Inimigo do Rei* em cidades catarinenses, ganhou um novo fôlego com a realização da Primeira Jornada Libertária na capital catarinense em 1986, que reunia grupos anarquistas de vários estados brasileiros, tendo como meta principal a rearticulação da Confederação Operária Brasileira (COB) enquanto instrumento de luta

1993. p. 52.

415 AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista. Uma Questão de Identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002. p. 361.

anarco-sindicalista. Encontro este, que revelava um novo perfil das movimentações libertárias, constituídas principalmente por segmentos oriundos das classes médias, via trabalhadores assalariados, tais como: professores, jornalistas, eletricitários assim como, por estudantes⁴¹⁶. Não obstante, a década de 1990 abrigaria uma acentuação ainda maior das práticas anarquistas e contraculturais com o nascente movimento anarco-*punk*, e com a desenvoltura de experiências baseadas na pedagogia libertária e na ecologia social, enquanto simbiose de questionamentos do *status quo* e de aspirações de uma transformação radical da sociedade.

Desta forma, através de diversas fontes, que iam de jornais operários do começo do século 20 até fanzines confeccionados por militantes *punks*, uma história do anarquismo em Santa Catarina tornava-se possível, tirando do anonimato protagonistas mantidos à margem da história pela memória histórica predominante no Estado. Neste sentido, pode-se dizer que aqui, tanto quanto em outras regiões do país, como a sudeste, as idéias e as experiências anarquistas estiveram presentes e atraíram sobre si arbitrariedades e ações repressivas. Todavia, tais idéias e experiências estiveram especialmente fadadas a um outro tipo de violência: a ocultação, o esquecimento. Assim negada sua existência, era “aniquilado, vaporizado” da história, o que evidenciava de certa forma: que “quem controla o presente controla o passado”⁴¹⁷. Para tanto, almejamos que a presente pesquisa dissipe as brumas acerca das manifestações de inspiração anarquista e anticlerical em Santa Catarina, contribuindo para a feitura de uma nova página tanto na historiografia catarinense como na referente aos movimentos libertários no Brasil.

Todavia esta investigação é apenas um passo entre tantos outros que poderão ser dados, pois o passado é “como um abismo que não se pára de cavar”⁴¹⁸, e outras articulações podem ser pesquisadas acerca do anticlericalismo, entre elas os vínculos de

416 Baseio-me nas amostragens dos questionários de inscrição da Primeira Jornada Libertária.

417 ORWELL, George. 1984. 23 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. p. 22 e 36.

418 JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *História – A Arte de Inventar o Passado*. Bauru: Edusc, 2007. p. 61.

anticlericais catarinenses com a Liga Anticlerical Paranaense e com o periódico gaúcho de inspiração anticlerical o *Lúmen*, assim como o jornal *Commercio de Joinville* que abria a suas páginas a propaganda anticlerical, que por uma questão de tempo e pertinência foram deixadas de lado, ou ainda o levantamento de outras experiências e personagens anarquistas através de memórias, por exemplo, como as relacionadas á presença de um anarquista espanhol, ex-militante da CNT, que em seu exílio nos anos 50 veio para a Ilha de Santa Catarina, ou como as referentes a um sapateiro anarquista na região do Contestado. Outrossim, sabe-se que inúmeros outros jornais libertários tiveram circulação por Santa Catarina, entre os quais: *A Terra Livre*, *Na Barricada*, *O Amigo do Povo* e que podem instigar novas dimensões de análise sobre a articulação de libertários do sul com o movimento anarquista sudeste. Mais ainda, entre arquivos públicos ou particulares, e em acervos localizados fora do país, novas informações podem identificar outras práticas de verve libertária, que nestas terras ao Sul do Brasil forjaram idéias, desejos e revoltas.

Assim, no embalo de uma história ainda em curso, e de faces inacabadas, fica a expectativa de que outros olhares vejam nas movimentações libertárias também um instigante objeto de estudo, na constituição de novas perspectivas sobre a história de Santa Catarina, e que possibilitem reflexões sob as quais nesse ensejo de relevar experiências esquecidas não tenhamos equacionado, propiciando conhecer de forma mais aprofundada o dinamismo desses indivíduos anarquistas e anticlericais. Assim, livre de noções históricas totalizantes, percebe-se que muitos segredos e silêncios o limbo da história ainda abriga, esperando que novos aventureiros, venham ao seu encaço, reavivando do túnel da história outras memórias.

Fontes

a) Impressas

Jornais

- *A Lanterna*, São Paulo – 1914, 1933, 1934, 1935.
- *A Notícia*, Joinville – 1990, 1993, 1994, 1996, 1997.
- *A Plebe*, São Paulo – 1917, 1935, 1948.
- *A Vanguarda*, São Paulo – 1921.
- *A Vida*, Ano I - Nº 4, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1915.
- *Brazil*, Blumenau – 1920.
- *ClãDestino*, Florianópolis-SC, nº 10, 16, 25, 26, 27, 51, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 86.
- *Commercio de Joinville*, Joinville – 1908.
- *Cruzeiro do Sul*, Lages – 1902.
- *Diário Catarinense*, Florianópolis – 1994, 2004.
- *Folha da Lagoa*, Florianópolis – 1997.
- *Jornal de Lages*, Lages – 1958.
- *Informação*, São Bento do Sul – 2000.
- *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau – 1986.
- *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro – 1994.
- *La Scure*, São Paulo – Rio de Janeiro – 1910.
- *O Clarão*, Florianópolis – 1911, 1912.
- *O Estado*, Florianópolis – 1984, 1986, 1993, 1997, 2000.
- *O Inimigo do Rei*, Salvador – 1981, 1982, 1988.

Revistas

Blumenau em Cadernos. Blumenau, nº 8, ag. de 1991; nº 10, out. de 1991; nº 11, nov./dez. de 1991.

Edgard Leuenroth & Siqueira Campos. *Rebeldes Brasileiros*, In: *Coleção Caros Amigos*. São Paulo: Casa Amarela, s/d.

Revista Agrícola, Ano I – Nº 4, setembro a dezembro de 1905.

Víbora nº 2, 4 e 6, Brasília, s/d.

Livros

RIBAS, Antonio de Lara. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. 2 ed., Florianópolis:

Imprensa Oficial, 1944.

Zines

Alarming, Florianópolis-SC, nº 1.

Ameaça, Joinville-SC/Jaraguá do Sul-SC, nº 3, 4, 6.

Anarkis Attack, Mafra-SC, nº 1, 2, 3.

Arriba l@s que Luchan, Mafra-SC/Rio Negro-PR, nº 1.

Ataque de Ódio, Araranguara-SC, nº 1.

Celo Je Indignosento, Mafra-SC, nº 1.

Cresça e Desobedeça nº 3, Santos, primavera de 1996.

Da Resistência à Revolução, Florianópolis-SC, nº 1, 2.

Distorção Alternativa, Jaragua do Sul-SC, nº 25.

Estupro Mental, Florianópolis-SC, nº 3.

Falange Anarquista, São Paulo -SP, nº 5.

Favo de Fel, São Paulo-SP, nº 6.

Filhos do Medo, Joinville-SC, nº 1, 2.

Grito, Palhoça-SC, nº 13.

Grito Suburbano, Rio Negro-PR/Mafra-SC, nº 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32.

Hate, Palhoça-SC, nº 1.

IAPI, Içara-SC, nº 1, 2, 3, 4, 5.

Infame, Palhoça-SC, nº 1.

Infame, Mafra-SC, nº 1.

Kaos ou União e Consciência, Piçarras-SC, nº 6.

Liberdade de Expressão, Mafra -SC, nº 1.

Liturgia Operária, Rio do Sul-SC, nº 1.

Lixo Urbano/Revolta Feminina, Palhoça-SC, nº 1.

Manifesto Punk, Rio Negro-PR/Mafra-SC, nº 1, 2, 3, 4, 5, 6.

Monãnoz, informativo nº 1, São Paulo/ Florianópolis, setembro de 1995.

Not Profit, Joinville-SC, nº 5.

O Coletivo Libertário, São Paulo-SP, nº 3, 5, 18.

Oitava Cor, Piçarras-SC, nº 1.

Poesia de Combate, Florianópolis-SC, nº 1.

Reflexão Cotidiana, Mafra-SC, nº 1.

Revolta, Mafra-SC, nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14.

Sedição Revolucionária, Piçarras-SC, nº 1 e 2.

Sick Girl, Palhoça-SC, nº 1.

Total Riot, São Bento do Sul-SC, nº 00, 01.

União e Consciência, Chapecó-SC, nº 1.

Veneno, Palhoça-SC, nº 1.

Diversas

- Ata de reunião do Partido Republicano Catarinense (1926).
- Boletim Informativo do CECA/ SC, nº 07, 09, 10 e 13, Ilha de Santa Catarina, 1993.
- Brochura - Jornada Libertária, Porto Alegre, 1986.
- Cartas de militantes libertários de Santa Catarina.
- Cartazes de encontros anarquistas e shows *punks*.
- Circular de eventos libertários (II Encanasul e Encontro Internacional de Cultura Libertária).
- Fotografias de eventos libertários.
- Gravações (em fita K7) da programação da rádio Subversidade, com a entrevista-debate do anarquista português José Maria Carvalho Ferreira.
- Informativo da CNT-Espanhola, s/d.
- Informativo – LiberNete nº 12, Florianópolis, Inverno de 1994.
- Informativo do Libérula – Tribo Cultural, Florianópolis, março de 1993.
- Informativo do Movimento Anarco Punk-SC nº1 , Piçarras/ Joinville – abril/ maio/ junho de 1993.
- Informativo do Movimento Anarco Punk-SC nº 2, agosto/ setembro de 1993.
- Libera, Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), Ano 16, nº 135, Rio de Janeiro, maio/ junho de 2006.
- Linha Viva, publicação da intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina. Nº 281, Florianópolis, 10 de agosto de 1994.
- Relatórios de manifestações e panfletos produzidos pelos movimento anarquista e anarco *punk* de Santa Catarina.
- *Subversidade*, publicação aperiódica divulgadora de idéias anarquistas. nº 1, Florianópolis, maio de 1996.
- *Zero*, publicação do curso de jornalismo da UFSC, Florianópolis, agosto de 1993.

b) Orais

Entrevistas (de caráter informal)

- Jayme Gaberlotto, realizada em Lages no dia 04 de dezembro de 2007.
- Nereu Beccari, realizada em Florianópolis no dia 06 de março de 2008.
- Wilson Rio Apa, realizada na Palhoça no dia 07 de maio de 2008.

c) Eletrônicas

Correspondência

- ARQUIVO PÚBLICO DE TUBARÃO. Re: Informações. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 01 de outubro de 2008.
- BAQUEIRO, Carlos. Re: Inimigo do Rei. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 24 de setembro de 2008.

BECCARI, Mara. Re: Nulo Beccari. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 19 de janeiro de 2008.

FARACI, Luigi. Re: Informações. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 25 de dezembro de 2008; 08 de janeiro de 2009; 09 de janeiro de 2009.

–GONZALEZ, Helios Puig. Re: Anarquistas em Santa Catarina. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 11 de novembro de 2008; 16 de dezembro de 2008; 22 de dezembro de 2008.

–GONZALEZ, Helios Puig. Complementos. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 21 de fevereiro de 2008.

–GONZALEZ, Helios Puig. Jornada Libertária. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 21 de fevereiro de 2008.

–PETRY, Sueli. Re: Informações. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 24 de fevereiro de 2008; 25 de fevereiro de 2008.

–PEY, Maria Oly. Re: Pesquisa sobre Anarquismo. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 15 de novembro de 2008.

–PREVE, Ana Maria. Re: Saudações Libertárias. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 18 de novembro de 2008.

–QUARTIERO, Elisa Maria. Re: Pesquisa Histórica. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 12 de janeiro de 2009.

–SAMIS, Alexandre. Re: Saudações. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 15 de fevereiro de 2008; 03 de janeiro de 2009.

SILVA, Jorge Esteves. Sobre o Projeto. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 16 de maio de 2008; 18 de maio de 2008; 19 de maio de 2008; 15 de janeiro de 2009.

–SILVA, Juliano Gonçalves. Re: Auxílio na Pesquisa. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 17 de novembro de 2008.

–VERZOLA, José Belmontt. Re: Saudações. [mensagem pessoal] Recebida por vanrudy@gmail.com, em 22 de fevereiro de 2008.

Páginas

www.cec.org.br/edgar/OSLIBERTARIOS.htm_p.2. Acessado em 23 de junho de 2008.

www.ordotempliorientisbrasil.org/textos. Acessado em 21 de setembro de 2008.

www.ocesc.org.br/area_tecnica/informativos_ver.php?id_informativo=274. Acessado em 05 de dezembro de 2007.

Livros, Revistas e Textos

DALLABRIDA, Norberto. *Escolas Italianas: Resistência e Italianidade*. Disponível em www.rizoma.ufsc.br. Acessado em 23 de novembro de 2008.

Rivista Anarchista, anno 30, nº 267, novembro de 2000. Tradução: Carlo Romani. Disponível em www.anarca-bolo.ch/a-rivista/267/11pt1.htm. Acessado 18 de junho de

2008.

SILVA, Jorge E. *O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. Disponível em www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca. Acessado em 12 de fevereiro de 2008.

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ALBERT, Charles. *O Amor Livre: uma Avaliação Anarquista da Questão Sexual*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

AMORIM, Aluizio Batista. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2000.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. *Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1981.

APA, Wilson Rio. *As Possibilidades Reais do Anarquismo*. Florianópolis: Gráfica Agnus Ltda, 2001.

_____. *Manifesto do Povo*. Curitiba: Coe-Editora, 1980.

_____. *A Revolução dos Homens*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. *Os Vivos e os Mortos*. Vol. 1 - O Povo do Mar e dos Ventos Antigos. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *O Sentido dos Ventos*. Romance das Comunidades Alternativas. Florianópolis: Gráfica Agnus Ltda, 2005.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral*. Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989.

ARMAND, Emile. *Nova Ética Sexual*. Rio de Janeiro: Germinal, 1960.

AUED, Bernardete Wrublevski. *Histórias de Profissões em Santa Catarina*.

Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.

A Vida – Periódico Anarquista. Edição Fac-Similar. São Paulo: Ícone, 1988.

A Voz do Trabalhador – Orgam da Confederação Operária Brasileira. Edição Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Secretaria do Estado de Cultura/ Centro de Memória Sindical, 1985.

AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma Questão de Identidade* (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002.

BAKUNIN, Mikhail; *et al.* *Os Anarquistas e as Eleições*. Brasília: Novos Tempos, 1986.

BAKUNINE. *Conceito de Liberdade*. Porto: RÉS, 1975.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAZZO, Ezio Flavio. *Manifesto Aberto à Estupidez Humana*. Brasília: Lilith, 1987.

BEIGUELMAN, Paula. *Os Companheiros de São Paulo*. 2 ed., São Paulo: Global, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. 7 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIONDI, Luigi. Na Construção de uma Biografia Anarquista: os últimos anos de Gigi Damiani no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges & FILHO, Daniel Aarão Reis. *História do Anarquismo no Brasil*. Vol. 1. Niterói: UFF/ Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

BIVAR, Antonio. *O que é Punk*. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOOKCHIN, Murray. *Sociobiologia ou Ecologia Social?* Lisboa: Sementeira, 1989.

_____. *et al.* *O Bairro, a Comuna, a Cidade... Espaços Libertários!* São Paulo: Imaginário, 2003.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense*. 2ª ed. Florianópolis: CNI/ FIESC, 1988.

BRANCHER, Ana. (Org.). *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BRANCHER, Ana & AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *História de Santa Catarina – Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: UFSC, 2004.

BRANCHER, Ana & AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *O Verde Violentou o Muro*. 11 ed., São Paulo: Global, 1986.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2 ed., Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

_____. *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. 1 e 2. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. *A História da Política em Santa Catarina Durante o Império* (4 vols). Florianópolis: UFSC, 2004.

CAIAFA, Janice. *Movimento Punk na Cidade*. A Invasão dos Bandos Sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário*. Movimento Operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes, 1988.

CANDIDO, Antonio. *Teresina etc*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. (1877-1944). 2 ed., São Paulo: Difel, 1984.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *Imagens do Conforto: a Casa Operária nas Primeiras Décadas do Séc. XX em São Paulo*. In: *Imagens da Cidade*. Séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, s/d.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *Diálogo com Clio: Ensaios de História Política e Cultural*. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. (Org.). *A Realidade Catarinense no Século XX*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A Expansão da Igreja em Santa Catarina: a Reação Anticlerical e a Questão do Clero Nacional (1892-1920)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1988.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua História e Influência no Sertão da Terra Firme*. (5 Volumes). Florianópolis: FCC, 1982.

COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio*. Caminhos de um Nomadismo Moderno. São Paulo: Musa, 2000.

COSTA, Pere-Oriol; TORNERO, José Manuel Pérez; TROPEA, Fabio. *Tribus Urbanas. El Ansia de Identidad Juvenil: Entre el Culto a la Image y la Autoafirmación Através de la Violencia*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

DALLABRIDA, Norberto. *A Historiografia Catarinense e a Obra de Américo da Costa Souto*. In: *Revista Catarinense de História*, nº 4, Florianópolis: Insular, 1996.

_____. *A Fabricação Escolar das Elites*. O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, Norberto & BITENCOURT, João Batista. *Oswaldo Rodrigues Cabral, o Colunista do Passado*. In: *Percursos*. Vol. 5, Nº 1, Florianópolis: UDESC, 2004.

DECCA, Edgar de. *1930 – O Silêncio dos Vencidos*. Memória, História e Revolução. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, Trabalho e Cotidiano*. Brasil – 1889 a 1930. 3 ed., São Paulo: Atual, 1991.

DELFINI, Luciano & PETTA, Nicolina Luiza de. *Para Entender o Anarquismo*. São Paulo: Moderna, 2004.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2 ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Encontro Educação Libertária: Textos. Santa Maria: UFSM, 1998.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre Ontem e Amanhã*. Diferença Cultural, Tensões Sociais e Separatismo em Santa Catarina no Século XX. Itajaí: Univali, 2000.

FARIAS, Damião Duque de. *Em Defesa da Ordem: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo*. (1930 – 1945). São Paulo: Hucitec, 1998.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 4 ed., São Paulo: Difel, 1986.

FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) Guerra*. Cotidiano e Medo Durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2 ed., Itajaí: Univali; Florianópolis: UFSC, 2005.

FELICI, Isabelle. A Verdadeira História da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. In: *Cadernos AEL* nº 8/9 – Anarquismo e Anarquistas. Campinas: AEL/ IFCH, 1998.

FERREIRA, Cristina & FROTSCHER, Méri (Org.). *Visões do Vale: Perspectivas Historiográficas Recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FICKER, Carlos. *São Bento do Sul: Subsídios para a sua História*. (1ª parte). Joinville: Ed. Do autor, 1973.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest*. Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

_____. *A Farra do Boi*. Palavras, Sentidos, Ficções. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. *Os Espanhóis Conquistam a Ilha de Santa Catarina (1777)*. Florianópolis: USFC, 2004.

FONSECA, Tomaz da. *Sermões da Montanha*. Rio de Janeiro: Gerninal, 1948.

FREIRE, João. *Anarquistas e Operários*. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940. Porto: Afrontamento, 1992.

GABEIRA, Fernando. *Vida Alternativa: uma Revolução do Dia-a-dia*. 4 ed., Porto Alegre: L&PM, 1986.

GARBELOTTO, Jayme. *Helena*. Lages, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: Os Cacos da História*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

GALETTI, Clarno G. *Apresentação*. In: GALLETTI, Arthur. *O Boi Tatá – Mitologia Autoctone*. (Obra póstuma). Florianópolis: Associação Catarinense de Imprensa, 1949.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *A Aurora do Socialismo: Fourierismo e Falanstério do Saí (1839-1850)*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2002.

GALLO, Sílvio. *Anarquismo: uma Introdução Filosófica e Política*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. (Editor). *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Janice. *Sombrios Umbrais a Transpor: Arquivos e Historiografia em Santa Catarina no Século XX*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2006.

GUARNACCIA, Matteo. *Provos: Amsterdam e o Nascimento da Contracultura*. São Paulo: Conrad, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão! Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil*. 3 ed., São Paulo: Unesp, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

HAUPT, Georges. Por que a História do Movimento Operário? In: *Revista Brasileira de História* nº 10. São Paulo: ANPUH/ Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

Hercílio Luz uma Ponte. Governo do Estado de Santa Catarina. s/d.

JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. 2 ed., Lisboa: Dom Quixote, 1977.

JOMINI, Regina Celia Mazoni. *Uma Educação para a Solidariedade*. Contribuição ao Estudo das Concepções e Realizações Educacionais dos Anarquistas na República Velha. Campinas: Pontes, 1990.

KONDER, Leandro. *Fourier, o Socialismo do Prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KUPPER, Agnaldo. *Colônia Cecília: uma Experiência Anarquista*. São Paulo: FTD, 1993.

LEITE, Ilka Boaventura.(Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *Maria Lacerda de Moura e o Anarquismo*. In: PRADO, Antonio Arnoni. (Org.). *Libertários no Brasil – Memória, Lutas, Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: uma História de Mutualismo e Resistência*. TCC. Florianópolis: UFSC, 2004.

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo – Roteiro da Libertação Social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LEUENROTH, Edgard. *A Organização dos Jornalistas Brasileiros (1908-1951)*. São Paulo: COM-ARTE, 1987.

LEUENROTH, Edgard & NEGRO, Hélio. *O Que é Maximismo ou o Bolchevismo*. São Paulo: Semente, 1984.

LOLLA, Beatriz Pellizzetti. *Memórias de um Italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina*. Blumenau: FURB, 1997.

_____. *Reflexões sobre uma Utopia do Século XIX*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Do Terceiro Reich ao Novo Nazismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

LÖWY, Michael. *Aviso de Incêndio*. Uma Leitura das Teses “sobre o Conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *et al. Movimento Operário Brasileiro: 1900-1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

LUIZZETTO, Flávio. *Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Unicamp, 2004.

MAGALHÃES, Henrique. *O que é Fanzine*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MAGNANI, Silvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARÇAL, João Batista. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE, 1995.

MARTINS, Celso. *Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB Catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27/ Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero e História: Percursos e Possibilidades. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem Fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MELO, Osvaldo Ferreira (Coord.). *História Sócio – Cultural de Florianópolis*. Florianópolis: Clube Doze de Agosto/ I.H.G.S.C./ Lunardelli, 1991.

MORGA, Antonio (Org.). *História das Mulheres de Santa Catarina*. Chapecó: Argos/ Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001.

MOST, João. *A Peste Religiosa*. São Paulo: Comité pró-presos e deportados, 1921.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MORELLI, Leonardo, et al. *El Sindicalismo Revolucionario em el Brasil*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos Rebeldes que Falharam*. Giovanni Rossi e a Utopia Anarquista: Colônia Cecília. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MELLO NETO, Candido de. *O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi*. Ponta Grossa: UEPG, 1996.

SANCHES NETO, Miguel. *Um Amor Anarquista*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEVES, Roberto das. *Entre Colunas*. Ensaios sociológicos e filosóficos. Rio de Janeiro: Germinal, 1980.

NEVES, Roberto das. José Oiticica: um Anarquista Exemplar e uma Figura Ímpar na História do Brasil. In: OITICICA, José. *Ação Direta* – meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.

OITICICA, José. *Curso de Literatura*. Rio de Janeiro: Germinal, 1960.

_____. *Ação Direta* – meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.

_____. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. 4 ed., São Paulo: Econômica, 1983.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Os Fanzines Contam uma História sobre Punks*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha: Assistência aos Expostos e Remodelações das Condutas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1990.

OLIVEIRA, João Henrique. “*Você Pode Fumar Baseado...*”: *A Contracultura nas Páginas de O Inimigo do Rei*. In: BAQUEIRO, Carlos & NUNES, Eliene. *O Inimigo do Rei: Imprimindo Utopias Anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

ORWELL, George. *1984*. 23 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

OTTO, Clarícia. *Catolicidades e Italinidades*. Tramas e Poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis: Insular, 2006.

PAIVA, Aparecida. *A Voz do Veto: A Censura Católica à Leitura de Romances*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PALLOTTINI, Renata. *Colônia Cecília*. (Teatro). Porto Alegre: Tchê, 1987.

PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.). *Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: UFRJ, s/d.

PARRA, Lucia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento Anarquista sob a Vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas uma Questão de Classe*. 2 ed., Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. (Org.). *Negro em Terra de Branco*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PELLIZZETTI, Beatriz. *Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional*. Curitiba: IHGEP, 1981.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Operários, Mulheres e Prisioneiros. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PEY, Maria Oly; et al. *Pedagogia Libertária: Experiências Hoje*. São Paulo: Imaginário, 2000.

PIAZZA, Walter F. *A Escravidão Negra numa Província Periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

_____. *A Epopéia Açórico-Madeirense 1748-1756*. Florianópolis: UFSC/ Lunardelli, 1992.

_____. (Org.). *Dicionário Político Catarinense*. 2 ed., Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PIAZZA, Walter F. ; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina História da Gente*. 19ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

PIAZZA, Walter F.; et al. *Fundamentos da Cultura Catarinense*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil: 1889 – 1930*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1979 e Brasiliense, 1981.

PINTO, Antônio Costa; et. al. (Org.). *O Fascismo em Portugal*. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

PINTO, Leonardo Carvalho. *O Inimigo do Rei: um Jornal Anarquista*. In: DEMINICIS, Rafael Borges & FILHO, Daniel Aarão Reis. (Org.). *História do Anarquismo no Brasil - Vol. 1*. Niterói: UFF/Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

PRADO, Antonio Arnoni. (Org.). *Libertários no Brasil*. Memória, Lutas, Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. (Org.). *Libertários & Militantes: Arte, Memória e Cultura Anarquista*. Revista Remate de Males nº 5. Campinas: Unicamp, 1985.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Filosofia da Miséria*. Tomo I e II. São Paulo: Escala, 2007.

_____. *Do Princípio Federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001.

QUEIROZ, André. *Foucault – O Paradoxo das Passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1930. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Entre a História e a Liberdade*. Luce Fabbri e o Anarquismo Contemporâneo. São Paulo: Unesp, 2001.

RAMOS, Graciliano. *Alexandre e outros Hérois*. 40 ed., Rio, São Paulo: Record, 2000.

RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Florianópolis: Edeme, 1990.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

_____. *Lembranças Incompletas*. Guarujá: Opúsculo Libertário, 2007.

_____. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

_____. *Os Companheiros – Vol. 1 e 2*. Rio de Janeiro: VJR, 1994 e 1995.

_____. *Os Libertários*. Rio de Janeiro: VJR, 1993.

_____. *José Oiticica: sua Vida, sua Obra, suas Idéias (Apresentação)*. In: OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. 4 ed., São Paulo: Econômica, 1983.

_____. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

_____. *Novos Rumos*. Pesquisa Social: 1922-1946. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978.

_____. *Alvorada Operária. Os Congressos Operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

_____. *Os Companheiros* – Vol. 3 e 4. Florianópolis: Insular, 1997.

_____. *Os Companheiros* – Vol. 5. Florianópolis: Insular, 1998.

_____. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.

_____. *O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

_____. *Os Anarquistas: Trabalhadores Italianos no Brasil*. São Paulo: Global, 1984.

_____. *Os Libertários: Idéias e Experiências Anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

_____. *O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

_____. *O Retrato da Ditadura Portuguesa*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1962.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma Aventura Anarquista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

RONCAGLIO, Cynthia. *Pedidos e Recusas: Mulheres, Espaço Público e Cidadania*. Curitiba: Pinha, 1996.

RONSINI, Veneza V. Mayora. *Mercadores de Sentido. Consumo de Mídia e Identidades Juvenis*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras Utopias*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

ROSZAK, Theodore. *A Contracultura. Reflexões sobre a Sociedade Tecnocrática e a Oposição Juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAFÓN, Ramón. *O Racionalismo Combatente: Francisco Ferrer y Guardia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

SALEM, Helena. *As Tribos do Mal*. O Neonazismo no Brasil e no Mundo. 9 ed., São Paulo: Atual, 1995.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. 4 ed., Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília*. Romance de uma Experiência Anarquista. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Lembranças*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

SCHOENBERNER, Gerhard. *A Estrela Amarela*. A Perseguição na Europa aos Judeus (1933-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1994.

SCHONS, Carme Regina. *Saberes Anarquistas*. Reiteraões, Heterogeneidades e Rupturas. Passo Fundo: UPF, 2000.

SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. *A Guerra no Contestado*. Florianópolis: UFSC, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SICILIANI, Chacon. *Mentiras Divinas: Cartas aos Crentes*. Lisboa: Casa Editora, 1913.
SIEBERT, Raquel Stela de Sá (Org.). *Educação Libertária: Textos de um Seminário*. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento-Centro de Cultura e Autoformação, 1996.

SILVA, Jorge E. *O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

_____. *O Anarquismo Hoje*. Uma Reflexão sobre as Alternativas Libertárias. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

SILVA, José Ferreira da. *A Imprensa em Blumenau*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1977.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus, 1966.

SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Porto Alegre: Lugano, 2004.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia*. A Militância Política de Jovens nos Anos 90. São Paulo: Hacker, 1999.

SOUSA, Rafael Lopes de. *Punk: Cultura e Protesto*. São Paulo: Edições Pulsar, 2002.

SOUZA, Newton Stadler de. *O Anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SOUZA, Rogério Luiz de. A Menina dos Olhos do Sr. Arcebispo. In: *Percursos*. Vol. 5, nº 1, Florianópolis: UDESC, 2004.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante* - das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina. São Paulo: UNESP, 2000.

SROUR, Robert Henry. *A Política dos anos 70 no Brasil: no Brasil - a Lição de Florianópolis*. São Paulo: Econômica Editorial, 1982.

S. THIAGO, Raquel. *Fourier: Utopia e Esperança na Península do Saí*. Blumenau: FURB; Florianópolis: UFSC, 1995.

SZKLARZ, Eduardo. O Anarquismo Voltou? In: *Super Interessante*, edição 231. Outubro de 2006.

TAVARES, Carlos A. P. *O que são Comunidades Alternativas*. São Paulo: Nova Cultural/ Brasiliense, 1985.

TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma Abordagem Crítica*. Joinville: Meyer,

1981.

TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros – uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Operários do Contestado. In: *Revista História Catarina*. Nº 2, Jan./Mar. De 2007. Lages: Editora Leão Baio.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a Dominação Oculta*. 9 ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

VALENTE, Silza Maria Pazello. *A Presença Rebelde na Cidade Sorriso*. Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba (1890-1920). Londrina: UEL, 1997.

VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e Anticlericalismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.

VICENZI, Victor. *História de Rio dos Cedros – 1875/ 1975*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.

_____. *História e Imigração Italiana de Rio dos Cedros*. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1985.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa Contra a Igreja*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

WEFFORT, Francisco C. *Por que Democracia?* 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

WOODCOCK, George.. *Anarquismo: uma História das Idéias e Movimentos Libertários*. Vol. 1 e 2 – O Movimento. Porto Alegre: L&PM, 1983 e 1984.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia Catarinense: uma Introdução ao Debate. In: *Revista Catarinense de História*, nº 2. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1994.

ZENDRON, Rute Coelho. *Anarquismo e Anarquistas em Blumenau*. In: FERREIRA,

Cristina & FROTSCHER, Méri. (Org.). Visões do Vale: Perspectivas Históricas Recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000.